

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
Instituto de Ciências Humanas - ICH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Dissertação de Mestrado

Matheus Pereira da Costa

**Trajetória biográfica de uma coleção arqueológica pré-colonial
(1984-2020): o caso do Museu da Cidade do Rio Grande – MCRG.**

Pelotas, 2020.

Matheus Pereira da Costa

**Trajetória biográfica de uma coleção arqueológica pré-colonial
(1984-2020): o caso do Museu da Cidade do Rio Grande – MCRG.**

Defesa de dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – PPGMP da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial e último à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro

Coorientador (a): Profa. Dra. Rita Juliana Soares Poloni

Pelotas, 2021.

Folha de Aprovação

Matheus Pereira da Costa

Trajetória biográfica de uma coleção arqueológica pré-colonial (1984-2020): o caso do Museu da Cidade do Rio Grande – MCRG.

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas - ICH, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 27/01/2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro (Orientador) - Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo\MAE-USP.

Profa. Dra. Rita Juliana Soares Poloni (Coorientadora) - Doutora em Arqueologia pela Universidade Algarve\Portugal.

Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira – PPGMP (membro interno convidado) - Doutor em História pela Universidade de Campinas – UNICAMP.

Profa. Dra. Elizabete de Castro Mendonça - PPGPMUS/UNIRIO-MAST (Membro externo convidado) - Doutora em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C837t Costa, Matheus Pereira da

Trajectoria biográfica de uma Coleção Arqueológica Pré-colonial (1984 - 2020) : o caso do Museu da Cidade do Rio Grande - MCRG / Matheus Pereira da Costa ; Diego Lemos Ribeiro, orientador ; Rita Juliana Soares Poloni, coorientador. — Pelotas, 2021.

150 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Musealização. 2. Patrimônio arqueológico. 3. Trajetória biográfica. 4. Coleções arqueológicas. 5. MCRG. I. Ribeiro, Diego Lemos, orient. II. Poloni, Rita Juliana Soares, coorient. III. Título.

CDD : 930.1

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Dedicatória

*À minha família, em especial, à Marli Barros Pereira (In memoriam), minha tia materna que precocemente partiu deste plano em 2018, nos deixando um legado de amor e esperança.
☆ 1963 † 2018.*

Dedico.

Agradecimentos

A elaboração de um trabalho acadêmico implica em momentos de concentração, dedicação e afastamentos temporários de pessoas e lugares que gostamos e nos identificamos socialmente. Assim, quero agradecer, oportunamente, a colaboração de pessoas e instituições que apoiaram o desenvolvimento desta pesquisa.

Primeiramente, à minha família por me dado a vida e me proporcionar essa experiência de estar no mundo. À minha mãe Maria, e ao meu pai Mauro, que são os meus pilares no percurso de formação pessoal e acadêmica.

Ao Bruno meu irmão, a Thais minha cunhada, e ao Antônio meu sobrinho que é amor de nossas vidas.

Ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro. Sem hesitar penso que nada do que foi escrito aqui seria possível sem a sua participação, e o seu olhar matizado na perspectiva da interface Arqueologia/Museologia. Sou grato, também, pelo espaço e liberdade que foi dada na construção e rumos da pesquisa.

À minha coorientadora e amiga, Profa. Dra. Rita Juliana Soares Poloni, que, de modo atencioso, sempre esteve engajada nos “movimentos” que foram dados à etapa da pesquisa empírica. As suas correções e reflexões que sempre nos levaram a compreensão dos aspectos técnicos da escrita. Obrigado, também, pelos momentos de descontração, e apoio.

A Profa. Dra. Elizabete Mendonça da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, por ter aceitado o convite de qualificação da pesquisa, como membro externo, e apontado sumariamente às diversas reflexões sobre o conteúdo apresentado.

Ao Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira, por ter aceitado o convite de qualificação da pesquisa, como membro interno, e apontado caminhos para a interpretação do objeto de estudo.

Ao Museu da Cidade do Rio Grande, MCRG, e sua equipe técnica, que desde os primeiros movimentos da pesquisa, estiveram com as portas abertas para a investigação do acervo pré-colonial. Gostaria de agradecer a sua diretoria por autorizar e apoiar o desenvolvimento da pesquisa. Aos demais profissionais

do MCRG, que foram substanciais na disponibilidade de apresentar o acervo e propor reflexões. Muito obrigado!

Aos demais interlocutores, funcionários e ex-funcionários do Museu da Cidade do Rio Grande (MCRG), do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NPA), e o do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia – LEPAN/FURG, que forneceram a matéria-prima que lapidou as reflexões propostas nesta dissertação.

Aos demais amigos de coração, em especial, Paloma Valério Pires, à Vanessa Dias Santiago, à Andreia Cunha Messias, à Amanda Oliveira, à Carolina Islabão Rajão, à Tainá Amaro, ao Jair Quiroz e tantos outros, que não me falhe a memória estão representados aqui. Pessoas com quem pude compartilhar minhas expectativas, anseios, dificuldades, e tantos outros sentimentos imbricados na tarefa de escrita, e execução da pesquisa. Agradeço às trocas de saberes e fazeres, pelo afeto gerado através de registros pontuais, ou mesmo na interação das redes sociais como nos grupos de Facebook e Whatsapp. Adoro vocês!

Ao excelentíssimo Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio cultural da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, por proporcionar o acesso às disciplinas obrigatórias e optativas, que foram fundamentais para o amadurecimento teórico-metodológico da pesquisa. Ao corpo discente e docente deste mesmo programa, que contribuiu diretamente e indiretamente na construção desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - código de financiamento 001/DS, pela concessão da bolsa de pesquisa, a qual viabilizou financeiramente a execução da mesma.

Guardar

*Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
 Em cofre não se guarda coisa alguma.
 Em cofre perde-se a coisa à vista.
 Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto
 é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.
 Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela, isto é,
 velar por ela, isto é, estar acordado por ela, isto é, estar por ela
 ou ser por ela.
 Por isso, melhor se guarda o vôo de um pássaro
 Do que de um pássaro sem vôos.
 Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica, por
 isso se declara e declama um poema:
 Para guardá-lo:
 Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:
 Guarde o que quer que guarda um poema:
 Por isso o lance do poema:
 Por guardar-se o que se quer guardar.*

Antônio Cícero, 1ª ed.1996.

Resumo

DA COSTA, Matheus Pereira. **Trajetória biográfica de uma coleção arqueológica pré-colonial (1984-2020)**: o caso do Museu da Cidade do Rio Grande - MCRG. 2020. f.182. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

A presente pesquisa de dissertação de mestrado tem por eixo estruturante a temática de musealização do patrimônio arqueológico, e sua inserção nos debates sociais contemporâneos. Tem por objetivo apresentar e analisar a trajetória biográfica de uma coleção arqueológica pré-colonial, que atualmente está em exposição no Museu da Cidade do Rio Grande (MCRG), instituição localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul, Brasil. Nesse cenário, parte-se da constatação de que coleções arqueológicas pré-coloniais, que remontam a memória cultural do território brasileiro, ainda são pouco investigadas em museus históricos e municipais, sendo necessárias novas pesquisas científicas nesse âmbito. Para delinear o escopo teórico-metodológico da pesquisa, optou-se pelos estudos qualitativos, fazendo uso do método de raciocínio indutivo (*Inductive reasoning*). Dessa forma, realizou-se levantamento de fontes primárias (documentações da própria instituição e de formação do acervo institucional), e secundárias (entrevistas estruturadas e semiestruturadas com os agentes patrimoniais e demais interlocutores), que são, em essência, construtores e intérpretes dessa trajetória biográfica. Ao passo que se identificou aspectos de uma biografia “museológico-curatorial”, destaca-se o seu potencial extrínseco como elemento de coesão entre as narrativas construídas pelos atores sociais e àquelas produzidas pelos arqueólogos, enquanto parte de uma episteme científica sobre o patrimônio arqueológico brasileiro. Os resultados obtidos apontam para uma trajetória biográfica singular ainda em processo, a qual possibilitou conectar arqueologicamente diferentes tempos, acontecimentos, instituições e pessoas. Ao fim, são tecidas algumas considerações sobre a emergência de retomada dos estudos sobre coleções arqueológicas no âmbito dos museus e suas congêneres; além das possibilidades de estruturação de novos modelos de preservação que levam em conta às múltiplas interpretações socioculturais desses achados no presente.

Palavras-Chave: Musealização. Patrimônio Arqueológico. Trajetória Biográfica. Coleções Arqueológicas. MCRG.

Abstract

DA COSTA, Matheus Pereira. **Biographical trajectory of a pre-colonial archaeological collection (1984-2020): the case of the Museum of the City of Rio Grande - MCRG. 2020. pp.182.** Dissertation (Master's in Social Memory and Cultural Heritage) - Postgraduate Program in Social Memory and Cultural Heritage, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2021.

This Master's research thesis has as its structuring axis the theme of musealization of archaeological heritage, and its insertion in contemporary social debates. Its objective is to present and to analyze the biographical trajectory of a pre-colonial archaeological collection, which is currently on display at the Museum of the city of Rio Grande (MCRG), an institution located in southern Rio Grande do Sul, Brazil. In this scenario, it starts with the observation that pre-colonial archaeological collections, which date back to the cultural memory of the Brazilian territory, are still little investigated in historical and municipal museums, requiring further scientific research in this area. To outline the theoretical-methodological scope of the research, qualitative studies were chosen, using inductive reasoning. Thus, it was carried out a survey of primary (documents from the institution itself and from the formation of the institutional collection) and secondary sources (structured and semi-structured interviews with heritage agents and other interlocutors), which are, essentially, builders and interpreters of the trajectory. While aspects of a "museological-curatorial" biography were identified, its extrinsic was potentially highlighted as a cohesive element between the narratives constructed by social actors and those produced by archaeologists, as part of a scientific episteme on the Brazilian archaeological heritage. The obtained results aim to an inconclusive and unique biographical trajectory, which made it possible to archeologically connect different times, events, institutions and people. Finally, some considerations are made about the emergence of the resumption of studies on archaeological collections in the scope of museums and their counterparts; in addition to the possibilities of structuring new preservation models that take into account the multiple sociocultural interpretations of these findings today.

Keywords: Musealization. Archaeological Heritage. Biographical Trajectory. Archaeological Collections. MCRG.

Lista de Figuras

Figura 1. Mapa de localização do Museu. Fonte: elaborado pelo autor.	21
Figura 2. Representação panorâmica da exposição. A esquerda da foto, a exposição referente ao período colonial. A direita está a exposição referente à temática do período pré-colonial. Fonte: Acervo do Museu.	110
Figura 3. Painel expositivo “linha do tempo” com vista interna da exposição. Fonte: Da Costa e Ribeiro (2020).....	115
Figura 4. Exposição de cerâmicas arqueológicas relacionadas às sociedades pré-coloniais da região sul do Brasil. Fonte: Da Costa et al (2021).....	116
Figura 5. Urna funerária. Fonte: Da Costa; Ribeiro; Poloni (2021).	118
Figura 6. Exposição de objetos arqueológicos. Fonte: Da Costa; Ribeiro; Poloni (2021).	119
Figura 7. Sítio arqueológico do tipo "Cerrito" na propriedade do Sr. Pedro Sousa, Povo Novo, Rio Grande, RS. Fonte: Da Costa e Ribeiro (2020).	121
Figura 8. Artefatos líticos polidos em exposição. Fonte: Da Costa; Ribeiro; Poloni (2021).	124
Figura 9. Objetos sem procedência definida. Fonte: arquivo pessoal.	125
Figura 10. Cerâmica arqueológica em exposição. Fonte: Da Costa; Ribeiro; Poloni (2021).	126
Figura 11. Objetos confeccionados sob o empenho da tecnologia cerâmica. Fonte: Da Costa; Ribeiro; Poloni (2021).	126

Lista de abreviatura e siglas

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CMC	Centro Municipal de Cultura
CONAMA	Conselho nacional de meio ambiente
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	International Council of Museums
ICOMUS	International Council of Monuments and Sites
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LEPAN	Laboratório de Ensino em Arqueologia e Antropologia
MCRG	Museu da Cidade do Rio Grande
NPA	Núcleo de Pesquisas Arqueológicas
PCD	Pessoas Com Deficiência
PPGMP	Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RS	Rio Grande do Sul
SECULT	Secretaria de Cultura
SGPA	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico Brasileiro
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Sumário

Folha de Aprovação	3
Dedicatória	5
Agradecimentos	6
Resumo	9
Abstract	10
Lista de Figuras	11
Lista de abreviatura e siglas	12
Sumário	13
Apresentação da dissertação	15
Introdução	18
De uma experiência guiada ao Museu à definição do objeto de estudo	25
1 Musealização de patrimônio arqueológico: delineando a relação histórica entre sociedades, arqueologias e os museus.	32
1.1 Origens das estruturas de longa duração ou fatores transversais: do contexto europeu à realidade brasileira.	33
1.2 A “estratificação” do patrimônio arqueológico no contexto brasileiro.	44
1.2.1 A interface dos campos disciplinares: a construção de uma relação entre Arqueologia e Museologia.	45
1.3 O patrimônio arqueológico enquanto herança administrada: das legislações do Estado às emoções patrimoniais.	50
1.3.1 O valor das categorias de “patrimônio”, “memória” e “identidade”.	51
1.4 Coleção, musealidade e musealização: conceitos basilares de preservação.	54
1.3.2 O reconhecimento jurídico-burocrático do patrimônio arqueológico brasileiro entre o Séculos XX e XXI.	66
2 Estruturação metodológica: tecendo uma biografia cultural das coisas arqueológicas em museus.	71
2.1 coisas em movimento ou movimento das coisas: quantas vidas sociais tem às coisas em museus?	71
2.2 O Museu como agente no processo discursivo sobre o passado pré-colonial da região sul.	83
2.3 Os 36 anos de atividades museológico-curatoriais.	83
3 Prospectando a trajetória biográfica da coleção: da origem institucional à readequação espacial e expositiva.	89
3.1 Primeira fase (1984 – 2007): o processo de aquisição e os deslocamentos intra institucionais.	91

3.2 Segunda fase (2008 – 2015): alterações cenográficas, discursivas, e os deslocamentos extra-institucionais.	102
3.3 Terceira fase (2016 – atual): a (re) qualificação institucional, e a construção da exposição “pré-história” da região sul.	108
3.4 Fichas de análise da exposição	115
3.4.1 Ficha 01	115
3.4.2 Ficha 02	116
3.4.3 Ficha 03	118
3.4.4 Ficha 04	119
3.4.5 Ficha 05	121
3.4.6 Ficha 06	124
3.4.7 Ficha 07	125
3.4.8 Ficha 08	126
3.4.9 Ficha 09	126
3.5 Uma coleção em potencial patrimonial: criando nexos entre tempos, espacialidades e culturas.	129
Considerações finais	131
Referências bibliográficas	135
Legislação consultada	147
Entrevistas e comunicação pessoal	148
Anexos	149

Apresentação da dissertação

Caro (a) leitor (a) a construção dessa dissertação inspira-se no importante trecho posto em epígrafe, o mesmo foi aclamado pelo filósofo e poeta brasileiro Antônio Cícero, a pelo menos 25 anos atrás. O caráter propositivo de sua produção intelectual, apesar de não haver nenhuma relação com o patrimônio arqueológico brasileiro, remete-se fundamentalmente a ideia de “guarda institucional”, conceito “caro” aos museus.

Na leitura acurado do autor, “guardar” não significa “encapsular”, “esconder”, “enclausurar”, no sentido de retenção ou acúmulo de coisas pelas pessoas; mas essa ação seja ela individual ou mesmo mobilizada por valores coletivos, envolve uma determinada forma de “olhar”, “observar”, e “contestar” essas “coisas”. Em tom de crítica, Cícero argumenta que essas coisas antes vistas apenas para contemplar discursos sobre o passado, são capazes de gerar “vínculos”, “projeções”, “emoções”, “ideias”, e, necessariamente, novas “percepções” da realidade.

De modo análogo a reflexão do poeta, entende-se que essa ideia pode ser aplicada ao âmbito dos museus, uma vez que essas instituições estão vocacionadas à gestão das “coisas” que são selecionadas, identificadas e significadas pelas pessoas no decorrer de suas vidas sociais, e, sobretudo, em virtude das transformações histórico-culturais. Embora a ideia antes preconizada, não atinja nem de perto, o sentido social proposto por Cícero, sua reflexão é um esforço para iluminar às percepções dos museus contemporâneos e suas congêneres, quanto a construção social do termo que usualmente é colocado pelos menos como sinônimo de *preservação*.

É, justamente, nesse sentido que às reflexões aqui engendradas resumem o produto gerado por essa pesquisa de dissertação de mestrado, que se desenvolveu no âmbito do programa de pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL. A pesquisa em tela, ora intitulada: “Trajetória biográfica de uma coleção arqueológica pré-colonial (1984 – 2020): o caso do Museu da Cidade do Rio Grande – MCRG”, foi estruturada enquanto parte de uma reivindicação pessoal e profissional do autor,

que buscou por intermédio de reflexões teórico-metodológicas, problematizar o cenário de isolamento e abandono de coleções e acervos arqueológicos em museus, tendo por referência o estudo de caso no extremo sul-brasileiro.

Conforme a ampla literatura sobre o tema, na atualidade o cenário de crise museológico-curatorial que se forma no cotidiano dos museus brasileiros, tem sido interpretada enquanto parte de uma “estratigrafia de silenciamentos e abandonos” (BRUNO, 1995), responsável pelo modo com que o patrimônio arqueológico tem sido tratado e comunicado. Nos museus “menores” essa situação é facilmente no modo como as coleções e acervos são tratados e invariavelmente negligenciados em relação a outros conjuntos patrimoniais, sobretudo, aqueles relacionados a contextos sociohistóricos. Problematicar esse cenário no qual se estabelece a interface Arqueologia e Museologia, torna-se o mote para evitar o colapso futuro das instituições de guarda e pesquisa; além das potencialidades e novas possibilidades de interpretação dos objetos no presente.

Para avançar no debate, o caminho elencado para essa redescoberta de coleções e acervos arqueológicos, se dá através do desenvolvimento de uma abordagem interdisciplinar calcada nos pressupostos dos *processos de musealização do patrimônio arqueológico* com particular relevância para o entendimento de uma *biografia cultural dos objetos*¹.

Nesse contexto, desenvolver reflexões a partir dessa interlocução, mais especificamente no que se refere ao tratamento dispensado aos objetos do período “pré-colonial”, impulsiona a enfrentar os desafios que ainda se formam no cotidiano de trabalho dos museus que custodiam objetos arqueológicos, notadamente, no que se refere a emergência de uma “gestão equilibrada” para este tipo de patrimônio. Alinha-se essa perspectiva ao debate sobre a preservação social desses referentes culturais e sua importância para a construção das relações de pertencimento e herança social, caminho almejado por diversos profissionais desse ramo, mas ainda de difícil solução no contexto

¹ Este conceito será detalhado no decorrer dos capítulos da dissertação.

das políticas patrimoniais, sobretudo, voltadas ao gerenciamento deste tipo de patrimônio.

As coleções e os acervos arqueológicos por anos salvaguardados em museus, representam o legado das distintas sociedades indígenas deste território, e são fontes imprescindíveis para compreender a própria transitoriedade humana e de seus distintos processos socioculturais. Desse modo, investigar as reentrâncias da vida social dos objetos e das pessoas, depende de uma imersão nas camadas de significações da cultura material, quando interpretadas a partir de uma *história indígena de longa duração*².

² Utiliza-se o termo em referência a ideia inicialmente preconizada pelo arqueólogo Eduardo Góes Neves (1995).

Introdução

[...] é verdade que até hoje em alguns porões e depósitos museológicos (espécies de masmorras) existem bens culturais encaixotados, aprisionados, distanciados da visão do público. Interessa compreender que a exposição do acervo vincula-se a um determinado discurso, a um determinado saber-dizer. Assim, ao dar maior visibilidade ao acervo o que se faz é afirmar ou confirmar um discurso.

Mário Chagas (2002) ³.

Apesar de quase duzentos anos de institucionalização da pesquisa arqueológica no contexto brasileiro, as instituições de memória, em especial os museus e suas congêneres⁴, ainda perpetuam uma visão estereotipada da cultura material⁵ pré-colonial. Tal situação vem sendo constatada empiricamente por diversos estudos realizados na interlocução das áreas de Arqueologia e Museologia, sobretudo nas últimas décadas com advento das pesquisas sobre processos de musealização do patrimônio arqueológico (BRUNO, 1995; 2014; WICHES, 2010; 2011; RIBEIRO, 2012; TOLEDO, 2017). Em suma este debate tem sido equacionado por profissionais com formação interdisciplinar, que lidam cotidianamente com a gestão de coleções arqueológicas no escopo de acervos museológicos, e cujo ativismo profissional tem assumido lugar de referência para pensar às estratégias de salvaguarda e comunicação museológica em distintos domínios institucionais (BRUNO et al 2020).

Tendo em vista esses desafios, que se ocorrem no âmbito dos museus contemporâneos, o trecho posto em epígrafe dialoga fundamentalmente com a problemática apresentada nesta pesquisa, que apesar da sua temporalidade discursiva, faz referência a uma realidade muito viva e atual dos museus no território brasileiro. Na região do extremo sul do país, essa é uma realidade transversal aos museus tradicionais (museus arqueológicos), quanto nos municipais (de cunho sócio-histórico), que possuem coleções arqueológicas inseridas em acervos heterogêneos (DA COSTA e RIBEIRO, 2020).

No contexto contemporâneo, embora se reconheça que essas instituições possuam finalidades distintas quanto ao tratamento e a comunicação de suas

³ CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. v 19, no. 19 (2002).

⁴ Este termo é usado em referência às demais instituições (centro de pesquisa e universidades) que desenvolvem processos curatoriais para gestão de acervos, independentemente, de suas tipologias.

⁵ Este termo é usado em referência “a todo segmento do universo físico socialmente apropriado. Aqui, no entanto, para simplificar, falar-se-á, sobretudo do artefato, que é apenas um dos componentes - dos mais importantes, sem dúvida, da cultura material” (MENESES, 1998, p. 100).

coleções e acervos, compartilham uma característica comum, referente à “estratigrafia do abandono” (BRUNO, 1995), que pode ser interpretada enquanto: camadas longevas de abandono se sobrepõem aos estratos do presente, reforçando algumas estruturas de longa-duração, que atravessam, historicamente, as relações entre museus, sociedades e o patrimônio arqueológico.

Para definir conceitualmente essa “estratigrafia do abandono” que se aplica fundamentalmente na compreensão do cenário contemporâneo dos museus brasileiros, Cristina Bruno (1995) considera que,

sobre esses vestígios pré-coloniais acumularam-se várias camadas de interpretações sobre mais de 500 anos de ocupação estrangeira deste território e, apesar de mais de um século de institucionalização da pesquisa e dos acervos, ainda são raras as abordagens que vinculam esses vestígios às nossas tradições e rupturas. Consolidou-se uma estratigrafia do abandono que isolou as fontes arqueológicas e as circunscreveu ao terreno das memórias exiladas (BRUNO, 2005, p. 237-238. Grifo da autora).

Em paralelo a essa “estratigrafia de silenciamentos e abandonos”, assiste-se no presente, uma intensificação de posicionamentos ideológicos, que promovem de modo mais violento a invisibilização das memórias referentes ao passado indígena na interpretação da própria cultura brasileira.

Os estudos arqueológicos, embora voltados para a identificação e compreensão das continuidades e mudanças dos processos culturais das sociedades nativas, nas suas mais diferentes características, **raramente são considerados como fontes para a interpretação desta nação** (BRUNO, 1995, p.7. Grifo nosso).

Essa discussão encontra efeito diverso nas interpretações sociais contemporâneas, uma vez que os autores clássicos⁶ do século XX, que buscaram entender e explicar a cultura brasileira, não utilizaram a literatura arqueológica como fonte e referência de suas interpretações sociais e da própria diversidade cultural. Essa situação, observada em perspectiva de longa duração, vem demonstrando como às culturas de modos gerais foram invisibilizadas (BRUNO, 2000). Aqui, chama-se atenção, excepcionalmente, das populações subalternizadas que foram e continuam a serem excluídas dos processos de reconhecimentos identitários e do direito a memória em território brasileiro.

⁶ Dentre os principais teóricos estão: Gilberto freire, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Padro Junior, que são considerados clássicos na interpretação da cultura brasileira.

No caso dos museus, instituições basilares de salvaguarda e comunicação, às coleções e acervos pré-coloniais, por anos salvaguardados e sem usufruto social, não são alvo de estudos científicos e tampouco são utilizados para a construção de processos mnemônicos e o estabelecimento de vínculos identitários. Essa situação observada em contexto local, regional, e nacional, tem demandado esforços colaborativos entre pesquisadores e comunidades, na proposição de novos modelos de preservação deste patrimônio, e também na perspectiva de conduzir novas leituras e apropriações socioculturais.

Entende-se que tais coleções e acervos sofrem um duplo processo de abandono em relação ao passado indígena: um mais pretérito relacionado às memórias exiladas dos discursos oficiais (BRUNO, 1995), e outro mais contemporâneo, que vem sendo representado pelo acúmulo desmedido de conjuntos artefatuais, que somam aqueles já existentes nas instituições, como, propriamente, nos museus arqueológicos (RIBEIRO, 2012; 2013; WICHES, 2010; 2011). Essa discussão vai ao encontro com o pensamento postulado por Da Silva (2008) ao argumentar que,

[...] em alguns casos as coleções arqueológicas presentes em museus não são consideradas patrimônio arqueológico, isto porque para vários pesquisadores o conceito de patrimônio arqueológico está restrito ao que é encontrado nos sítios arqueológicos e que é, portanto, passível de escavação. [...] a ideia de patrimônio arqueológico, é mais ampla. Envolve o fato de percebermos que artefatos, construções, saberes, fazeres e o ambiente se interconectam, de modo que podemos pensar em relações homem-artefato, natureza-homem, e assim sucessivamente. (DA SILVA, 2008, p.61).

A partir da discussão ensejada por Da Silva, no qual se faz emergente a renovação do olhar sobre a ideia de patrimônio arqueológico, evidencia-se na realidade dos museus brasileiros, o processo de esmaecimento do potencial patrimonial das coleções e acervos arqueológicos, que passam a ocupar lugares periféricos nas interpretações arqueológicas e museológicas contemporâneas. Não raro este patrimônio, negligenciado pelas abordagens científicas, também não recebe a devida atenção do Estado, permanecendo isolados e fragmentados nas instituições que custodiam a sua salvaguarda.

Para equalizar a teoria à prática, essa dissertação de mestrado propõe-se a analisar a trajetória biográfica de uma coleção arqueológica pré-colonial, que atualmente está em exposição de longa duração no Museu da Cidade do Rio Grande, MCRG (ver figura 1), instituição localizada na cidade que leva seu

nome, e que desde a década de 1980 do século passado desempenha papel fundamental na conservação e preservação de um acervo arqueológico pré-colonial na região do extremo sul-brasileiro.

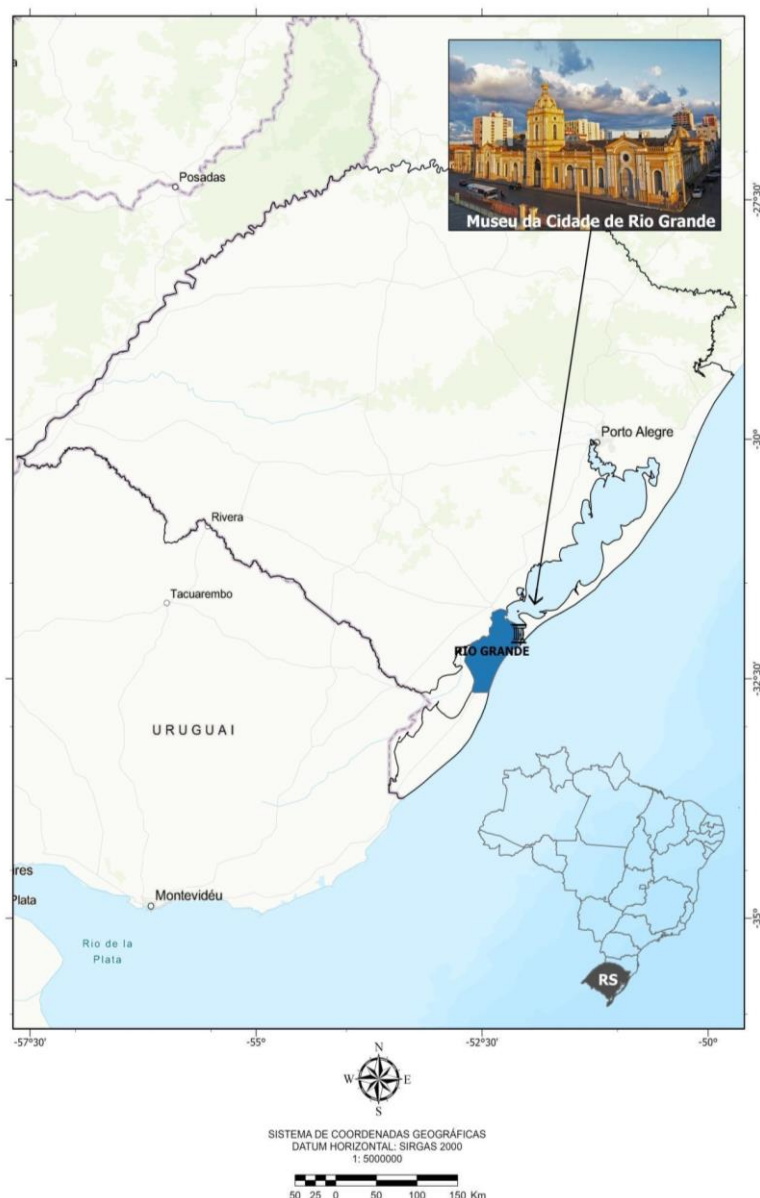


Figura 1. Mapa de localização do Museu. Fonte: elaborado pelo autor.

Por se tratar de um museu privado criado no escopo da administração pública municipal em 1984, parte considerável de seus acervos e coleções são relacionadas ao período de colonização da cidade; com destaque para a industrialização, indumentária, e comércio, assim como, os objetos relacionados à constituição de uma sociedade burguesa, que predomina seus hábitos, e costumes, durante os séculos XIX e XX (FERREIRA e GONÇALVES, 2014).

Apesar da centralidade tipológica do acervo em objetos históricos ou coloniais, também constam objetos associados ao período anterior ao processo de colonização portuguesa: os relacionados ao período pré-colonial ou de contato⁷.

Do ponto de vista arqueológico e com base nas informações do livro tomo da instituição, esses objetos enquanto indicadores socioculturais das sociedades nativas que habitaram este território no passado, advêm de regiões que são limítrofes ao litoral sul-brasileiro, que incluem os respectivos municípios de Rio Grande – RS; Pelotas – RS; Santa Vitória do Palmar – RS; São José do Norte – RS. Apesar do grande volume de pesquisas arqueológicas desenvolvidas desde a década de 1960, nesta porção do território, o conhecimento arqueológico relacionado ao passado pré-colonial ficou circunscrito ao ambiente acadêmico e indiferente a sua representação pública para a população rio-grandina (DA COSTA e RIBEIRO, 2020).

Tal lastro pode ser percebido enfaticamente na própria história da cidade, cuja representação de uma memória cultural do território geopolítico onde está localizada, volta-se ao processo de colonização luso-português, e a valorização de uma determinada classe social, a burguesa. Como nos diz Anjos (2012)

A classe burguesa pode ser encontrada no acervo do museu, sendo a classe mais rememorada devido às peças terem sido doadas pela sociedade burguesa rio-grandina. Por isso, não poderemos dizer que o Museu da Cidade do Rio Grande remonta a história da cidade, mas que ele traz consigo parte dela, porque nem todas as classes estão representadas com a mesma profundidade dentro de tal instituição (ANJOS, 2012, p. 140).

De fato, essa não é uma característica isolada da instituição cultural. Essa situação é percebida em distintos domínios institucionais contemporâneos, que de certo modo é pouco questionado pelo público em relação às escolhas expográficas. No caso em questão, a partir da análise da autora, por um lado ficam claros os direcionamentos da instituição frente à formação e socialização do seu acervo institucional. Por outro, são raras as inferências em fontes historiográficas sobre uma “história indígena de longa duração”, e que proponha uma leitura heterogênea destas distintas populações, pelo menos do ponto de vista regional.

⁷ Vale destacar uma diferenciação crucial entre ambas tipologias de objetos, enquanto os “pré-coloniais” refere-se ao período anterior ao século XVI, os de contato estão, portanto, relacionados ao momento de ocupação portuguesa e sua relação com as demais frentes de ocupação colonial do território.

Essa mesma reflexão crítica a respeito do cenário da musealização da arqueologia no Brasil, é colocada por Da Silva (2008, p. 69) ao analisar a problemática em terras potiguares, “[...] em um lugar onde não se conhece as produções em termos de Arqueologia, os artefatos são tratados à luz de produções historiográficas que mitificam a figura do índio”, ou seja, a instituição distanciada de uma atualização do conhecimento arqueológico, comunica seus acervos de acordo com determinados posicionamentos teórico-metodológicos, que via de regra, mantém coleções e acervos distanciados do cotidiano da sociedade.

Além do potencial patrimonial dos acervos arqueológicos no Museu, outro aspecto fundamental que orientou a escolha da instituição como *loci* empírico de análise, é referente à sua tipologia institucional. Por ser a única instituição museal da cidade que expõe coleções arqueológicas, e por sua proximidade com outras tipologias institucionais, pode assumir lugar de destaque para a atualização de estratégias de salvaguarda e comunicação dos acervos pré-coloniais.

Tendo em vista essa proposição, através de análise matizada na exposição “pré-história” da região sul, buscou-se como objetivo geral da pesquisa, analisar a trajetória biográfica da coleção a partir das camadas de significações atribuídas pelos atores sociais, que interagiram com os objetos, sinalizando como as narrativas e discursos que tangenciam o patrimônio arqueológico, podem consubstanciar-se aos processos museais.

Para viabilizar o alcance do objetivo geral, e tendo em vista a realidade institucional, foram adotados objetivos específicos que se desdobraram em:

- ❖ Identificar as estratégias de musealização (salvaguarda e comunicação) dos acervos pré-coloniais;
- ❖ Mapear as percepções dos atores sociais (coletivos humanos) que participam dos processos museológico-curatoriais;
- ❖ Indicar usos futuros para a musealização de coleções com ausência de dados contextuais, na perspectiva de conduzir a ressonância social dos acervos arqueológicos.

Para o atender os objetivos da pesquisa, foi necessário inicialmente a compreensão das narrativas e discursos construídos por esses interlocutores, entre eles, os próprios profissionais do Museu e demais atores que estão à frente de outras instituições, como é o caso do LEPAN (Laboratório de Ensino e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG) e do NPA (Núcleo de Pesquisas Arqueológicas). Isso se fez com o intuito de obter referência da trajetória de vida social dos objetos e das pessoas, que os utilizaram e manipularam no decorrer de seus movimentos de apropriações sociais e simbólicas. Com a imersão nessa trajetória biográfica foi possível, identificar memórias e histórias, que jamais haviam sido documentadas na instituição e que serviram para a construção do percurso biográfico ainda em processo.

Assim, entendeu-se que tal escolha foi necessária, tendo em vista a multiplicidade de outros atores, que deveriam ser escutados na construção de uma biografia, mas considerou-se que essa ação extrapolaria às competências para o curso de mestrado. Outro fator emblemático que dificultou o acesso aos demais interlocutores da pesquisa, se deu em virtude do cenário da pandemia da covid-19.

Em relação às demais opções realizadas pela pesquisa, importa justificar que não foi possível ter acesso aos doadores dos objetos, justamente pela ausência de informações sobre os mesmos. Sendo assim, a abordagem biográfica parte de informações disponibilizadas pela equipe técnica da instituição associada à documentação museológica corresponde ao acervo.

A pouca quantidade de informações e a ausência de documentação museológica associada ao processo de doação, serviu como um desafio fundamental a pesquisa, que buscava superar parte dessas limitações. Ao percorrer as reentrâncias da vida social dos objetos na biografia das pessoas, foi possível entender seus deslocamentos intra e extrainstitucionais e seus significados no presente.

Diante da problemática apresentada, pensar estratégias para a retomada dos estudos sobre coleções e acervos arqueológicos pré-coloniais no cenário contemporâneo dos museus, constitui um trabalho essencial para renovar o olhar sobre esses conjuntos patrimoniais, destacando as possibilidades de

reanimá-los socialmente. Tendo em vista essa discussão formulou-se as seguintes questões para a pesquisa:

- ❖ Como os diferentes valores e sentidos atribuídos socialmente e cientificamente à coleção pré-colonial por intermédio da trajetória biográfica (1984 a 2020) no Museu, poderá configurar estratégias de (re) qualificação institucional?
- ❖ Os objetos relacionados ao período pré-colonial que estão em exposições, e acondicionados na reserva técnica institucional do Museu, sem nunca terem sido devidamente comunicados com o público, podem ser considerados patrimônios musealizados?

Entende-se que essas questões embora direcionadas para a compreensão de uma realidade institucional específica, a de um museu no extremo sul-brasileiro, constituem discussões transversais, que são particularmente importantes para repensar as estratégias de gerenciamento e preservação do patrimônio arqueológico na realidade brasileira. Desse modo, cabe apresentar algumas razões e motivações que fundamentaram a escolha do tema e problema de pesquisa.

De uma experiência guiada ao Museu à definição do objeto de estudo

Atinente à justificativa deste trabalho retoma-se à formação inicial em Arqueologia, que ocorreu em meados dos anos de 2014 à 2017, na Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Pode-se dizer que desde o ingresso no respectivo curso, o autor esteve engajado com as atividades do antigo “LEPAN” (Laboratório de Ensino em Arqueologia e Antropologia), atual reserva técnica do acervo Mentz Ribeiro, que lhe rendeu as primeiras impressões sobre os processos de formação de gestão de coleções e acervos arqueológicos.

Em suma, o laboratório de pesquisa foi um importante polo para o ensino e a salvaguarda de distintas tipologias de objetos arqueológicos coletados na região do extremo sul do Rio Grande do Sul, e assume lugar de referência para o conhecimento arqueológico dessa região.

Foi, oportunamente, neste espaço institucional, que o autor participou de alguns projetos acadêmicos, inclusive sobre o estudo de coleções arqueológicas. Esta aproximação à temática de estudo das coleções e dos acervos, e em especial dos artefatos líticos polidos, resultou na construção de sua monografia de conclusão de curso. Pode-se dizer, desde já, que este aspecto, por si, justificaria a importância de abordar este tema de investigação nesta etapa subsequente, no que se refere à construção de uma dissertação de mestrado.

Ainda remetendo-se a trajetória pessoal e profissional do autor, no decorrer do ano de 2016, uma experiência guiada ao Museu em análise, marcou significativamente o seu interesse pelos processos de representação do patrimônio arqueológico. Essa experiência ficou marcada por sua atuação como bolsista do curso de Arqueologia na Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Durante o período de vigência da bolsa de extensão, realizou visitas mediadas à rede de escolas São João do município de Porto Alegre, que vinham anualmente conhecer o centro histórico da cidade do Rio Grande.

Foi, particularmente, através desta experiência com o público escolar que o interesse pela temática da musealização do patrimônio arqueológico passa a fazer parte de suas preocupações acadêmicas. Na época, o Museu estava reabrindo a sua exposição histórica, devido às obras de readequação espacial e expositiva, que iniciaram em 2014 e foram finalizadas em 2016, no ano de sua reabertura. A inauguração desta exposição contou com o planejamento de novos recursos museográficos, cujo objetivo era retomar a missão institucional da instituição.

Por meio das visitas com público infanto-juvenil, algumas das percepções, instigadas pelos próprios estudantes, inquietou-nos diante da exposição sobre a temática da arqueologia pré-colonial. A ausência de dados contextuais sobre os objetos que estavam sendo expostos em vitrines, suscitou questionamentos do público, como: por que as descrições dos objetos estão em processo de pesquisa? Por que os nomes dos doadores também estão em processo de pesquisa? Por quais razões não se sabe de onde esses objetos vieram? Dentre inúmeros outros apontamentos afinados pelas percepções destes atores sociais, que à medida que interagiam com o espaço expositivo,

criaram suas próprias narrativas sobre a representação deste passado no presente. Ao lançar tais questionamentos, percebeu-se na própria narrativa da instituição, uma fragilidade informacional em tratar sobre o tema deste acervo, em específico.

Essas observações foram cruciais para calibrar as percepções do autor sobre os processos curatoriais que envolvem a salvaguarda e a comunicação deste patrimônio no Museu. Amparados no diagnóstico exploratório que marca as primeiras impressões sobre o acervo pré-colonial, destaca-se que a ausência de informações sobre os objetos, já possuía um lastro na própria história da instituição.

Tendo em vista essas informações preliminares coletadas no período anterior ao processo seletivo do curso de mestrado em Memória social e Patrimônio cultural da Universidade Federal de Pelotas, inspirou-se na construção de um projeto de pesquisa direcionado a problematização dessa coleção, em específico. Assim, incorporou-se no plano de trabalho estes questionamentos, outros formularam-se à medida que se interagiu com *loci* empírico.

Inicialmente, o projeto de pesquisa intitulava-se: “musealização da arqueologia: o papel social do Museu da Cidade do Rio Grande na construção da história regional”, pois, acreditava-se que o objetivo da investigação era identificar o processo de musealização desses objetos, dialogando com pressupostos do diagnóstico museológico. Contudo, no decorrer da imersão no campo de análise, percebeu-se a necessidade de redefinir às expectativas, justificando, sobretudo, que a execução de um diagnóstico se tornava inviável para curto período do curso de mestrado. Dessa forma, foi necessário focar em um processo museológico específico (comunicação) a partir de um objeto de análise específico (a coleção).

Essa mudança nos objetivos gerais, demandava uma aproximação às perspectivas teórico-metodológicas dos processos de musealização do patrimônio arqueológico, que foram compiladas pelo autor tendo em vista uma crítica arqueológica e museológica contemporânea. Outro momento, também contribuiu, sobremaneira nos desdobramentos que assumiu a pesquisa. A participação na disciplina de acervos documentais e preservação do patrimônio

histórico, ministrada pelo Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro, resultou na apropriação de novas fontes teóricas e metodológicas, que foram pertinentes na reformulação do projeto de pesquisa.

Essa matéria prima compilada e sistematizada no decorrer da construção do projeto de pesquisa de mestrado no respectivo programa, serviu para elucidar a relação histórica entre Arqueologia e Museologia; Museus e Patrimônio Arqueológico, atendendo a uma abordagem focada no processo de musealização deste patrimônio. O interesse inicial detinha-se na compreensão dos processos históricos imbricados na construção da exposição de longa duração, que posteriormente serviu de acesso à trajetória biográfica da respectiva coleção. Assim, por meio de um estudo qualitativo, cruzando informações a partir de fontes primárias, de origens institucionais, e secundárias a partir da coleta de relatos orais, recorreu-se inicialmente às percepções dos agentes patrimoniais, que agenciaram e foram agenciados por esta trajetória biográfica.

A partir dos objetivos elencados, importa esclarecer que não foi feito uma reconstrução detalhada da fase biográfica pré-museu porque entende-se que este tipo de abordagem demanda esforços que são contínuos, assim como as trajetórias dos objetos não podem ser representadas de formas estanques, fechadas cronologicamente. Contudo, é necessária uma ressalva, o quadro temporal adotado desde o título deste trabalho, foi colocado em referência ao marco inicial de ações do museu, momento em que a instituição passa a ser responsável pela salvaguarda destes objetos. Com esse entendimento pode-se dizer que essa fase museológica é representada como a mais recente na trajetória biográfica dos objetos que integram a coleção e por essa razão implica a delimitação temporal que se estabelece entre os anos de 1984 a 2020.

Compreender a trajetória biográfica da coleção arqueológica pré-colonial no Museu implicou na articulação de duas vias de entendimento: o primeiro teórico, onde selecionou-se as fontes e deu-se os recortes epistemológicos necessários, a partir da literatura produzida nacionalmente e internacionalmente, configurando uma base científica consistente. A apropriação destas fontes deu o aporte para execução da segunda e terceira etapa de pesquisa que compreende, respectivamente, a pesquisa empírica, análise dos dados, redação

da escrita e escrita final. Na pesquisa fez-se a opção pelo método de raciocínio indutivo (*Inductive reasoning*), justamente por observar partir do uso de fontes primárias e secundárias informações, que são particulares na trajetória biográfica da coleção, e que justapostas serviram para o entendimento de quadro geral do problema apresentado.

Para a organização do marco teórico-conceitual realizou-se o estudo bibliográfico referente à temática de estudo, a partir da publicização dos dados que estão disponíveis em plataformas de livre acesso. Com base na construção de um estado da arte, foram realizadas buscas em revistas científicas, via periódicos e repositórios institucionais, publicação de livros e demais materiais que julgamos pertinentes na construção dos capítulos que integram essa dissertação.

Tendo em vista essa opção metodológica alicerçada na biografia dos objetos, nosso caderno de campo foi organizado como uma espécie de “mapa”, por onde apontamos sumariamente as questões que elucidaram nossas premissas iniciais. Dessa forma cabem aqui explicitar os dois movimentos que geraram informações para análise dos dados: O primeiro refere-se ao levantamento de documentações primárias, de origem da própria instituição, onde procuramos informações sobre: a) processo de aquisição/fichas de inventário; b) métodos de coleta e ou doação dos objetos; c) dossiês de exposições e documentações relativas à política de aquisição e gestão destes acervos; d) a identificação dos profissionais envolvidos; e) pesquisa no acervo.

No segundo momento, realizou-se como estratégia de produção de dados o uso de entrevistas com auxílio de roteiros semiestruturados, e perguntas abertas. Os questionários foram organizados da seguinte forma: a) entrevistas com os gestores do museu (representante da Fundação Cidade do Rio Grande; equipe técnica da instituição), b) entrevistas com os responsáveis pela exposição e acervo. Além das entrevistas realizadas presencialmente, outras foram organizadas em forma de conversas com finalidades (MINAYO, 2004) que atendiam aos objetivos de investigação.

Para Minayo (2004), este tipo de pesquisa difere dos questionários fechados, pois estruturam-se como conversas abertas, em que pesquisador e interlocutores interagem mutuamente a partir de uma pergunta inicial (ponto de

partida). Nessa investigação, a escolha das técnicas de coleta foi pensada a partir de um roteiro semiestruturado, o qual sofreu flexibilizações, que foram adaptadas às realidades institucionais dos interlocutores, sendo, portanto, distintas e ao mesmo tempo complementares. As perguntas foram cotejadas pensando no entrelaçamento da biografia das pessoas na biografia da coleção.

A análise dos dados se deu a partir da coleta de informações sobre a história da instituição. Nesse ínterim, localizou-se quem eram os diretores, funcionários, e demais colaboradores, que contribuíram para a construção da instituição. Ao fazer essa imersão na trajetória institucional, teve-se uma visão clara da historicidade da instituição, dos seus funcionários, das suas transformações e deslocamentos.

As informações coletadas foram traduzidas em uma historicidade que demarca não apenas datas e fatos históricos, mas o fluxo dos atores humanos que atuaram (ou atuam) no Museu - e como atuam e pensam. Isso se fez com o intuito de saber em que momento a exposição referente à temática da arqueologia pré-colonial entrou no discurso museal, com quais objetivos, o projeto expositivo, as opções teórico-metodológicas que foram feitas, assim como traçar um panorama de como ocorreram às transformações da linguagem expositiva desde a sua criação até os dias atuais.

Na esteira disso, ao conversar com os atores envolvidos neste processo é possível localizá-los em diversos períodos da história do Museu, além de suas eventuais interlocuções com outras pessoas e instituições. Esses movimentos não são meramente institucionais como pode-se supor, mas, sobretudo, interpessoais, extrapolando as barreiras impostas pelo limite físico da instituição-museu e de outras realidades institucionais.

Desse modo, nossa opção pela pesquisa qualitativa se insere mais diretamente nos estudos culturais com foco nas narrativas orais dos interlocutores. Segundo Minayo este tipo de metodologia “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operação de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 21 – 22).

De modo geral, os conteúdos abordados nas entrevistas versam sobre a historicidade dos processos museais, com destaque para as opções museográficas e estratégias discursivas que foram elaboradas pela instituição a partir da exposição. À medida que novos agentes foram sendo abordados nas entrevistas, afinou-se ainda mais as percepções sobre a trajetória biográfica dos objetos que pertencem ao acervo institucional, criando nexos entre a trajetória dos objetos e a organização do acervo institucional. Tais informações serviram fundamentalmente de indícios que corroboraram com as hipóteses anteriormente lançadas na dissertação, de que a formação da coleção se deu de modo concomitante ao acervo institucional, e também relacionada ao modo como o quadro técnico-funcional aceitou a incorporação desse acervo.

A construção das reflexões teórico-metodológicas propostas nessa dissertação, foram operadas a partir três eixos fundamentais:

No capítulo um que é introdutório, lançou-se a discussão sobre a relação histórica entre sociedades, arqueologia e os museus (i.e POMIAN, 1984). Isso se fez com o intuito de evidenciar como as estruturas de longa duração que atravessam historicamente os museus ocidentais (SHANKS e TILLEY, 1992; CHAGAS, 1994; FUNARI, 1998; 2000; 2001), ainda são facilmente percebidas no cotidiano dos museus brasileiros (BRUNO, 1995, 1996, 2005; FERREIRA, 2002; 2010b), e, notadamente, no que se refere ao Museu em análise (DA COSTA e RIBEIRO, 2020).

Já no subcapítulo, dedica-se algumas reflexões acerca da noção de patrimônio, desde uma perspectiva tradicional, elaborada no contexto europeu (i.e CHOAY, 2006; DAVALLON, 2016; PRATS, 1998, 2005; SMITH, 2006; 2021), ao seu ecoar na realidade brasileira (GONÇALVES, 2003, 2005, 2007; RIBEIRO, 2017). Reforça-se a ideia de patrimônio como construção subjetiva na tessitura social (TORNATORE, 2013; FABRE, 2013; SMITH, 2021). Considera-se que essa discussão teórica associada agenda contemporânea dos processos de musealização do patrimônio arqueológico, é fundamental para redefinir os contornos da ideia de patrimônio arqueológico, enquanto categoria jurídico-burocrática, ao seu entendimento mais próximo das relações sociais, emotivas e interativas.

Com base no capítulo introdutório que orienta as bases da construção da pesquisa, o capítulo dois, foi estruturado enquanto parte da construção metodológica. Nele discorre-se acerca da ideia de “vidas sociais das coisas” (i.e APPADURAI, 2008), para fundamentar a concepção de “biografia cultural das coisas” (KOPYTOFF, 2008). Tendo em vista essa escolha teórico-metodológica, discorre-se sobre ambos conceitos a partir dos estudos de cultura material (i.e MLLER, 2013; GELL, 2010), e propõe-se algumas reflexões a partir de sua dimensão aplicada no âmbito dos museus (i.e ALBERTI, 2005; BONNOT, 2015; LOUREIRO, 2018). Aproveita-se ainda neste capítulo introduzir a história de formação do Museu em análise, fazendo as devidas inferências sobre a exposição em curso.

O produto final da dissertação ficará a cargo do capítulo três. Nele são abordados os relatos dos interlocutores da pesquisa. Leva-se em conta às informações basilares sobre a formação do acervo institucional do Museu, desde a década de 1980, ao processo de readequação espacial e expositiva ocorrido em meados de 2014 a 2016.

Para detalhar objetivamente essas mudanças institucionais e também no trato com a coleção arqueológica, o percurso biográfico é apresentado por meio da interpretação de fases basilares. Essas fases correspondem aos movimentos e trânsitos institucionais e extra institucionais dos objetos e suas interlocuções com a vida social dos agentes do processo.

Em síntese, considera-se que este capítulo final apresenta o produto da investigação e ainda aponta rumos futuros a apropriação social e simbólica da coleção e do acervo em específico. Aproveita-se ainda para tecer algumas considerações sobre a emergência da retomada dos estudos sobre coleções para alterar no cenário de crise museológico-curatorial, que se faz presentificado no cotidiano dos museus brasileiros.

1 Musealização de patrimônio arqueológico: delineando a relação histórica entre sociedades, arqueologias e os museus.

Nesse capítulo, dedica-se algumas reflexões sobre a relação histórica entre às sociedades, arqueologias e os museus. Para tanto, faz-se uma imersão

nas estruturas de longa-duração imbrincadas no processo de seleção, tratamento e comunicação do patrimônio arqueológico desde uma perspectiva museológico-curatorial. Com o intuito de identificar esses fatores, que incidem, contemporaneamente, no cotidiano dos museus brasileiros, e especificadamente no Museu em análise, tornou-se necessário recuar às raízes históricas que estão associadas às origens das práticas de colecionismo na Europa e seu reflexo no contexto latino-americano, como é o caso brasileiro.

Neste cenário, permeado de mudanças históricas e sociais, é possível vislumbrar a relação travada entre colecionadores e acervos arqueológicos na constituição dos Estados Modernos. Trata-se, essencialmente, do modo em que as coleções arqueológicas surgiram, através das primeiras coletas assistemáticas, revelando conjunturas institucionais que priorizam a representação de discursos de constituição das Histórias Pátrias, de viés eurocêntrico, em detrimento das histórias não oficializadas e dos referenciais culturais das sociedades nativas.

Para elucidar o debate do ponto de vista teórico-conceitual, faz-se uma revisão de alguns conceitos basilares que orientam historicamente o pensamento museológico e arqueológico, como, “coleção”, “musealidade”, “musealização”, “patrimonialidade”, afim de gerar um olhar renovado sobre o tema das coleções e acervos arqueológicos em museus.

1.1 Origens das estruturas de longa duração ou fatores transversais: do contexto europeu à realidade brasileira.

As coleções arqueológicas estão na gênese da história dos museus. [...] esses acervos foram constituídos, de uma certa forma, para diminuir a distância entre as sociedades que vivem em tempos distintos. Espelham, também, a colonização, o saque e a destruição de alguns povos por outros. [...] esses acervos, espalhados em museus de portes diferentes, podem sinalizar aspectos inerentes à longevidade e diversidade da herança patrimonial dos seres humanos.

Maria Cristina de Oliveira Bruno (1999, p. 36).

Em contexto europeu pode-se ainda associar algumas das estruturas de longa duração (fatores históricos) à formação dos gabinetes de curiosidades do século XVI e XVII, onde de fato inaugurou-se olhares para a cultura material, especialmente, com o surgimento das primeiras coleções arqueológicas.

De fato, a Arqueologia surge enquanto fonte de investigação no contexto europeu a partir de uma tradição ocidental renascentista a qual Segundo Funari (2005, p. 3-4), norteou o desenvolvimento de uma lógica de classificação e tratamento dispensado à cultura material. Segundo Fernández (2006), em razão do Humanismo do renascimento, como período em que ocorre uma busca pelos valores clássicos de uma sociedade, reverberou inúmeras mudanças na concepção das artes e das antiguidades, e é justamente nesse cenário que a Arqueologia começa dar os seus primeiros passos em prol do conhecimento científico.

Evidentemente, que esse movimento não esteve isolado de outros liames históricos, ocorrendo de modo paralelo às transformações tecnológicas e invenções ocidentais. O interesse pelo desenvolvimento de novas rotas comerciais – devido à decadência do sistema feudal, resultou no acesso a lugares até então desconhecidos, abrindo rotas nunca antes percorridas (POSSAS, 2005).

Pautado na premissa de inventariar o mundo, através de um exaustivo levantamento enciclopédico, lugares, objetos, e culturas foram vasculhadas, e saqueadas. Isso se fez a emergência do olhar, do descobrimento de outros modos de vida a não ser europeu, com a pretensão de estabelecer uma compreensão geral de mundo. Nesta proporção, as navegações ao chegarem aos seus destinos de origem, obrigatoriamente deveriam dar um local propício de “guarda” aos objetos, com o intuito de aferir este o “outro”. Tais práticas de coleta, que configuram, institucionalmente, o ato de colecionismo, resultaram na criação dos gabinetes de curiosidade ou também conhecidos como “câmaras de maravilhas”, locais onde se guardariam às “riquezas” oriundas dessas expedições.

Inicialmente, a preocupação não era a classificação e seriação dos objetos, que estavam sendo coletados e guardados nesses espaços, como será discutido mais adiante. Mas a atenção dada ao ato de colecionar associado ao acúmulo, culminou num processo de “taxidermização” ou “empalhamento” do que se coletava (RIBEIRO, 2012). Segundo Possas (2005) eram tentativas incipientes para manter sob o domínio do olhar, tudo aquilo que pudesse ser inventariado, a fim de reter o máximo de informações sobre o mundo até então

“desconhecido” e “inexplorado”. De fato, não havia uma clara distinção entre espécimes naturais e exemplares culturais, geralmente esses acervos eram concebidos como “curiosidades” e inseridos nesses espaços. Não raro, em meio a estes objetos desconhecidos, havia inúmeros artefatos arqueológicos, que compuseram grande parte destes acervos.

No que se refere ao contexto americano segundo Bruce Trigger (2004), muitos objetos provenientes de culturas ameríndias foram coletados e enviados para distintos lugares da Europa, pelo menos desde o final do século XV. Neste momento, o ato de colecionismo transfigurava-se na retenção de objetos, que passariam posteriormente a serem classificados de acordo as influências do classicismo do séc. XVII (POSSAS, 2005). Esse movimento caracterizou-se pela definição de categorias de classificação dadas a cultura material, baseados essencialmente em três definições, o belo, o exótico e o curioso.

Nessa toada às coleções arqueológicas, dispostas em sentido enciclopedistas, são marcadas pelo afã crítico do pensamento científico (BRUNO, 1996), a qual guiou mais tardiamente os respectivos processos de classificação e sistematização da cultura material nos museus. Neste ínterim, percebe-se uma mudança paradigmática na forma de perceber e tratar tais acervos. No final do século XVIII, sob as orientações do paradigma Newtoniano-Cartesiano, os museus ficaram conhecidos como lugares onde se tinham conhecimentos baseados essencialmente na tipologia de suas coleções, compartimentando seus espaços em detrimento de alguns temas e influências de algumas disciplinas científicas. Neste contexto, existe também uma propensão à organização das coleções a partir de uma lógica cientificista nascente, sobretudo inspirada nas ciências naturais (SCHWARCZ, 2001).

No final do século XVIII, a partir da Revolução Francesa, que marca uma ruptura nas concepções da antiga monarquia. Os objetos da cultura material ganharam uma nova roupagem, agora como coleções museológicas, seguindo princípios que envolvem a pesquisa da natureza da formação das coleções, e maior envolvimento na divulgação do conhecimento. Em decorrência dessas transformações, ocorre o franqueamento público das coleções, e, sobretudo no caso francês, a institucionalização dos discursos sobre o patrimônio cultural (CHOAY, 2006; POULOT, 2009). É, justamente, nesse momento que surgem

alguns museus de arqueologia e etnografia, que já ganham também uma configuração de museus nacionais, como é o caso do Louvre no século XIX.

A partir desse cenário, percebe-se um afloramento de discussões em torno do conhecimento arqueológico, especialmente com o surgimento dos antiquários, os quais resultaram, no início do século XIX, nos primeiros movimentos de constituição da arqueologia enquanto disciplina do conhecimento científico (FUNARI, 2001). Segundo Ferreira (2010b) de 1870 a 1917 a Arqueologia institucionalizou-se em uma ampla rede de museus, mas também não só neles, exercendo papel científico com repercussões mundiais. O autor traz exemplos dos principais figurantes na direção dos museus nacionais, afirmando estes apoiaram problemáticas de pesquisas arqueológicas tendo em vista o contexto internacional.

[...] a Arqueologia, institucionalizou-se vocalizando identidades nacionais. Por meio da cultura material, a Arqueologia forneceu matéria-prima palpável para a elaboração de símbolos nacionais e vinculações ancestrais, naturalizando o sentimento de pertencimento a uma nação e a um território nacional. (FERREIRA, 2010b, p. 22).

Conforme Ferreira, apesar da arqueologia “nascer” propriamente nos museus, foi somente na segunda metade do século XIX que a disciplina foi para as universidades, ainda de maneira muito tímida, sob a influência de determinados temas e interesses científicos. No decorrer do século XIX foi um momento importante para a Arqueologia e para os museus. A disciplina passa a ser utilizada como instrumento do Estado para “legitimar” identidades nacionais e a servir de base para estabelecer uma poligonal sobre o uso do território.

A Arqueologia, como ciência geográfica, equacionava-se a uma geoestratégia. Servia a uma estratégia de anexação de territórios. Em primeiro lugar, porque os artefatos arqueológicos eram passíveis de serem marcadores do espaço, delimitadores de fronteiras geopolíticas, instrumentos para moldar as raia do território nacional em construção. Em segundo lugar, porque, solidificando estereótipos sobre os indígenas como grupos sociais fossilizados, “degenerados” ou “primitivos”, desencadeou representações colonialistas e legitimou projetos de colonização. A arqueologia em suma, foi uma ferramenta colonizadora. (FERREIRA, 2010b, p. 18).

De fato, a disciplina exerceu profunda influência no modo em que o patrimônio arqueológico foi utilizado para atender os desígnios do estado autocrático. Segundo Possas (2005) os museus, neste período, passam expor as coleções arqueológicas, pautando-se em pelo menos três características do colecionismo: o exotismo, a curiosidade, e a superioridade. Neste movimento instaurou-se uma preocupação sistemática em “selecionar”, “organizar”,

“classificar”, e “informar”, ações efetivas que só foram possíveis com o desenvolvimento de algumas especializações interdisciplinares, nas quais se incluem a Antropologia, e a formação de coleções arqueológicas e etnográficas (BRUNO, 1996).

[...] O avanço nas especializações científicas, que foi compartimentando o conhecimento, é responsável por uma sensível mudança neste quadro. Por um lado, as áreas foram assumindo autonomia disciplinar, como foi o caso da Zoologia, Geologia e Botânica, por outro, o grande impulso voltado para a Antropologia privilegiou os grupos indígenas vivos. Assim, tem início a trajetória de coadjuvante institucional que pode ser imputada à musealização da Arqueologia no Brasil” (BRUNO, 1995, p.70).

O surgimento dos museus de história natural no decorrer do século XIX, marcou significativamente a proliferação de instituições culturais na Europa, notadamente no que se refere a construção de museus, centros de pesquisa e saber. A consolidação dessas instituições resultou numa série de reflexões sobre colecionismo de espécimes de natureza e exemplares culturais.

Neste contexto, criam-se algumas áreas do conhecimento científico, que vão se desenvolver a partir da necessidade de estabelecer interpretações sobre a identificação da natureza das coleções e dos acervos. Em especial, destacou-se o protagonismo de alguns teóricos que vão dar início a formação de um pensamento arqueológico pautado numa abordagem filológica e histórica sobre a cultura material.

Entre os principais figurantes desse movimento histórico-cultural, destaca-se o dinamarquês Christian Jürgensen Thomsen (1788 – 1865), que foi diretor do Museu Nacional da Dinamarca. Thomsen, propôs um sistema de classificação em forma de catálogo para a compreensão da cultura material, notadamente, no que se refere os objetos relacionados ao período ‘pré-colonial’, que foram coletados e custodiados nos museus. Para ele, os objetos podiam ser representados por fases/ou idades a depender da natureza de suas informações intrínsecas (TRIGGER, 2004). Conforme Ferreira e Ribeiro (2015) foi disponibilizado um manual de classificações dessas fases/idades ao público, que serviriam para compreender os diferentes estágios de desenvolvimento humano pelos quais as sociedades passavam ao longo de sua existência.

Além da contribuição de Thomsen, outro movimento importante em relação à formação das primeiras coleções arqueológicas, se deram pelo protagonismo do ictiólogo americano George Brown Goode (1851-1896) na

época desempenhava a função de secretário geral da Smithsonian Institution. Por intermédio de sua atuação profissional George contribuiu com o acesso e difusão das coleções arqueológicas no escopo das ações do Museu.

Essas duas atuações profissionais foram substanciais e emblemáticas para a trajetória de musealização das primeiras coleções arqueológicas no ocidente, inclusive demarcando o reconhecimento do estatuto científico da arqueologia, pois essas mesmas coleções, em relação a outros conjuntos patrimoniais, foram consideradas entre as mais significativas nesses espaços.

Evidentemente, que a trajetória disciplinar da Arqueologia não pode ser explicada isoladamente de outros liames históricos, que a acompanharam de modo concomitante a sua inserção nos museus. A publicação da origem das espécies de Charles Darwin em 1859 influenciou diretamente as abordagens sociais, como é o caso das interpretações arqueológicas. A disciplina aproximou-se das ciências naturais e biológicas, por intermédio do evolucionismo cultural de Tylor e Morgan, para explicar como as transformações evolutivas entre as sociedades podiam ser explicadas na interpretação da cultura material⁸.

Segundo Robrahn-González (1999/2000) a partir dessas influências criam-se categorias arbitrárias (esquemas histórico-culturais) na expectativa de explicar às mudanças socioculturais das sociedades humanas, enquanto 'estágios de desenvolvimento'. Muito embora essas proposições tenham sido fortemente refutadas com o advento de novas interpretações e paradigmas teóricos, no caso brasileiro, às interpretações sobre ocupações pré-coloniais passaram a serem vistos dentro desses esquemas. E mais, os museus foram receptores passivos dessas leituras, incorporando tal lógica na construção de seus discursos expositivos.

Apesar da temporalidade dos discursos, percebe-se claramente que essas leituras ainda são fortemente refletidas no modo com que os museus de diferentes tipologias, e demais instituições congêneres (casas de cultura, centros culturais e de pesquisa), lidam com os acervos arqueológicos na

⁸ Nesse contexto, as considerações de Phillips e Willey (1953) com a publicação do livro "Método e Teoria em arqueologia americana", trouxe base epistemológica para o desenvolvimento da perspectiva histórico-cultural.

contemporaneidade. E por essa razão cabe sintetizar os principais movimentos teóricos que formaram as bases que orientaram não só a formação dos arqueólogos, mas também, dos museólogos e dos próprios museus.

Pode-se dizer que o “rompimento” das análises arqueológicas focadas na descrição exaustivo dos objetos e na perspectiva evolutiva da cultura material. Esse movimento remete-se as contribuições do antropólogo alemão Franz boas (1858 – 1942), cuja formação inicial em geografia, e a influência da etnologia alemã de Friedrich Ratzel, foram substanciais para a interpretação da própria arqueologia brasileira.

Enquanto precursor do relativismo cultural Boas sistematizou o conceito de cultura ao compreender que cada cultura humana se comporta de modo distinto em relação às outras. Isto é, às culturas não podem ser interpretadas de modo estático, em categorias fixas e homogêneas, mas sim em decorrência de suas singularidades. Neste sentido, a análise de Boas, vai contra às perspectivas evolucionistas que demarcaram hierarquicamente as culturas como superiores e inferiores, e que tem por base os discursos construídos sob o modelo ocidental europeu.

Neste contexto, percebe-se que as coleções arqueológicas deixam de exercer papel ilustrativo das culturas, e a Arqueologia histórico-cultural passa a dar sentidos e significados a elas. Concorde-se com Renfrew e Bahn (2004) quando afirmar que apesar de todo esse empenho observou-se que as interpretações arqueológicas eram muito mais desafiadoras, suscitando abordagens mais precisas no que tange ao funcionamento das culturas, que deveriam ser interpretadas a partir de perspectivas sociais, culturais, econômicas e políticas.

Amparados na necessidade de estabelecer novas interpretações sobre a cultura material, em tempos finais da década de 1950, uma série de teóricos que seguiam este modelo, insatisfeitos com as proposições alcançadas, suscitaram novas tendências sobre a pesquisa arqueológica. Este período foi marcado por uma forte ruptura no que tange o caráter teórico-metodológico da Arqueologia (REIS, 2004), deu-se início a um movimento denominado New Archeology (Nova

Arqueologia), tendo como principal precursor o arqueólogo norte-americano Lewis Binford.

O principal eixo que marca o pensamento de Binford e posterior desenvolvimento da vertente processual da nova arqueologia, repousa na compreensão de que a cultura podia ser explicada como processo, o qual levaria em conta fatores de desenvolvimento do homem em relação ao meio físico e biótico. Ao compreendê-la como um sistema que resultaria em transformações operacionais ou mesmo estruturais de subsistemas integrados (BINFORD, 1972). Binford, argumentou que a interpretação da cultura material, deveria em maior grau ser compreendida pela relação que as sociedades mantêm com o meio ambiente.

Uma reflexão clássica que demarca muito bem essa postura, é o artigo “Archeology as Anthropology”, publicado em 1962, considerado uma fonte imprescindível para a compreensão do pensamento arqueológico e os desdobramentos dessa vertente teórica. Com particular influência da antropologia norte-americana suscitou uma série de questionamentos que serviram de aparato para compreensão, por exemplo, dos contextos sociais, tecnológicos e ideológicos, nos quais se estabelece uma abordagem holista⁹ sobre leis gerais de comportamento humano, para a compreensão desses sistemas culturais. As proposições de Binford sustentaram a possibilidade de definir um *status quo* de cientificidade para a arqueologia. Visto que apenas a descrição e estabelecimento de cronologias, não atingia a profundidade das interpretações arqueológicas, sobretudo, na interpretação de fenômenos socioculturais.

Para Hodder (1985), o processualismo representou uma quebra no paradigma da escola histórico-cultural, trazendo para o centro do debate o homem e sua relação com o meio socioambiental, e que o mesmo está condicionado a outros sistemas sociais. Pode-se dizer que a crítica do

⁹ Logo após, Ian Hodder questionou a natureza holística das abordagens processuais sobretudo pelo viés funcionalista que acabará de assumir. Na concepção de Hodder (1982d, p.5 in apud Johnson, 2010, p.150) —enxergar como subsistemas e papéis possuem “metas” por si mesmos. Explicações adequadas de sistemas sociais e mudança social devem levar em conta avaliações e intenções do indivíduo”

processualismo a arqueologia “tradicional” ou histórico-cultural reside, essencialmente, no papel descritivo da cultura material, a qual estava fadada a reducionismos e a uma visão evolucionista da cultura, tornando a arqueologia fortemente influenciada no campo das ciências naturais (TRIGGER, 2004).

Essa arqueologia permaneceu distante das discussões políticas e sociais, o que de certo modo impulsionou uma reação a estes modelos. Como nos diz Funari e Tega (2014) a Arqueologia “buscou refúgio na noção iluminista de ciência neutra e afastada da matilha política”. Tal reação se constituiu pelo olhar dos arqueólogos que retomam o papel científico da disciplina, passam a tratá-la como uma ciência social engajada com as questões políticas, sociais e ideológicas dos discursos sobre o passado.

Surgem, portanto, teorias pós-processuais em arqueologia, justamente impulsionadas, pelo caráter fenomenológico das críticas pós-modernas e pós-estruturalistas, ao considerar o protagonismo dos diferentes atores sociais nas reconstruções sobre o passado (SHANKS, 1994). Tal transformação para o campo da Arqueologia suscitou uma atenção adicional à noção de cultura, que para estes olhares matizados na perspectiva social, não se restringe a um reflexo passivo do comportamento humano (HODDER, 1962), e sim, vetor que dá sentido às práticas, manifestações de sentidos e significados, sobre o passado, que são construídos essencialmente sobre referenciais do tempo presente.

Tal proposição que inaugurou essa linha teórica, também suscitou diversas discussões sobre os papéis políticos e sociais dos arqueólogos, propondo uma descentralização da prática arqueológica, tão focada nas credenciais tecno-científicas destes profissionais para aferir os diferentes usos da cultura material, e compreendendo o papel das comunidades nos processos de significação e (re) significação simbólica do passado. Como nos diz Funari (2005, p.2) “a Arqueologia pós-processual ou contextual introduziu, de forma explícita, a dimensão política da disciplina, sua importância na luta dos povos pelo seu próprio passado e por seus direitos”.

Ainda dialogando com Funari e Tega (2014, p. 20) essa mudança na forma de pensar e desenvolver a prática arqueológica foi impulsionada a partir

da década de 1986, momento em que foi fundado o Congresso Mundial de Arqueologia, que tinha por objetivo,

[...] congregar arqueólogos de países ricos e pobres, assim como estudiosos de outras disciplinas interessadas no tema e, mais que tudo, os indígenas e os povos estudados pela Arqueologia, com assento nos órgãos dirigentes e nos congressos, com os mesmos direitos e deveres. Essa revolução foi tanto epistemológica como sócio-política e está com a disciplina até hoje. A Arqueologia não mais feita por militares imperialistas por sobre cadáveres indígenas, mas por nativos em colaboração com as pessoas para valorizar os indígenas e os perseguidos. A Arqueologia passou a preocupar-se em chegar às pessoas e em fazer com que elas participem da sua prática. Arqueologia social, política ou engajada, todas essas perspectivas passaram a incluir as pessoas nas considerações da disciplina.

Desde então, como aponta os autores, essa arqueologia interpretativa ou contextual (HODDER, 1982) que ficou conhecida sob o slogan de “ler o passado”, passa a debater de modo mais reflexivo uma autoconsciência crítica a acerca do papel social e político das pesquisas arqueológicas. A principal crítica proferida por Hodder sobre a nova arqueologia refere-se a uma deficiência interpretativa da corrente teórica, que priorizava abordagens em subsuperfície, sem atingir a compreensão de um processo social mais amplo. Também argumentou em torno do uso de metodologias advindas de outras ciências, como é o caso do empenho de análises quantitativas e estatísticas, que são aplicáveis à interpretação de contextos arqueológicos (HODDER, 1988). Na concepção do autor, o interesse da arqueologia sobre o uso de tais metodologias relegou aos arqueólogos o papel de discutir os fenômenos sociais imbricados na relação entre sujeitos e a cultura material, e concentrou na interpretação de sistemas socioculturais (RENFREW e BAHN, 2004).

Na compreensão de Ribeiro (2012) tanto a transformação no âmbito da arqueologia quanto na museologia, tiveram efeito pela aproximação com as questões públicas e sociais de ambas as disciplinas, ao dizer que: “[...] o pensamento arqueológico, tal como o pensamento museológico, altera o seu foco de análise: da materialidade e construção unilateral de discursos às redes de significados e à construção multivocalizada dos discursos patrimoniais sobre a cultura material (RIBEIRO, 2012, p.51).

A partir dessa interlocução a aproximação do fazer museal com vistas à compreensão da sociedade, marcou significativamente a transformação deste campo. Como nos diz Bruno (2006)

A Museologia, em sua dinâmica interdisciplinar, tem colaborado para que os museus desvelem de forma qualificada as suas formas de representação e argumentação e se estabeleçam como lugares de apreciação, contestação e negociação cultural, mas também, como espaços de acolhimento e aprendizagem, tendo na ressignificação dos bens patrimoniais a sua principal característica (BRUNO, 2006, p.14).

Em suma, pode-se considerar que os esforços despendidos pela vertente pós-processual na Arqueologia serviram também para repensar o espaço museal, especialmente corroborando com a necessária interlocução dos diferentes atores sociais na agenda museológica. Ao considerar que o conhecimento arqueológico se constitui de modo subjetivo, abre-se espaço para compreender novas “possibilidades de releitura das coleções e narrativas arqueológicas pelas comunidades” (DE MORAES WICHES, 2016, p.43). E essa possibilidade de ressignificação dos discursos sobre acervos e coleções arqueológicas de modo geral, é o que move a construção dessa pesquisa.

Conforme apresentado no decorrer deste capítulo introdutório, são muitas as características herdadas no contexto contemporâneo, referente à origem da formação dos acervos arqueológicos no ocidente. Numa perspectiva histórica, verifica-se que as formações das conjunturas institucionais, que dão origem aos estudos de cultura material, estão associadas aos grandes movimentos intelectuais, que foram determinantes para a consolidação de um pensamento arqueológico e museológico.

Atinente a isso, percebe-se também que a arqueologia ao longo do seu processo de institucionalização esteve associada predominantemente a formação dos museus modernos ocidentais e a serviço dos estados nacionais. Resumidamente, tais estruturas de longa-duração que atravessam a história de formação das instituições museológicas no ocidente, os paradigmas teóricos e posições articuladas, refletem contemporaneamente na constituição e gerenciamento dos acervos arqueológicos, que hoje estão em museus distribuídos ao redor do mundo.

No caso em questão, tais informações nos ajudam a compreender os fatores que incidem na gestão de acervos arqueológicos, mais diretamente das coleções com ausência de dados contextuais. Assim, a partir da compreensão

destes fatores é possível ultrapassar as categorizações usuais da cultura material e ao campo das emoções patrimoniais.

Por óbvio é preciso entender tais conceitos dentro um contexto histórico e social, embora a Arqueologia histórico-cultural, assim como a Nova Arqueologia não tenha se debruçado sobre determinadas interpretações da cultura material, é evidente que essas linhas teóricas, suscitaram inúmeras discussões, que até hoje estão fortemente impregnadas nas leituras que os arqueólogos e demais profissionais do patrimônio fazem do passado no presente. Longe de ser uma característica negativa, ou isolada de cada linha de pensamento, essas contribuições constituem aspectos que orientaram formação do campo disciplinar, e, sobretudo, na forma como condiciona-se atualmente o olhar interpretativo sobre a cultura material.

coleção, musealidade, musealização

1.2 A “estratificação” do patrimônio arqueológico no contexto brasileiro.

Neste subtópico, propõe-se a discutir o processo de formação do isolamento referente à memória do passado indígena na realidade brasileira. Desse modo, propõe-se ao longo da discussão, identificar a formação de conjunturas institucionais, que marcam profundamente o fazer museológico no território brasileiro. As ideias de classificação e organização de acervos e coleções remontam as distintas trajetórias institucionais e ativismos profissionais, marcados, sobretudo, por experimentações e dilemas.

Para isso, utiliza-se com base em Bruno (2018) a interpretação de três movimentos que são considerados fundamentais na consolidação de um “olhar museológico” para o tema das coleções e os acervos arqueológicos, entendendo-os como pontos interligados na trajetória institucional coadjuvante do patrimônio arqueológico pré-colonial, a saber: “os olhares estrangeiros do século XIX e XX (1930- 1940)”; “o deslocamento dos olhares (1950-1990)”; e a “emergência e urgência dos olhares – Novas tendências do século XXI”.

Cada um desses movimentos será detalhado no subcapítulo a seguir.

1.2.1 A interface dos campos disciplinares: a construção de uma relação entre Arqueologia e Museologia.

Em perspectiva histórica, a compreensão do que venha a se delinear como o campo de inserção da musealização do patrimônio arqueológico, no contexto brasileiro, remonta ao mínimo ao século XVIII, momento em que ocorre a construção dos museus modernos ocidentais, e mais especificadamente ao processo de institucionalização da arqueologia no ocidente (DIÁZ-ANDREU, 2001; 2007; FERREIRA, 2010b).

O surgimento das instituições científicas no Brasil esteve atrelado à chegada da Família Real (1807), onde foram construídos centros de pesquisa e saber (BRUNO, 1995). Entre as principais instituições vocacionadas a gestão das heranças culturais, estão os museus etnográficos, que serviram como “porto seguro” (SCHUWARCZ, 2005), de uma constante produção estrangeira que analisou o contexto brasileiro, sobre o olhar do “homem primitivo”, ao se referir aos povos não ocidentais, e sua relação com a fauna e flora locais (BARRETO, 1999-2000; FERREIRA, 2010b).

Esse movimento despertou muito mais a atenção por pesquisadores e viajantes estrangeiros, que tinha interesses pelas terras baixas da América do Sul (atual território brasileiro), do que os próprios pensadores e pesquisadores brasileiros. Para Bruno (2018) estes “olhares estrangeiros”, estiveram fortemente influenciados pela abordagem iluminista impregnada nas mentalidades que estavam à frente da arqueologia brasileira no início do século passado, e que acompanham os museus até a atualidade.

Com o estabelecimento das especializações científicas que, por um lado proporcionou a autonomia dos campos disciplinares, notadamente no que se refere às ciências da natureza e da terra, e no caso das ciências humanas como nos diz a autora, o “grande impulso voltado para a Antropologia privilegiou os grupos indígenas vivos. Assim, tem início a trajetória de coadjuvante institucional que pode ser imputada à musealização da Arqueologia no Brasil” (BRUNO, 1995, p.70).

Do ponto de vista institucional, conforme analisa Wichers (2010) entre o final do século XIX e início do Século XX, existiam cerca de sete museus e cinco

institutos de pesquisas distribuídos pelo território. Ainda sem universidades, os museus brasileiros dividiam as pesquisas arqueológicas no país com esses institutos, sendo que o papel destes últimos, não era essencialmente comunicação museológica. Os museus nacionais devido a sua atuação emblemática na construção de uma “identidade nacional”, deveriam então direcionar-se para essa demanda, na perspectiva de conduzir discursos acerca do passado cultural desse território. Vale ressaltar que os processos de musealização de coleções e acervos, tiveram muito da contribuição de arqueólogos “amadores”, que construíram inúmeras reflexões sobre a ocupação humana nas terras baixas da América do Sul (na proporção continental brasileira)

Nesse contexto, falar de preservação cultural e mais diretamente dos processos de musealização do patrimônio arqueológico na realidade brasileira, é reportar ao ativismo profissional de determinados atores sociais, que de modo muito particular, suscitaram debates acerca da importância de preservação da memória cultural e do papel social dos museus na gestão das heranças socioculturais. Destaca-se, nesse contexto, a influência social, ativista e política do jornalista e advogado Paulo Duarte, na construção das políticas patrimoniais voltadas ao gerenciamento do patrimônio arqueológico brasileiro.

Mas essa trajetória profissional é também marcada por processos de repressão e violência. O desinteresse gradual de Duarte em relação ao regime Vargas resultou em sua prisão em 1933, consequentemente, o exílio em Portugal junto a outros grupos contrários ao regime. Mesmo exilado Duarte realizou inúmeras denúncias, apontando ligações entre as políticas de extermínio de Adolf Hitler para o contexto latino-americano e sob influência dos projetos políticos do Estado Novo de Vargas (ALCÂNTARA, 2007).

Duarte, posteriormente, mudou-se para a França onde se aproximou do etnólogo Paul Rivet, passando a trabalhar junto a ele no Musée de l'Homme em 1937, espaço primoroso para sua formação intelectual. A aproximação com a temática da arqueologia “pré-histórica” serviu de inspiração para o jornalista, que posteriormente com o término do exílio, e no cenário de democratização do país em 1945, retornou dirigindo-se a um movimento na Universidade de São Paulo-USP.

Cria-se o instituto de pré-história, que inicialmente detinha-se aos estudos dos sambaquis, e, posteriormente, o instituto oceanográfico. Segundo Alcântara (2007) esses modelos institucionais preservacionistas proporcionaram novas reflexões sobre o papel social dos museus, e conseqüentemente do patrimônio arqueológico no país. Se antes disso, o conhecimento arqueológico não era utilizado como referência à cultura e a memória deste território, com a inserção da Arqueologia nas universidades expandiu-se, consideravelmente, potencializada pelas políticas preservacionistas e sob comando das ações governamentais (BRUNO, 1995).

Segundo Carvalho e Funari (2012), esta atuação “marcava uma ruptura epistemológica e política com a Arqueologia nobiliárquica e aristocrática, mas, também, com a ciência de instituições como Institutos e Museus que não eram universitários”. Neste contexto, os museus figuraram um principal espaço de articulação das ações preservacionistas, suscitando à utilidade social dos acervos. Como nos diz os autores,

[...] imbuído de um humanismo radical: a defesa do indígena, o homem americano. Duarte, homem que havia, desde o início, apostado tudo na Universidade, decidiu-se por criar a Arqueologia universitária e, para isso, tanto iniciou cursos de difusão quanto buscou trazer arqueólogos universitários que pudessem formar os primeiros arqueólogos acadêmicos brasileiros. (FUNARI e CARVALHO, 2012, p.90).

No sentido abordado, a atuação emblemática de Paulo Duarte, proporcionou intercâmbios científicos com vários pesquisadores estrangeiros, dentre eles, o próprio Paul Rivet (1876-1958), além de Joseph Emperaire (1962) e Annette Laming-Emperaire (1917-1977), André Leroi-Gourhan (1911-1986), que formaram os primeiros arqueólogos no país, como Niède Guidon (1933), e André Prous (1944). Essa trajetória e ativismo profissional, foi sem dúvidas crucial para a formação da Arqueologia acadêmica no território nacional.

Esse cenário foi caracterizado como movimento arqueológico-universitário dos anos 50, onde ocorreram transformações nas pesquisas científicas desenvolvidas pelos museus, que, devido a sua descentralização nesse âmbito, passaram a ter papel coadjuvante na construção científica do país (FUNARI, 1994; BRUNO, 1995). A criação das universidades, laboratórios e centros de pesquisa, reafirmaram a especialização da área, sobretudo, da

Arqueologia, Museologia, e demais correlatas ao estudo do patrimônio, suscitando novas discussões teórico-metodológicas (BRUNO, 1999).

Com o golpe de 1964, essa arqueologia universitária sofreria as consequências do regime autoritário, sobretudo nas Universidades, por onde assumiria um papel secundário nas pesquisas executadas no país (FUNARI, 2001). Nessa toada, também advém os financiamentos de pesquisas das missões francesas e programas norte-americanos¹⁰.

Apesar dos museus serem as principais instituições dominantes sobre a guarda do patrimônio arqueológico, neste momento ocorre a incorporação de um grande volume de acervos nas reservas técnicas institucionais das universidades, que foram conseqüentemente marcados pela falta de tratamento museológico-curatorial adequado.

Esse movimento resultou também no abandono de “coleções antigas” que estavam salvaguardadas nos museus. Como analisa Bruno, “[...] a proliferação de museus nas diversas esferas públicas e privadas, nas distintas regiões do país, não contemplou os acervos arqueológicos e nem a produção de exposições com temáticas sobre o passado pré-colonial”. (BRUNO, 2018, p.116). Se por um lado o conhecimento arqueológico assumiu maior protagonismo nas universidades, devido as ações de ensino e pesquisa, por outro o papel das instituições de guarda, museus e demais congêneres, acabaram sendo relegadas a invisibilidade institucional e a pouca aderência social. E essa situação observada de modo análogo pelo território brasileiro, demonstra como os museus contemporâneos são marcados por processos de rupturas no que se refere a construção de um “olhar” sobre as coleções e acervos arqueológicos.

A partir da década de 1970, observa-se uma transformação na ideia de patrimônio cultural. O surgimento do Programa de Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), a frente destes dois instrumentos, destaca-se o protagonismo de Aloísio Magalhães que vai propor novas problematizações acerca da política patrimonial no estado brasileiro, sobretudo, impulsionado pela publicação da Carta de Veneza (1964), que redefine o conceito de bem cultural¹¹.

¹⁰ Refere-se aqui ao surgimento do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) e os desdobramentos das pesquisas arqueológicas segundo o método Fordiano.

¹¹ No subcapítulo dedicado a discussão de patrimônio, aprofunda-se essa discussão.

É, especialmente, neste período que ocorre uma atenção adicional ao tema da diversidade cultural como patrimônio, se propõe o rompimento com a ideia antes preconizada, de que o valor cultural dos objetos se dava por sua “excepcionalidade” (FONSECA, 2005). Essa mudança também marca uma ruptura com “discurso autorizado do patrimônio” (SHMIT, 2006), cuja ideia de patrimônio passa ser vista não apenas do seu ponto de vista histórico, mas enquanto parte de uma memória coletiva. Como nos diz Fonseca (2005)

A atribuição de valor histórico, que reproduzia na seleção de bens, os critérios excludentes da história factual, centrada no evento político e nos feitos das classes dirigentes, é também ampliada de modo a abranger bens que, mesmo não podendo ser identificados com “fatos memoráveis da história do Brasil” e não se destacando por seu valor artístico excepcional, tornam-se passíveis de tombamento federal (FONSECA, 2005, p.134).

De fato, como abordado pela autora, a mudança nas narrativas ditas oficiais acerca do passado cultural brasileiro, está profundamente associada aos contextos históricos e sociais da época. No decorrer da década 80, no panorama internacional, o surgimento da Nova Museologia que renovou o olhar sobre o papel educacional dos museus, e as mudanças no quadro epistêmico das ciências humanas e sociais, foram ações importantes para ampliação das questões relativas à preservação cultural.

Os museus tem agora sua projeção ao social e ao comunitário, exercendo particular protagonismo no cotidiano das comunidades. No campo da Arqueologia, percebe-se igualmente o incremento às discussões sobre a função social dos arqueólogos e das pesquisas arqueológicas no país (FUNARI, 2017). Com o aumento exponencial de pesquisadores, coletivos profissionais uniram-se e criaram a Sociedade de Arqueologia Brasileira, como uma associação civil de caráter científico.

Numa perspectiva histórica, é possível verificar que as formações das conjunturas institucionais, que dão origem aos estudos de cultura material, estão associadas aos grandes movimentos intelectuais, que foram determinantes para a consolidação de um pensamento arqueológico e museológico brasileiro. Atinente a isso, percebe-se que a Arqueologia ao longo do seu processo de institucionalização esteve associada predominantemente a formação dos museus modernos ocidentais e a serviço dos estados nacionais, mas que hoje, no presente, ganha novos desdobramento sociais e políticos.

No caso experimentado por essa pesquisa, ao calibrar o olhar sobre esses “sintomas”, que persistem sobre o tratamento e comunicação das coleções e dos acervos arqueológicos, é possível projetar novas estratégias para ultrapassar as categorizações usuais da cultura material, e adentrar, efetivamente ao campo das emoções patrimoniais (FABRE, 2013).

Atinente as considerações finais deste subcapítulo, a seguir, apresenta-se algumas reflexões basilares sobre a transformação da ideia de patrimônio, desde uma perspectiva institucional, ao seu entendimento mais plural e coletivo. Entende-se que essa discussão faz necessária, uma vez que a ideia de patrimônio arqueológico no âmbito institucional ainda está muito atrelada ao que encontrado nos sítios arqueológicos (DA SILVA, 2008), e cujo valor do objeto repousa na condição em que ele é encontrado.

Numa leitura transversal e atualizada dessa ideia, julga-se pertinente uma renovação do “olhar arqueológico” sobre esses patrimônios gerados em distintos contextos institucionais, visto que a sua interpretação usual ou moderna do termo, via de regra, ainda se acentua numa definição unilateral, e indiferente a compreensão de um processo social mais amplo.

1.3 O patrimônio arqueológico enquanto herança administrada: das legislações do Estado às emoções patrimoniais.

No contexto brasileiro, o patrimônio arqueológico é, em relação a outros conjuntos patrimoniais, considerado um bem coletivo, de usufruto de todos os segmentos sociais. Essa assertiva, embora recorrente nos discursos patrimoniais relacionado a proteção e conservação deste tipo de patrimônio histórico e cultural, merece uma atenção adicional no presente. Apesar de uma legislação pungente em termos de proteção e gerenciamento deste patrimônio, ainda se percebe que há pouca aderência social quanto as estratégias jurídico-burocráticas de preservação cultural.

A partir desse entendimento, este subcapítulo examina as transformações da ideia de patrimônio desde uma perspectiva institucional, quando instituída pelo poder do estado, em contraste com os novos paradigmas contemporâneos, especialmente alinhados às reflexões como categoria antropológica de

pensamento. Para elucidar o debate discorrer-se acerca das categorias históricas de “memória” e “identidade”, que são substratos fundamentais para a construção do patrimônio. Desse modo, busca-se sintetizar os principais fatores que têm equacionado mudanças no âmbito das políticas patrimoniais voltadas ao gerenciamento deste tipo de “bem” cultural, tendo em vista a sua tutela institucional.

1.3.1 O valor das categorias de “patrimônio”, “memória” e “identidade”.

Atualmente a larga produção mundial sobre o tema do patrimônio tem assinalado a amplitude dos discursos que envolvem a construção dessa categoria, não apenas do seu ponto de vista histórico, mas enquanto categoria antropológica de pensamento (GONÇALVES, 2003).

Segundo o antropólogo Daniel Fabre (2013) assiste-se no presente uma mudança na forma de conceber o patrimônio, dos tempos de monumento cuja ideia foi personificada no ideal de nação como símbolo do passado representativo das sociedades (CHOAY, 2006), e passa-se a ver o tempo de patrimônio (HUYSEN, 2000; CANDAU, 2009) de mudanças na forma de ver e contestá-lo por diversos outros atores sociais (FUNARI e PELEGRINI, 2006). Antes de engendrar objetivamente nessa definição atualizada, cabe retomar alguns indícios que se relacionam a formação dessa ideia enquanto categoria de pensamento.

No contexto ocidental, quando se fala da construção moderna da ideia de patrimônio, reporta-se ao contexto pós-revolucionário francês¹², mas deve-se ter em mente que sua definição antecede esse período, também sofreu influência de outros liames históricos, como é o caso do próprio ato institucionalizado de colecionismo.

Segundo Pomian (1984) historicamente tem-se conhecimento de que o ato de guardar para fins de colecionismo remonta ao mínimo a antiguidade clássica, mas sabemos que esta ação prática ocorre desde o paleolítico superior, cujas sociedades a partir dos processos de seleção, manipulação e retenção de

¹² Logo após a revolução em meados de 1790 vê-se outra face do patrimônio, mediante a destruição de obras consideradas raras e históricas. Como nos diz Poulot (2011, p. 474) “destruir o patrimônio passou a ser uma questão ideológica na luta entre a tradição e o progresso”.

objetos para os mais variados fins, consagravam usos e significados distintos a cultura material.

De modo análogo pode-se dizer, que essas ações se configuram como o prenúncio da ideia de patrimônio. Cristina Bruno (2006) entende essa relação como “musealidade” enquanto reflexo dos olhares sobre a realidade. Para a autora, essa percepção de algo em relação a alguma coisa, antecede a construção dos museus ocidentais e se espalha em decorrência do olhar que o sujeito lança sobre o objeto e ao mesmo tempo o sentido que aquele objeto adquire na vida do sujeito.

Em paralelo à formação desses museus tradicionais, e a ascensão dos nacionalismos (DIAZ-ANDREU, 2007), há também mudanças na perspectiva patrimonial, criam-se legislações e determinações jurídico-burocráticas para o patrimônio. Surge, nesse contexto, o discurso autorizado do patrimônio, AHD (Authorized Heritage Discourse, no original) (SMITH, 2006). Segundo Smith (2011) trata-se de um discurso criado sob o desígnio do Estado, o qual privilegiou “os entendimentos e os valores profissionais ou especializados referentes ao patrimônio” (SMITH, 2021, p. 141).

O patrimônio segundo a concepção à moderna do termo é identificado como referência ao material (tangível), e cujo significado reside no suposto valor inato ou imanente (SMITH, 2006). Esse mesmo discurso também engendra a lógica da transmissão obrigatória, e a indestrutibilidade do ‘bem’, sendo a sua conservação física um legado para o futuro (CHOAY, 2006).

Na contramão dessa perspectiva, assiste-se no decorrer do século XX, o reconhecimento das práticas, dos saberes e dos fazeres ligados ao patrimônio, de uma definição que aproxima o conceito da sociedade, do imaterial, daquilo que é intangível. Esse novo olhar para o patrimônio, adquire sentido especialmente a partir da década de 80, com profusão de estudos memoriais e patrimoniais; organização dos movimentos civis; legislações internacionais; além dos esforços coletivos de pesquisadores, que juntos observam o fenômeno patrimonial sob o ponto de vista inter e transdisciplinar.

A emergência de pensar o patrimônio no contexto pós-guerra e sob influência das consequências devastadoras dos regimes ditatoriais, serviu fundamentalmente para elucidar como esta categoria, pode servir como

elemento de coesão entre as sociedades e as representações de seus passados, assim como o reconhecimento patrimonial, pode acirrar conflitos em torno de uma memória coletiva (CANDAU, 2014). Diante da grande variedade de discursos que são mobilizados tanto pelo Estado quanto pela sociedade, o patrimônio é “identificado”, “celebrado” ou mesmo “contestado” em termos sociais, ideológicos e simbólicos (GONÇALVES, 2007). Essa discussão não está isolada do que se seleciona no presente como herança social nos museus.

Desse modo, é fundamental debater a relação com as categorias “memória” e Identidade”, que são substratos fundamentais na construção da ideia de patrimônio.

Assim, diferentes autores referenciais do campo da memória social e do patrimônio cultural têm explicado a memória a partir de algumas definições basilares, tais como: “um fenômeno que prolonga o passado no presente” (BERGSON, 1990. p.247.); “(...) um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” ou algo que “(...) se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993.p.9); “uma reconstrução continuamente atualizada do passado” (CANDAU, 2012, p.9); “(...) o antídoto do Esquecimento” (LE GOFF, 1990, p.378 e 476) ou “(...) o armazenamento e evocação de informação adquirida através de experiências” (IZQUIERDO, 1989, p. 89).

Tendo em vista a reflexão desses autores, a definição de memória é múltipla e tem atendido a diferentes contextos históricos e sociais ao longo do tempo, enquanto uma categoria polissêmica. Para Pollak (1992) a memória pode ser concebida como um processo incessante de atualização do passado no presente, mas é preciso ter a compreensão de que a memória também “é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p.4).

Acompanhando a reflexão de Pollak, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 5). Dessa forma, memória e identidade são substratos fundamentais para a consolidação da ideia de patrimônio, uma vez que essa categoria é construída “de acordo com ideias, valores, interesses, compartilhados em maior ou menor grau”. Segundo o autor, a encontramos “bem no coração da reprodução social” (PRATS, 2005, p. 26).

No sentido que remete essa definição, o antropólogo Joel Candau (2014) afirma que a memória “é uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo” (CANDAU, 2014, p. 9). Nessa concepção, o passado não é evocado pela memória em sua “integralidade”, e sim de acordo com as representações que os sujeitos constroem sobre este passado, processo que ocorre sempre de acordo com o nível de compartilhamento entre os grupos sociais (CANDAU, 2016). Ainda dialogando com o autor, tanto a memória quanto a identidade formam os sujeitos, pois são indissociáveis no reconhecimento patrimonial.

[...] memória e identidade se entrecruzam são indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até a sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente (CANDAU, 2014, p. 19).

Tendo em vista essas múltiplas definições de memória e identidade, é possível inferir que tudo ao nosso redor pode ter um significado para um dado grupo ou classe social, mas apenas algumas parcelas selecionadas pela população e, eventualmente com aval do Estado, é de fato “institucionalizado” e por vezes “patrimonializados”. Passa-se agora a definir conceitualmente os termos, “coleção”, “musealidade” e “musealização”, enquanto princípios basilares de preservação.

1.4 Coleção, musealidade e musealização: conceitos basilares de preservação.

Entende-se que ao tratar da trajetória biográfica dos objetos pertencentes ao Museu em análise, deve-se ter em mente os procedimentos basilares de preservação, que são fundamentais no fazer museal e na valorização das memórias sociais. Desse modo, coube indagar-se o que vem à mente dos sujeitos quando se referem à ideia de coleção? Quais características a definem como tal? Afinal, para que e para quem coleciona-se? Que tipo de informação uma coleção pode fornecer? Dúvidas como está estão sempre rodeando às percepções sociais sobre a cultura material, ou seja, o que os sujeitos guardam e significam ao longo de suas vidas sociais, influi diretamente na construção de um determinado olhar sobre o mundo e sua realidade.

Segundo Susan Pearce (1994) a concepção usual do termo volta-se a definição de conjunto ou classe de objetos reunidos para atender a uma prática

de acúmulo. De antemão, afirma-se que essa definição é problemática e tem sido refutada por vários pesquisadores. Visto que uma coleção se constituiu, nas palavras da autora, pelas múltiplas informações que são reunidas por seus colecionadores, suas formas de suas singularizações e regimes de valores. Para tanto, o processo de formação de coleções perpassa a compreensão de questões psíquicas, sociológicas, antropológicas, históricas, etc.

Essa ideia vai ao encontro com a postulada por Belk (1995) ao se referir ao ato colecionar como “processo de adquirir e possuir coisas de forma ativa, seletiva e apaixonada. Essas coisas são retiradas de sua utilidade ordinária e percebidas como parte de um conjunto de objetos ou experiências” (BELK, 1995, p. 67). De acordo com o autor, fica claro que formar coleções está intrinsecamente associado a forma como as pessoas atribuem valores e significados, afeições e emoções. Essa ideia é fundamental para esta pesquisa, uma vez que a trajetória biográfica da coleção em tela revela o potencial extrínseco da coleção arqueológica em exposição, suas múltiplas interlocuções sociais e simbólicas.

No campo da Museologia os autores Desvallés e Mairesse (2014), consideram uma coleção como ampla categoria de objetos materiais e imateriais reunidos por “uma atitude fenomenológica dos indivíduos e de grupos” e cuja finalidade é de “reunir, classificar, selecionar e conservar”, sempre com vistas à comunicação (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014, p. 32). Essa ideia de coleção é fundamental, pois transcendem a abordagem focada no objeto, e se espalha em decorrência de atitude fenomenológica dos sujeitos, ou seja, em virtude de sua potência simbólica e emotiva.

Na mesma linha de argumentação Maroevic (2004) nos explica que uma coleção não deve ser compreendida como uma simples soma de objetos de museu, justificando que uma coleção assim concebida é: “[...] um organismo vivo que, em certas situações, (...) **pode desempenhar o papel de um objeto de museu e, vista como um todo, tem o significado e o valor de um documento.** Nesse caso, os valores documentários dos objetos individuais são somados ao valor da coleção como um todo” (MAROEVIC, 2004. p. 26. Tradução nossa).

Com base na discussão de Maroevic, uma coleção deve ser percebida como “um organismo vivo”, mimetizado pela sinergia construída entre os sujeitos

e sua relação com o espaço/território/cenário. Ao ser transferido para o museu, o objeto, além de suporte de memória, torna-se documento, quando passa a desempenhar uma função representacional ou simbólica. Essa transformação e ou validação científica de objeto-testemunho à objeto-semióforo, pode ser explicada na concepção de Pomian (1984b) ao considerar que,

o semióforo desvela o seu significado quando se expõe ao olhar. Tiram-se assim duas conclusões: a primeira é que um semióforo acede à plenitude do ser semióforo quando se torna uma peça de celebração; a segunda, mais importante, é que a utilidade e o significado são reciprocamente exclusivos: quanto mais carga de significado tem um objeto, menos utilidade tem, e vice-versa!. (POMIAN, 1984, p. 72).

Dessa forma, para que objeto seja um semióforo é preciso de uma mudança no seu regime de valores que são conferidos a ele pela própria sociedade. Passa-se a vê-lo como uma representação do invisível, àquilo que está tangenciado a materialidade, mas que raramente esses valores “nativos” construídos pela própria tessitura social são levados em conta para a sua preservação, especialmente nos museus, que geralmente buscam retratar a história mais antiga da coleção, ao invés de lançar olhares para seus movimentos mais recentes, suas representações sociais contemporâneas.

Evidentemente, que ao ser selecionado e transferido para ambientes propícios para a sua comunicação, os objetos adquirem notória visibilidade, passam a servir de base para as construções de discursos sobre a realidade (CHAGAS, 2002) a partir de determinadas escolhas teórico-metodológicas. Nesse sentido, anunciado seu “destino final” nos museus, os objetos encontram uma nova casa, uma nova vida social, passam por novas qualificações e significações (DEBARY, 2010). Assim, os museus permitem que as memórias individuais e familiares encerrem o ciclo de vida, sua trajetória neste contexto, oferecendo agora novas possibilidades como lugar das memórias coletivas e multifacetadas (MENESES, 1998).

A sua fase museológica, que é a mais recente na trajetória biográfica demarca claramente as fronteiras entre a percepção nativa dada sobre o objeto, e aquela matizada pelo olhar dos especialistas. Ao se deparar com os objetos, reunidos em uma coleção, cabe indagá-los acerca de suas múltiplas

temporalidades e espacialidades que habitam/habitaram. Diferente dos gabinetes de curiosidades, cuja restrição, a determinados objetos atendiam a interesses particulares de seus colecionadores. O ato de colecionar está intimamente associado ao ato de expor (POMIAN, 1984), ou dar visibilidade ao objeto, considerando essa etapa como essencial na vida de um objeto. Dessa forma, supõe-se que o objeto tem sim vida útil, e as estratégias de conservação preventiva aplicada pelos museus, buscam apenas amenizar “os estragos do tempo”, a partir de procedimentos técnico-científicos, não são capazes de manter “sozinhos” preservados os fatores de ‘elegibilidade’ que fazem do bem uma referência para a memória e identidade dos grupos sociais.

Outro conceito fundamental para entender o processo de formação de coleções é a própria musealidade. Segundo Pomian (1984b) o ato de coletar objetos para fins de significação e uso, é uma expressão de musealidade, estabelecida entre o sujeito que seleciona o objeto de sua natureza intrínseca e o transforma em um “ser significativo”.

No campo dos museus, a relação entre musealidade e musealização ainda divide opiniões dos especialistas. Cabe apontar as diferenças e reciprocidades entre esses dois conceitos. Para alguns teóricos a musealidade deriva da musealização, isto é, a qualidade dada ao objeto se dá a partir de um processo museológico de sistematização e contextualização. Enquanto a musealização, segundo o museólogo e filósofo Tcheco Zbynek Stránský (1960), é uma ação efetiva, que resulta da própria experiência humana em preservar aquilo que lhe é significativo no tempo e espaço, em conformidade com seus regimes de valores. É a interação entre musealidade e musealização, enquanto processos museológicos de ação e percepção que se coadunam no âmbito social, a partir do objeto-museal e cuja finalidade de é conhecê-lo doravante como patrimônio.

Para Devallés e Mairesse (2014, p.56) a musealização consistem na ação de “extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ele um estatuto museal”. Entende-se que tal definição, vista de uma perspectiva atualizada da ideia de museu é problemática. Da mesma forma que o papel social de um museu não é lugar de aprisionamento da cultura material para fins de exibição, a musealização não tem papel de aniquilar a

potência emotiva e simbólica da cultura material. Muito pelo contrário, é efetivamente a musealização que potencializa a musealidade da cultura material e é capaz de transcender a abordagem intrínseca para desvelar os aspectos extrínsecos.

Ainda discutindo essa abordagem com Desvallés e Mairesse (2013) o objeto de museu não é somente um objeto em museu, visto que “[...] por meio da mudança de contexto e do processo de seleção, de ‘thesaurização’ e de apresentação, opera-se uma mudança do estatuto do objeto (DESVALLÉS e MAIRESSE, 2013, p. 57. Grifo nosso). Na perspectiva dos autores, a musealização é uma operação de transformação no sentido dos objetos, quando esses passam por novos processos de seleção, classificação, organização tipológica, e até mesmo uma nova definição, de acordo com a missão institucional da instituição.

Dessa forma, ao adentrar aos museus, os objetos não permanecem inócuos como poderíamos supor, eles adquirem uma nova carga de significados, que são atribuídos através da leitura de diferentes atores sociais, sejam eles: os próprios profissionais do museu, que os recebem das mãos da sociedade, assim como, dos demais funcionários da instituição que realizam os procedimentos basilares de conservação preventiva: higienização, acondicionamento, e guarda institucional. O público como ator social nos processos de recepção das ações museais, exerce papel fundamental no processo de (res) significação dos discursos museais em perspectiva multitemporal e o processo comunicativo não se espraia apenas em decorrência de uma exposição, ele é, ou pelo menos deveria ser uma tarefa permanente de um museu.

Como argumenta o professor e poeta Mário Chagas (1996, p.58) “potencialmente tudo é museável (passível de ser incorporado a um museu), mas, em verdade, apenas determinado recorte da realidade é musealizável”. Implica dizer, de algum modo, que o processo de musealização é uma ação intencional, política e administrativa, que depende do olhar matizado na preservação física dos objetos, mas, sobretudo, em termos informativos. No sentido que remete essa reflexão, o objeto em museu tem sim vida útil. O que lhe é extraído como dado é que permanece na sua trajetória de vida social, enquanto informação em potencial. Do mesmo modo, pressupõe-se uma

inevitável seleção entre o museável e o musealizado, como é o caso dos múltiplos fragmentos de objetos arqueológicos que são incorporados no cotidiano dos museus, mas que são relegados a indiferença social, seja por questões estéticas, científicas, históricas, etc. Não raro, os museus priorizam a representação de objetos pela sua forma, cor, tamanho, textura, ou seja, por seus aspectos intrínsecos.

Neste sentido para Desvallés e Mairesse (2014) existe uma diferenciação crucial entre musealidade e musealização.

A musealização, como processo científico, compreende necessariamente o conjunto das atividades do museu: um trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), de pesquisa (e, portanto, de catalogação) e de comunicação (por meio da exposição, das publicações, etc.) ou, segundo outro ponto de vista, das atividades ligadas à seleção, à indexação e à apresentação daquilo que se tornou musealia. O trabalho da musealização leva à **produção de uma imagem** que é um substituto da realidade a partir da qual os objetos foram selecionados. Esse substituto complexo, ou modelo da realidade construído no seio do museu, constitui a musealidade, como um valor específico que emana das coisas musealizadas. **A musealização produz a musealidade, valor documental da realidade, mas que não constitui, com efeito, a realidade ela mesma.** (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57-58. Grifo nosso).

Contudo, essa perspectiva também é vista por alguns especialistas como problemática, especialmente, no tratamento da museologia enquanto disciplina. Para Tereza Scheiner (2005) a musealidade depende de um processo de atribuição social e simbólica de valores, que se dão através das representações que os sujeitos sociais fazem dos objetos em um dado contexto histórico e social. Assim para a autora a musealidade,

[...] é reconhecida por meio da percepção que os diferentes grupos humanos desenvolvem sobre esta relação, de acordo com os valores próprios de seus sistemas simbólicos. Como valor atribuído (ou assignado), (sic) a percepção (conceito) de 'musealidade' poderá mudar, no tempo e no espaço, ajustando-se aos diferentes sistemas representacionais de cada grupo social. (SCHEINER, 2005, p. 95. Grifo nosso).

Tendo em vista essa fundamentação, por definição, essa ideia está imbricada na carga de conhecimento e significado atribuído ao bem, que fará dele uma referência para a memória e identidade. Dito isso, importa reconhecer que a musealidade depende da construção de relações ontológicas entre sujeitos e objetos – que não necessariamente ocorre dentro de um espaço delimitado – o museu-instituição, mas se espalha em decorrência das relações intersubjetivas e sociais, o museu-processo.

Bruno (2006) considera que a musealidade antecede o processo de musealização, ou seja, antes que os objetos sejam engendrados em novas categorias de análise. Como nos diz a autora, “as atividades de observar, selecionar e valorizar, expor e guardar distingue a sociedade humana há milênios, dando origem às ações do colecionismo que, por sua vez, permearam as rotas que levaram ao surgimento dos museus” (BRUNO, 2006, p. 123).

Essa ideia de musealidade e musealização é particularmente importante para a pesquisa, visto que selecionamos uma amostra de interlocutores que são na verdade agentes patrimoniais da instituição. Estes interlocutores relatam por meio da oralidade, suas percepções que sempre estão em consonância com as distintas experiências pessoais e profissionais adquiridas ao longo de suas vidas sociais. A percepção que os sujeitos tem da realidade, não é um atributo imanente, ela poderá sofrer singularizações, e assim, como nos diz Scheiner (2005), ajusta-se aos sistemas simbólicos que são representativos de cada grupo social. Um objeto arqueológico, para se utiliza um exemplo neste trabalho, mesmo exposto em uma vitrine museológica, não serve apenas como referência a uma determinada técnica de confeccionar a cultura material para fins de uso em alimentação, cerimonial, etc. Ele [o objeto] além de seu suporte físico da ação do artesão, ele é um ser socialmente construído e simbolicamente reivindicado.

Nessa toada, imagina-se que as comunidades em sua interação cotidiana com os acervos também criam percepções, atribuições e ideias (ou seja, musealidades) que se distinguem de um reconhecimento apenas aquele restrito ao ambiente acadêmico e a interpretação dos ‘especialistas’. Essa ideia se aproxima do próprio conceito de patrimonialidade, que segundo Polout (2012) é a carga de sentido e significado dado ao patrimônio. A musealidade dos objetos em exposição no Museu em análise seria, portanto, o emaranhado de imagens e ideias sobre a cultura material, sempre em fluxo nas relações sociais e em movimento. Disso vale a reflexão, o objeto – esterilizado em procedimentos técnico-científicos, estigmatizado por etiquetas-síntese, no acervo museal, são privados da possibilidade de gerar conexões e novas reflexões – quando não em interação social. E talvez seja essa uma leitura atualizada dos museus arqueológicos e suas congêneres, ao privar o objeto da interação deixa-se de lado seu potencial emotivo que poderia servir de encenação social.

Os museus como espaços de articulação das memórias sociais e constituição das identidades, também os ressignificam – criando novas narrativas e formando novas musealidades da cultura material. Por essa razão acredita-se que no estudo de caso apresentado, a musealização como procedimento fundamental do museu, é que de fato vai permitir acesso às musealidades imbricadas na trajetória biográfica da coleção arqueológica no Museu, uma vez que essas musealidades estão imbricadas na própria relação que os sujeitos elaboram para reconstituir o passado através das memórias do presente, uma força motriz de sua narrativa.

Nessa perspectiva Gonçalves (2009) argumenta que

[...] a narrativa, na condição de modalidade específica de comunicação humana, floresce num contexto marcado pelas relações pessoais. O narrador é alguém que retoma o passado no presente na forma de memória, ou que aproxima uma experiência situada num ponto longínquo do espaço. A narrativa sempre remete a uma distância no tempo ou no espaço. Essa distância é medida pela experiência pessoal do narrador (GONÇALVES, 2009, p. 172).

Atinente a reflexão de Gonçalves, a narrativa através da oralidade, é uma fonte substancial para demarcar as experiências das pessoas com os objetos. Neste sentido, a informação arqueológica deve ser compreendida como um meio, um veículo para a inserção de outras perspectivas/narrativas sobre o passado. Essas informações construídas aqui e agora, que fazem destes objetos, semióforos, ou seja, pela sua capacidade de projetar, estimular e construir reflexões.

Para fins deste estudo, entende-se que a musealização é uma forma de patrimonialização, que pode não ocorrer efetivamente a partir do olhar efetivo do arqueólogo, neste aspecto adjetivado como arqueológico, mas do museólogo, como agente que atribui sentido a cultura material tendo em vista a comunicação. Cury (2005) discorrendo acerca do papel dos museus na comunicação com o público, argumenta que o sentido do processo comunicacional não está em transmitir mensagens ao público via recursos expositivos, mas sim, no processo de interação que ocorre sujeito-objeto em um contexto de significação, o museu, através de troca de informações, sejam elas, científicas, sociais, políticas, ideológicas e simbólicas. Dessa forma como argumenta a autora, “[..] o sentido

maior do processo de comunicação está na dinâmica da interação a partir do encontro (CURY, 2005, p.78).

A partir da discussão lançada por Cury, supõe-se que o processo de comunicação que se dá a partir do encontro entre “o homem, o objeto, e o cenário” (GUARNIERI, 2010), antecede a própria instituição-museu, mas decorre dos movimentos dos objetos desde a sua descoberta (o contexto) e seus múltiplos trânsitos físicos e de sentidos até o Museu e a relação que se dá a partir do modo como as sociedades se apropriam dos objetos.

[...] na relação profunda entre o homem – sujeito conhecedor -, e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir. Essa relação comporta vários níveis de consciência, e o homem pode apreender o objeto por intermédio de seus sentidos: visão audição, tato, etc. Essa relação supõe, em primeiro lugar e etimologicamente falando, que o homem “admira o objeto” (GUARNIERI, 2010, p. 123).

Desse modo, é fundamental observar os objetos no plano museal como constituinte de uma determinada trajetória biográfica, repleta de mudanças de valores e sentidos. Ao entender seus deslocamentos, novos processos comunicativos podem ser construídos, aproximando as pessoas das distintas vidas sociais dos objetos.

Do ponto de vista científico, apesar do arqueólogo determinar a qualidade do objeto como patrimônio, é a museologia que auxilia no processo de gestão das coleções e políticas de aquisição de acervos, que inclui desde a comunicação, documentação, pesquisa e extroversão. No mesmo compasso, estes objetos podem ser alvo de investigação de museólogos, que a partir de determinadas categorias de “patrimônios”, passam a interpretá-los segundo um viés museológico.

É evidente que toda essa discussão encontra efeito diverso no cotidiano do Museu. Conforme Rosa (2020, p.14) a política de acervo faz parte do plano museológico, é um documento que orienta as ações de controle e manejo de coleções, que perpassa os procedimentos basilares de musealização. No entendimento de Pimentel, Bittencourt, Ferrón (2007) a política de acervo pode ser definida como,

conjunto de diretrizes filosóficas e conceituais que, formalizado e expresso em documentos de ampla disseminação, orienta estratégias de ação objetiva de localização, identificação, abordagem, recolhimento e tratamento de objetos passíveis de musealização (PIMENTEL; BITTENCOURT; FERRÓN, 2007, p. 94).

Conceitualmente, o termo gestão de coleções tem sido aplicado em referência, “aos vários métodos legais, éticos, técnicos e práticos pelos quais as coleções do museu são formadas, organizadas, recolhidas, interpretadas e preservadas”. (LADKIN, 2004, p. 17). Como visto a definição de uma política de acervos e gestão de coleções, é ampla e tem por finalidade propor recursos adequados para o planejamento institucional das instituições, na possibilidade de qualificar suas ações museológico-curatoriais. Em uma perspectiva institucional, o ato de salvaguardar tem efeito administrativo e normativo, especialmente quando, os valores (intrínsecos e extrínsecos) de um determinado “bem” encontram-se ameaçados de desaparecimento e ou destruição.

Desse modo, julga-se pertinente que o processo de gestão de acervos e coleções é fundamental para a manutenção das ações curatoriais da própria instituição, que passa a dar maior atenção a toda documentação gerada tanto pelo projeto de pesquisa (no caso de formação de coleções acadêmicas), quanto para às doações espontâneas da sociedade (como é o caso dessa coleção em específico). Daí decorre a importância da construção e implantação de um plano de gestão adequado a realidade institucional, como nos diz Mendonça e Santos,

Assim, as informações que são passadas para o museu em conjunto com a documentação primária precisam vir em anexo com as coleções. Essa documentação associada - a exemplo de mapas, croquis e relatórios de pesquisa realizados em campo ou em laboratórios - deve compor a estrutura organizacional da instituição como protocolo para a concessão de endosso. De modo a dar condições no processar e gerir o conhecimento relativo ao patrimônio arqueológico, visando ao resguardo institucional, diante de problemas futuros relativos à pesquisa, salvaguarda e disseminação (MENDONÇA e SANTOS, 2017, p.128).

Como ressaltam as autoras, toda documentação primária que é repassada ao Museu no ato do processo de aquisição servirá como adendo a formação de um registro documental da coleção, que o acompanhará ao longo de seus deslocamentos internos e externos. Isso significa que há uma tentativa, mesmo que incipiente, de contextualização dos objetos, que depende da própria missão institucional e da definição da política de acervo da instituição. Neste sentido, conforme adverte Ribeiro (2012) a aquisição desmedida e desconectada de uma orientação técnico-científica poderá gerar refugos que atrapalham o fluxo de informação nos museus. A informação é processada pelo museu através de um componente de entrada (aquisição), mas não chega a passar por um

processo de maturação (estudo/extroversão), fator que acaba, inevitavelmente, resultando na perda de informação nas documentações da própria instituição.

Dessa forma, é correto pensar que o acúmulo desmedido de uma política de acervo só serve como pretexto para a ‘preservação’, mas que na verdade é responsável pela saturação dos processos museológicos e o comprometimento das ações curatoriais de um museu. Quanto mais objeto é adquirido, menos espaço tem, e conseqüentemente, menos ações técnico-científicas são desenvolvidas sobre esses objetos e sua relação com às vidas sociais das pessoas.

No que se refere aos museus arqueológicos, ao longo das últimas décadas formam-se milhares de coleções, a sua grande maioria com escassa informação associada. Nesse cenário marcado pelo isolamento e abandono dos acervos (BRUNO, 1995) cabe indagar-se: os museus em seus distintos domínios institucionais darão conta de comunicar todo esse contingente de objetos com a sociedade? e mais, esses objetos chegarão a ‘despertar’ às relações de ‘pertencimento’ e ‘herança social’, mesmo isolados das redes de sentidos que os mantêm vivos do lado de fora (distintas possibilidades de significação)? Para responder objetivamente esses dois questionamentos, com base no atual cenário de crise museológico-curatorial, é possível supor que não haverá este retorno, uma vez que as instituições ainda permanecem deslocadas das discussões contemporâneas.

Muitas instituições ainda permanecem intimidadas quanto ao desenvolvimento de ações com acervos arqueológicos, especialmente pelas incongruências da legislação vigente. Ao conceber como o patrimônio arqueológico como “nato-patrimônio” de poder da união e isolá-los nos museus, deixa-se de lado, que esses objetos só adquirem sentido através dos valores, sentidos e significados mobilizados pela própria sociedade. Diferente disso o objeto perde seu potencial de comunicação e acaba irremediavelmente perdido entre os milhares de conjuntos patrimoniais encaixotados, ensacados, ou simplesmente deixados sem proteção alguma nas reservas técnicas institucionais.

Nesse sentido, os novos movimentos científicos e o protagonismo das comunidades nos processos de apropriação social e simbólica das coleções nos

museus, torna-se o mote para uma transformação epistêmica das áreas vocacionadas ao debate dos patrimônios culturais e das instituições que a partir de um exercício contemporâneo de ‘deslocamento de olhares’ (BRUNO, 2020) buscam romper com linearidade do pensar e do fazer científico (QUIJANO, 2000), e consequentemente, com a lógica de acúmulo engendrada desde o século XVI nessas instituições. Numa leitura transversal dessas realidades institucionais, entende-se que as estruturas de longa duração, que atravessam historicamente as instituições, representam camadas de significações que se consolidaram nos objetos e que, em razão de distintas opções teórico-metodológicas permanecem no cotidiano das instituições.

Nesse sentido, não raro a ideia de patrimônio arqueológico no âmbito institucional, como é o caso dos museus, fixa-se no discurso autorizado do patrimônio, deixando de lado toda a potência imaginativa e emotiva que esses objetos, que poderiam encenar na própria reprodução social, como nos diz Prats (2005). Visto assim, o patrimônio arqueológico para utilizarmos o exemplo deste trabalho, só adquire sentido social quando passar a ser articulado com os referenciais de memórias e identidades das comunidades e grupos sociais, a partir de dinâmicas sociais de encontros no cotidiano dos museus (CURY, 2005).

Tendo em vista essa discussão não são apenas as informações intrínsecas que constituem o objeto, mas são necessariamente as interlocuções que se fazem destes objetos, com os contextos e múltiplos significados a eles relacionados no presente, aspectos que constituem a sua trajetória biográfica. Este ponto nos instiga a pensar na função social dos museus, que expõe determinadas parcelas de patrimônios e outros mantêm distanciados da visão do público nas reservas técnicas institucionais.

Tais antecedentes históricos, conforme apresentados no tópico introdutório, demonstram o quanto às sociedades ainda permanecem afastadas das interpretações arqueológicas, e, sobretudo, das possibilidades de apropriação dessas “materialidades” no presente. Dessa forma, as discussões que envolvem a musealização/patrimonialização das referenciais culturais, têm sido mediadas por novas estratégias de preservação integral do patrimônio, de modo que preservação física dos objetos esteja sempre em consonância com a valorização social, científica e simbólica.

Neste capítulo apresentou-se algumas reflexões teórico-conceituais que são fundamentais para o trato dos acervos arqueológicos, notadamente no que se refere ao cenário brasileiro. Entende-se que os conceitos são substanciais para a gestão desses conjuntos patrimoniais, uma vez que perpassa fundamentalmente as ideias basilares de salvaguarda e comunicação museológica.

1.5 O reconhecimento jurídico-burocrático do patrimônio arqueológico brasileiro entre o Séculos XX e XXI.

Preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma velha cidade. Preservar é também gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos de qualquer natureza, de sítios, de cidades, e bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano [...]

Carlos Lemos (1987, p. 11).

No contexto brasileiro, o reconhecimento jurídico-burocrático do patrimônio arqueológico ocorre pela primeira vez por intermédio do decreto-lei 25 de 1937, o qual vem instituído a partir de uma política de tombamento (FONSECA, 2005). Mas é somente na década de 60, na edição do decreto-lei 3.924 de 1961, é que são identificados “os monumentos arqueológicos e pré-históricos”, ampliando consideravelmente as resoluções do decreto-lei de 25 de 1937¹³.

De fato, se analisarmos a promulgação dessa legislação sob circunstâncias políticas e institucionais, percebemos que embora tenha tido alguns avanços no reconhecimento jurídico-burocrático de chancela deste tipo de patrimônio, por outro, fica latente a indiferença gerada para os objetos arqueológicos de cunho colonial (ou histórico), que não foram devidamente contemplados por essa mesma legislação em 1937.

Embora, o reconhecimento do patrimônio arqueológico só tenha ocorrido na década de 60, através do decreto-lei de 3.924, o mesmo prevê que sociedade civil fica encarregada, junto ao estado, de proteger e preservar o patrimônio da nação (CF DE 1988).

¹³ Nesse sentido, o patrimônio arqueológico era necessariamente aquilo que foi herdado das populações indígenas antes da formação do Estado, e identificado pela monumentalidade dos sítios¹³.

Voltando a legislação brasileira, imbuídos de todas essas mudanças, a partir da década de 1970, observa-se uma transformação na ideia de patrimônio cultural. O surgimento do Programa de Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) foi um marco importante nesse contexto. A frente destes dois instrumentos destaca-se o protagonismo de Aloísio Magalhães que vai propor novas problematizações acerca da política patrimonial, sobretudo, impulsionado pela publicação da Carta de Veneza (1964), que redefine o conceito de bem cultural.

É, especialmente, neste período que ocorre uma atenção ao tema da diversidade cultural como patrimônio, e se propõe o rompimento com a ideia de excepcionalidade cultural, que passa a tratar o patrimônio não apenas do ponto de vista institucional, mas enquanto parte da memória coletiva. Como nos diz Fonseca (2005) “mesmo não podendo ser identificados com “fatos memoráveis da história do Brasil” e não se destacando por seu valor artístico excepcional, tornam-se passíveis de tombamento federal” (FONSECA, 2005, p.134). De acordo com a autora, abre-se espaço para novas concepções de patrimônio, diferente da lógica engendrada pelos projetos nacionais.

Vale ressaltar que Constituição Federal Brasileira de 1988, ampliou consideravelmente a noção de patrimônio, prevendo instrumentos jurídicos que atuem em defesa e valorização das referências culturais, tais como: (inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação), entre outras formas de acautelamento como a inserção dos valores de referência cultural (SOARES, 2009). Segundo Fonseca (2005) com o surgimento de novas formas de acautelamento, a expressão “preservar” se insere na discussão ampliada do patrimônio.

Conforme a autora, essa nova visão sobre a ideia de patrimônio e de preservação, demonstra que é na apropriação social que os bens culturais ganham seus sentidos patrimoniais, de representação cultural. Nesse sentido, alinha-se o pensamento com Fonseca (2005) ao afirmar que não basta apenas a proteção da integridade física dos bens patrimoniais para garantir uma política pública eficaz em termos de “preservação patrimonial”. É preciso que haja condições de acesso a esses bens, o que implica em reconhecer os fatores

sociais, que vão além da mera presença em espaço público e do reconhecimento institucional do Estado sobre esses bens.

Essa dimensão da questão do patrimônio, ou seja, a consideração dos bens do ponto de vista de sua recepção, não costuma ser abordada, a não ser eventualmente, pelos agentes institucionais. Normalmente, é do ponto de vista da produção dos patrimônios que a questão é tratada, seja na afirmação do valor nacional dos bens tombados, tônica do discurso oficial, seja na crítica ao modo como são selecionados esses bens. Entretanto, poucos se voltam para a análise do modo e das condições de recepção desse universo simbólico pelos diferentes setores da sociedade nacional, questão que é particularmente importante no Brasil, onde a diversidade cultural é imensa, a escola cumpre muito precária e limitadamente uma de suas funções principais, que é a de formar cidadãos com base cultural comum, e onde o hábito de consumo de bens culturais é incrivelmente restrito. (FONSECA, 2005, p.39).

De acordo com a autora, o tema do patrimônio ainda está muito atrelado ao discurso oficial e indiferente do ponto de vista da recepção, dos usos sociais contemporâneos. De outro modo, essa discussão põe em tela que o Estado, enquanto instituição jurídica máxima sob a tutela do patrimônio arqueológico, não é o único agente a ser envolvido no processo de preservação cultural.

No panorama internacional, no que se refere à interface arqueologia e museologia, entre os principais documentos internacionais voltados a essa problematização, destaca-se a recomendação de Nova Delhi (1956), que propôs o uso social do patrimônio arqueológico por meio de ações educativas, e discute o papel social dos museus.

Deveria ser criado, junto aos sítios arqueológicos importantes, um pequeno estabelecimento de caráter educativo, eventualmente um museu, que permita aos visitantes compreender melhor o interesse dos vestígios que lhes são mostrados (DELHI, 1956).

Tais documentos visaram refletir sobre as distintas estratégias de preservação patrimonial dos recursos culturais, e cada país engendrou tais recomendações de acordo com suas demandas locais. Contudo, a aplicação no contexto latino-americano se deu de modo muito peculiar, tendo em vista uma multiplicidade de grupos étnicos, e a diversidade cultural dos países. Assim, também surgiram desafios aos museus, como trabalhar com a diversidade de memórias e identidades.

No decorrer da década de 1990 o Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM – ICOMOS) publicou a Carta de Proteção e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico em nível internacional, que trata em seus nove artigos sobre o tema, a definição do que se constitui como patrimônio

arqueológico: Sendo que no artigo 1º da Carta de Lausanne (1990), o patrimônio arqueológico compreende,

a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas não importando quais sejam elas: estruturas, e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (LAUSANNE, 1990\IPHAN, 2000, p.2).

Com base no conteúdo da carta, nota-se uma ampliação do conceito de patrimônio arqueológico, à medida que este enquanto parte do patrimônio cultural, “constitui herança de toda a humanidade e de grupos humanos, e não de indivíduos ou de nações” (LAUSANNE, 1990, p.3).

Essa ideia é particularmente importante se analisarmos o contexto contemporâneo tratando-se especialmente dos processos de gestão do patrimônio arqueológico. Mesmo com a ampliação das discussões sobre a tutela deste patrimônio, no contexto brasileiro, o patrimônio arqueológico está condicionado à representação do Estado. Contudo a ampliação deste conceito trouxe expectativas para gerar novas discussões no âmbito nacional pelo menos do ponto de vista científico nas universidades. Como podemos observar abaixo, a carta prevê ações voltadas junto ao poder público compreendendo como a participação social e valorização do conhecimento tradicional pode contribuir para o equacionamento das políticas de representação do patrimônio arqueológico,

[...] sendo imprescindível todas às vezes em que o patrimônio de uma população autóctone estiver ameaçado. Essa participação deve estar fundada no acesso ao conhecimento, condição necessária a qualquer decisão. A informação do público é, portanto, um elemento importante de "conservação integradall (LAUSANNE, 1990\IPHAN, 2000, p.2).

Assim a ampliação do conceito de patrimônio, em especial, patrimônio arqueológico, permitiu estabelecer novas diretrizes para garantir instrumentos de proteção e a valorização deste tipo de manifestação cultural a nível internacional.

Apesar de que o Brasil, como nos diz Costa (2014) em termos de legislação patrimonial, é o país da América Latina que mais possui discussões nesse âmbito, justificando a importância do debate em vários segmentos patrimoniais. No que se refere os patrimônios arqueológicos, percebe-se a ausência de políticas públicas relacionadas a estes patrimônios. A maioria das legislações e normativas são alusivas ao processo de licenciamento ambiental

da década de 1990, cujo debate rende diversos questionamentos sobre a preservação “efetiva” destes bens na atualidade.

De modo geral, é sabido que a legislação patrimonial como instrumento jurídico de regulamentação legal, não é o único recurso de preservação dessas fontes. Entende-se que se faz necessário as ações da própria sociedade. E isso depende de dois movimentos importantes: 1) Estado deve criar meios para que a sociedade participe de modo efetivo dos processos de gestão das referências patrimoniais, sendo que a narrativa dos arqueólogos não deve aniquilar a narrativa das comunidades. 2) arqueólogos e demais profissionais do patrimônio devem primar por ações colaborativas e inclusivas, que sensibilizem as comunidades na apropriação social e simbólica das referências culturais do passado no presente.

2 Estruturação metodológica: tecendo uma biografia cultural das coisas arqueológicas em museus.

Este capítulo estruturou-se enquanto parte da construção teórico-metodológica. Nele discorre-se acerca da ideia de “vidas sociais das coisas” (APPADURAI, 2008), para fundamentar a concepção de “biografia cultural das coisas” (KOPYTOFF, 2008). Tendo em vista essa escolha discorre-se sobre ambos conceitos a partir dos estudos de cultura material e propõe-se algumas reflexões a partir de sua dimensão aplicada no âmbito dos museus. O final do capítulo introduz o estudo empírico realizado no Museu através da respectiva coleção arqueológica em análise.

2.1 coisas em movimento ou movimento das coisas: quantas vidas sociais tem às coisas em museus?

As coisas não são, portanto, simples objetos neutros que contemplaríamos diante de nós; cada uma delas simboliza e evoca para nós uma certa conduta, provoca de nossa parte reações favoráveis ou desfavoráveis, e é por isso que gostos de um homem, seu caráter, a atitude que assumiu em relação ao mundo e ao seu exterior são lidos nos objetos que ele escolheu para ter à sua volta, nas cores que prefere, nos lugares onde aprecia passear.

Maurice Merleau-Ponty (2004).

A reflexão posta em epígrafe do filósofo Francês Merleau-Ponty, nos serve de inspiração para a estruturação metodológica dessa pesquisa. Conforme o autor, às coisas materializadas, não são propriedades neutras na tessitura social, elas possuem relação estreita com a vida social das pessoas. A medida em que pessoas produzem e manipulam às coisas e as significam com base nos seus regimes de valores, essas mesmas coisas constituem de certo modo representações sociais das pessoas. Desse modo, ao partir do entendimento de que coisas e pessoas se relacionam mutuamente em determinados contextos históricos e sociais, neste estudo, optou-se por utilizar os dois termos: “coisas” e “materializadas” com referência a “todo segmento do universo físico socialmente apropriado” (MENESES, 1998, p. 100).

Com base no exposto, nesse capítulo dedica-se algumas reflexões a discussão sobre como às coisas arqueológicas possuem papel ativo nas dinâmicas sociais da sociedade contemporânea, especialmente no âmbito dos

museus, lugares em que há construção de relações sociais e simbólicas, onde coisas e pessoas se relacionam, e onde processos mnemônicos são constituídos na formação das identidades.

Para elucidar essa discussão faz-se necessário recorrer as contribuições teóricas do antropólogo indiano Arjun Appadurai (2008) que em seu volume intitulado: “The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective”, fundamenta a ideia de vida social das coisas. Na concepção do autor, tanto pessoas quanto objetos possuem vidas sociais, isto é, ambas são produtoras de relações sociais, e se coproduzem a depender dos contextos socioculturais onde participam ativamente.

Como sugere o autor, interpretar às vidas sociais dos objetos é deparar-se antes com as transformações de uso e significado que as sociedades lhe conferem no tempo e no espaço, ou seja, suas singularidades. Para engendrar objetivamente essa ideia o autor utiliza como exemplo, a mercantilização como uma das fases de vida social da cultura material. Essa fase constitui-se no momento em que o objeto passa a ter um valor monetário, sem, no entanto, perder o seu valor de troca.

Na concepção do autor, o objeto perpassa transformação física, mas que gera também alteração no campo simbólico e semântico, ou seja, como as sociedades se apropriam das coisas e as significam a depender dos movimentos que essas coisas fazem na tessitura social. Neste caso, a título de exemplo, a mercantilização não interrompe o ciclo vital dos objetos quando estes estão em circulação/movimento, mas constitui nela mesma, uma nova e particular possibilidade de significação.

Nesse sentido, pode-se supor que a coisa não perde seu potencial agenciativo, à medida que participa de outras redes de interlocuções sociais, pois, mesmo em deslocamento ela permanece sendo ressignificada por essas múltiplas malhas de relações, e por onde adquirem novos valores, usos e significados. Como nos diz o Gonçalves, Guimarães e Bitar (2013),

[...] enquanto portadora de uma alma, de um espírito, as coisas não existem isoladamente, como se fossem entidades autônomas; elas existem efetivamente como parte de uma vasta e complexa rede de relações sociais e cósmicas, nas quais desempenham funções mediadoras fundamentais entre a natureza e cultura, deuses e seres humanos, mortos e vivos, passado e

presente, cosmos e sociedade, corpo e alma, etc. (GONÇALVES; GUIMARÃES; BITAR, 2013, p. 08, destaques nossos).

A partir dessa discussão que encontra efeito prático e diverso nas interpretações arqueológicas contemporâneas, sobretudo, no que refere aos estudos de cultura material, dialoga-se com Igor Kopytoff (2008) a respeito da ideia de biografia cultural dos objetos. Conforme o autor à interpretação das coisas deve ser investigada em consonância com às vidas sociais das pessoas, especialmente, ao considerar que,

[...] ao fazer a biografia de uma coisa, far-se-iam perguntas similares às que se fazem às pessoas: Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esse status, e à época e à cultura, e como se concretizam essas possibilidades? De onde vem a coisa, e quem a fabricou? Qual foi a sua carreira até aqui, e qual é a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa? Quais são as idades ou fases da vida reconhecidas de uma coisa, e quais são os mercados culturais para elas? Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando a sua utilidade chega ao fim? (KOPYTOFF, 2008, p. 92).

De acordo com essa fundamentação fica explícito que interpretação de uma biografia das coisas nem sempre é possível tão somente através de sua análise intrínseca. Ou seja, não basta apenas identificar a cor, o peso, o tamanho, a textura, etc. das coisas, para gerar interpretações de naturezas socioculturais. Mas é fundamental observar o papel extrínseco das coisas, que decorre essencialmente de seus movimentos de apropriação sociais e simbólicas, dos processos sociais, que estão irremediavelmente associados às memórias das pessoas, as histórias documentadas em registros escritos, aos recursos audiovisuais, demais suportes que auxiliem na compreensão dos sentidos dados as coisas.

Os sentidos estão diretamente associados como os sujeitos recebem e usam informações para a constituição das identidades sociais e subjetivações. Desse modo, percebe-se que os objetos estão em fluxo na medida em que são observados, indagados e projetados pelo observador (seja ele o público ou o próprio museu). Meneses (1998, p.98) adverte que não é apenas a transferência de espaço privado para público que faz do objeto o seu estatuto patrimonial, mas, oportunamente, o controle dos significados que tal transferência implica. De modo análogo a problemática dessa pesquisa, às coisas arqueológicas que hoje estão custodiados em museus, mesmo sem procedência definida, não podem ser considerados amorfos ou a-científicos, por uma série de razões que cabe aqui explicitar.

Esses objetos mesmo desprovidos de informações de seus contextos originais de manufatura e uso, participaram e ainda continuam a participar de inúmeras apropriações sociais no decorrer de seus deslocamentos/movimento até o Museu, e naturalmente ao ingressar na própria instituição esses objetos são recontextualizados a partir de uma determinada narrativa construída pelos agentes e pela própria instituição, responsável pela sua salvaguarda. Nesse sentido, concorda-se com Meneses (1998) quando afirma que,

o artefato neutro, asséptico, é ilusão, pelas múltiplas malhas de mediações internas e externas que o envolvem, no museu, desde os processos, sistemas e motivos de seleção (na coleta, nas diversificadas utilizações), passando pelas classificações, arranjos, combinações e disposições que tecem a exposição, até o caldo de cultura, as expectativas e valores dos visitantes e os referenciais dos meios de comunicação (MENESES, 1998, p.98).

Dessa forma, as coisas mesmo que estejam sob a condição de 'descontextualizados', essas mesmas coisas adquirem potencial de representação (APPADURAI, 2008), uma vez que é através das memórias e histórias que conectam as vidas das pessoas. Assim, tecer uma biografia cultural das coisas a partir de uma realidade museológica, implica em perceber os movimentos dessas coisas e os sentidos que essas coisas adquirem a partir dos seus usos contemporâneos.

Nesse sentido, a construção de um estudo biográfico implica em conduzir a compreensão das múltiplas biografias de vidas sociais das coisas nas vidas sociais das pessoas. Isso significa que a interpretação matizada do biógrafo nas coisas deverá levar em consideração às múltiplas temporalidades e espacialidades pelas quais essas coisas passaram ao longo de suas vidas sociais até o presente.

Evidente que todo e qualquer reconhecimento do ponto de vista representacional, enquanto um patrimônio de uma dada sociedade, envolve sempre a tomada de decisões seja do próprio Estado como instituição máxima que aplicará os instrumentos jurídicos para a tutela do bem, quanto da própria sociedade que confere significado sociocultural ao objeto.

Nesse compasso, é essencial compreender os fatores de elegibilidade que proporcionam esse reconhecimento. Trata-se de um deslocamento do universo privado, sujeito a olhares específicos da própria comunidade, para uma

dimensão pública da vida social, agora como representantes de uma memória coletiva.

Pomian (1984) interpreta esse processo de construção social como a transformação de significado dado a cultura material, de objeto utilitário à semióforo.

o semióforo desvela o seu significado quando se expõe ao olhar. Tiram-se assim duas conclusões: a primeira é que um semióforo acede à plenitude do seu ser semióforo quando se torna uma peça de celebração; a segunda, mais importante, é que a utilidade e o significado são reciprocamente exclusivos: quanto mais carga de significado tem um objeto, menos utilidade tem, e vice-versa. (POMIAN, 1984b, p. 72).

Trata-se de uma mudança no regime de valores, mesmo em exposição, metaforicamente, os objetos estão em circulação – eles são vistos, interpretados, resinificados. E mesmo do ponto de vista efetivo: podem transitar por exposições, por laboratórios e inclusive servir de base para outros discursos, sejam eles acadêmicos ou da própria tessitura social. Como discorre-se ao final deste capítulo, as modificações espaciais e expositivas que inauguram um novo momento histórico do Museu em análise, pode colocar os objetos, antes isolados das redes de sentido (imersos na reserva técnica), dentro de outro arranjo narrativo, portanto, em movimento.

Dessa forma como discute o arqueólogo Ulpiano Meneses (1998)

os artefatos estão sujeitos a transformações de toda espécie, em particular de morfologia, função, e sentido, isolada, alternada ou cumulativamente. Isto é, os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia. [...] para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário examiná-los “em situação”, nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de que foram parte. Não se trata de recompor o cenário material, mas de entender os artefatos na interação social (MENESES, 1998, p.92).

Atinente a fundamentação de Meneses, para explicar a biografia dos objetos pertencentes a coleção em análise, é fundamental examiná-los em situação. De fato, não há como reconstituir uma memória viva do passado pré-colonial na região do extremo do Rio Grande do Sul, Brasil, mesmo que haja comunidades indígenas vivendo na região atualmente. As únicas referências que se tem desse período, anterior ao processo de colonização dos territórios, são os objetos e os sítios (ainda conservados em condições naturais), que fornecem informações do ponto de vista da organização socioespacial dessas distintas populações.

Contudo, julga-se fundamental perceber que os arqueólogos embora lancem uma série de hipóteses para a compreensão sociocultural desse passado, nunca saberão, literalmente, quais são os significados sociais dados aos objetos e esses sítios apenas e tão somente através da análise intrínseca da cultura material. Com base nisso, chama-se atenção para a importância de perceber os deslocamentos multitemporais e subsequentes desses objetos, seus dados extrínsecos.

No caso em questão, pode-se dizer que a camada mais recente da biografia dos objetos pertencentes a coleção está relacionada a sua fase museológica que será detalhada no capítulo III, momento em que os objetos passam a compor uma determinada narrativa sobre passado pré-colonial da região sul e como referência ao território brasileiro. Vale ressaltar que os objetos antes de adentrar as cercanias institucionais, no caso dos museus e suas congêneres, são encobertos por seus mais diversos significados, que não necessariamente os acompanham nos processos expositivos, e em muitos casos são completamente invisibilizados nas próprias documentações museológicas das instituições.

Se por um lado urge refletir sobre os sentidos e significados deste passado no presente, por outro, é crucial compreender quais são os usos sociais contemporâneos que os museus e as próprias sociedades fazem desses objetos para a constituição de suas identidades. Conforme os arqueólogos Shanks e Tilley (1992), os objetos são bem expostos nos museus, mas geralmente são incapazes de gerar sentidos simbólicos que remetem ao contexto de origem destes, por exemplo, o que representa na cosmologia nativa – mesmo que sejam comunidades do presente. O processo de (re) qualificação do objeto é fundamental para instituição museológica, na perspectiva de superar os entraves que persistem sobre a fragilidade de informação e documentação de qualquer natureza.

Uma leitura atualizada dessa perspectiva é discutida por Velthem (2012), mesmo que autora utiliza a exemplificação tratando-se de objetos etnográficos,

No processo de recontextualização, pode ser enriquecedora a perspectiva que procura tratar os objetos etnográficos como coisas individualizadas, uma vez que coloca em relevo aspectos tais como a materialidade, 'corporalidade', 'personitude', 'agência' e também as trajetórias intra e extra institucionais. Essa

abordagem poderia conduzir à percepção da existência de um ciclo vital e de uma vida social dos objetos, permitindo o rastreamento de seus itinerários e suas transformações. (VELTHEM, 2012, p.57-58).

Atinente ao que disse Velthem, ao rastrear os itinerários e às transformações de uso e significado dados a cultura material, também se reabrem as controvérsias da própria trajetória de vida dos objetos, especialmente em relação aquelas informações que estão ocultas em seus deslocamentos e contextos. As inúmeras narrativas produzidas pelas comunidades, em forma de memória, podem relevar as reentrâncias que não estão perceptíveis na análise puramente técnica e objetiva dos objetos, e por essa razão depende um exercício de deslocamento de olhares do biógrafo, que passa a ver um conjunto de informações interligadas aos objetos, do que apenas uma sequência cronológica de acontecimentos e eventos.

Nesse entendimento, a categoria memória é fundamental, ela nos permite acesso a informações sobre a vida das pessoas, (ex-proprietários, doadores, equipe técnica da instituição, etc.) e necessariamente o entendimento dos lugares de trânsitos (território, casa, museu, etc). Para Samuel Alberti (2005), percorrer a biografia dos objetos é identificar as diferentes fases de vida social das coisas, tarefa que consiste em traduzir aspectos de sua trajetória, seus usos iniciais, mudanças de estatuto/valores, deslocamentos, singularizações de sentidos e significados. Para fundamentar essa ideia o autor adverte que:

Podemos traçar a carreira de coisas de museu desde a aquisição até o arranjo para a exposição, através de diferentes contextos e das muitas mudanças de valor decorrentes desses movimentos. Ao fazer isso, estudamos uma série de relações em torno dos objetos, primeiro em seu caminho para o museu e, em seguida, como parte da coleção. Trata-se de relações estabelecida entre pessoas e pessoas, entre objetos e objetos, e entre os objetos e pessoas (ALBERTI, 2005, p.560-561. Tradução nossa).

A reflexão de Alberti é crucial para a renovação do olhar sobre o patrimônio arqueológico em museus, uma vez que somente através da compreensão dos “fluxos” decorrentes dos processos de apropriação e reapropriação, que se torna possível acessar uma, dentre inúmeras rotas possíveis referentes à vida social dos objetos. Nesta perspectiva como afirma Appadurai, temos que seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Somente pela análise destas trajetórias podemos interpretar as transações e cálculos humanos

que dão vida às coisas” (APPADURAI, 1986, p. 17). Conforme Appadurai, é necessariamente através dos vínculos sociais entre pessoas e coisas que se torna possível acessar às suas vidas sociais.

Como nos diz Thierry Bonnot (2015) “o que nos interessa não é tanto determinar a que isso servia, mas descrever o que fazem os detentores atuais e, sobretudo, o que eles dizem fazer ou terem feito (BONNOT, 2015, p. 145). O autor ainda complementa que ao traçar a biografia de uma coisa é,

De fato, a história das suas singularizações sucessivas e das classificações e reclassificações às quais ela foi submetida. As construções sociais que povoam a vida dos indivíduos são igualmente inseridas na produção, na troca e no consumo das coisas (BONNOT, 2015, p. 146).

Dessa maneira, ao deparar-se com a biografia da coleção no Museu, passa-se a compreender não apenas os motivos que a levaram a uma exposição museológica, mas, sobretudo, a identificação de uma ampla rede de interlocuções sociais e interinstitucionais, que se configuram no decorrer dessa trajetória biográfica. Neste ínterim, a partir do diálogo efetivo do biógrafo com o biografado são mobilizadas às memórias e histórias de vidas, que outrora estariam enclausuradas nas reminiscências dos indivíduos, e no caso dos museus, perdidas nas próprias documentações da instituição.

Nesse sentido, construir um estudo biográfico implica antes em reconhecer o que de fato precisa ser narrado e biografado. Isto é, de que modo a narrativa construída pelo biógrafo sustentará uma validação científica ao discurso criado sobre a realidade investigada. Desse modo, traçar uma biografia requer cuidado, afim de evitar generalizações em torno de fatos e acontecimentos, pois o mesmo envolve a participação de pessoas, cujos discursos podem ter implicações éticas e legais perante a natureza do registro. Thierry Bonnot (2015) ao tratar da importância da aplicação de um estudo biográfico para os objetos de museus, afirma que “o trabalho do etnólogo diante desse tipo de discurso não é o de considerá-lo como fonte oral, como dados informativos históricos e técnicos, mas trata-lo como uma locução alimentada por representações sociais e simbólicas” (BONNOT, 2015).

Dessa forma, pode-se supor que análise biográfica extrapolaria a dimensão física do objeto-testemunho como um nato-patrimônio, e atingiria

outras camadas de discursos criados pelas pessoas quando em interação social com esses suportes no presente, irremediavelmente entrelaçados por complexas redes de relações sociais e de poder. Como nos diz o autor,

O objeto não é somente um mediador na difusão do conhecimento através do museu – objeto-testemunho – ele o é igualmente na interação social cotidiana. Algum positivismo privilegia a perspectiva segundo a qual, por exemplo, a datação de um artefato traz, quantitativa e qualitativamente, mas conhecimento às ciências humanas que as representações e a carga simbólica do qual ele é suporte, desde a sua produção material até a sua descoberta. Trata-se de renovar esse tipo de análise e de ultrapassar o objeto-testemunho para vislumbrar o que lhe acontece antes e depois desta situação que é, em sua, apenas transitória (BONNOT, 2015, p.149).

A partir da discussão lançada por Bonnot (2015) o objeto não serve apenas para atuar como difusor do conhecimento arqueológico no Museu, mas a sua potência atualizada no cotidiano pela interação dos públicos com esses suportes. Assim visto, o objeto não deixe de ser “arqueológico”, mas passa a ganhar novas interpretações a partir daqueles sujeitos que mesmo distantes das expertises acadêmicas, elaboram suas próprias percepções nativas sobre o objeto e seu contexto.

Como fundamenta Bonnot (2015) “mais que o objeto em si, é, evidentemente, seu estatuto social e simbólico e a interpretação que dele fazem os seus manipuladores, que se enriquecem e se adicionam às representações das quais ele foi o suporte desde a sua produção física” (BONNOT, 2015, p. 137).

De fato, cada produção material representa muito além de um determinado gesto e o empenho de uma determinada técnica de confecção e caracterização do objeto. A projeção cognitiva que o sujeito desenvolve para a criação do objeto é constantemente ressignificada desde o momento de sua elaboração, adquirindo novos contornos e projeções.

[...] o objeto-função é também um objeto-tempo, materializado através de práticas sociais que estão ligadas a ele em uma época passada. Em todo caso, objeto *hic et nunc* carrega informações em torno das quais se estrutura seu próprio estatuto social (BONNOT, 2015, p. 143).

Dessa forma, é fundamental considerar que há uma relação simbiótica entre coisas e pessoas, pois os sentimentos e às emoções, só são perceptíveis pela interação cotidiana com os objetos. E, invariavelmente, quando as pessoas observam essa relação de si próprias. Não raro, ao narrar sobre um objeto, fala-

se mais de si do que do objeto em si – é a biografia das pessoas nos objetos. Como fundamenta Meneses,

[...] Ainda que o colecionador paroxisticamente tente restringir o desfrute de sua coleção por outros beneficiários que não sua própria e exclusiva pessoa, o que se tem é a reiteração de que a coleção está vocacionada para o 'espaço público'. O esforço de manter em segredo a coleção é apenas uma tentativa de anular ou neutralizar sua natureza visceral de enunciado, suprimindo pela violência as redes de interação. Não é, pois, força de expressão procurar entender a coleção como ato autobiográfico. (MENESES, 1998, p. 97).

Como nos diz Meneses (1998) uma coleção é de certo modo um ato autobiográfico do colecionador em relação a algo ou alguém. Deste prisma, os sujeitos sociais estão sempre acumulando novos patrimônios, e dando a eles novos usos e significados diversos. É necessariamente o processo interativo que faz de uma coleção algo vivo e representativo. Uma coleção é particularmente fruto de escolhas e decisões que são deliberadas pelos sujeitos, na busca por eleger algo que lhes represente, sempre em referência a sua memória e identidade. Coleccionar é, portanto, uma forma de criar vínculos entre narrativas, aproximar as distintas vidas dos objetos, sinalizando a importância de preservá-los e significá-los.

Por outro lado, a biografia cultural dos objetos (KOPYTOFF, 2008) também pode revelar os aspectos que estão invisibilizados nessa trajetória, que permite identificar os lapsos, às lacunas, às reentrâncias dos processos de circulação e movimento, que são substratos fundamentais na constituição dos sentimentos de identidade e continuidade dos grupos sociais. Nesse sentido, como afirma Velthem (2012) “o grau de preservação do objeto está em relação direta com a sua capacidade de assegurar, através do tempo, a inteligibilidade das referências que contém”. (VELTHEM, 2012, p.62). Atinente a fundamentação da autora, fala-se aqui de uma preservação do seu ponto de vista social, mobilizado a partir de valores e significados que asseguram a sua permanência enquanto uma memória. Com base nisso, defende-se que a preservação só ganha sentido quando a sociedade se apropria socialmente da cultura material, justamente porque consiste na construção de processos mnemônico e vínculos identitários.

Neste sentido, percorrer a trajetória biográfica dos objetos pertencentes à coleção em análise, é se debruçar muitas vezes para os significados ocultos da cultura material. Somente com a imersão nessa trajetória é possível presentificar

a ausência – aquilo que não está devidamente registrado enquanto uma memória, isto é, reconhecer por meio dos discursos e das narrativas criadas pelos sujeitos, os nexos entre as distintas formas de produção de significado. Dessa forma, concorda-se com Ulpiano Meneses, quando ele afirma que “[...] nenhum atributo de sentido é imanente. [...] Por isso, seria vão procurar nos objetos o sentido dos objetos (MENESES, 1998. Grifo nosso).

Dialogando com essa abordagem teórica, Starace (2015) em sua obra seminal “os objetos e a vida: reflexões sobre as posses, as emoções, a memória”, afirma:

As transformações de mão implicam uma posse renovada, promovem usos diferentes dos anteriores, lugares, atmosferas, temperaturas, luzes, vozes, talvez inimagináveis. E em cada mudança o objeto pode encontrar um novo sentido para existir, é levado a reconstituir a sua história desde o princípio. Os objetos podem ter muitos mais que uma vida, mas é de perguntar-se, uma vez transmitido aos novos proprietários, conseguem conservar algum vestígio de sua experiência anterior (STARACE, 2015, p. 147).

No sentido proposto pelo autor, reconstituir a biografia dos objetos pode revelar quais papéis ativos esses suportes tiveram ao longo de suas vidas sociais. As interlocuções geradas por esses movimentos, permite identificar como sobreviveram à passagem do tempo, e ainda como os valores, sentidos, e significados atribuídos à cultura material se alteram a depender daqueles sujeitos que estão narrando sobre os objetos e suas experiências. Este aspecto é, sem dúvida, importantíssimo para a compreender aquilo que Kopytoff (2008) considerou como, “o status da coisa não é um fator irreversível do ponto de vista cultural”, ou seja, cada sujeito em determinado contexto histórico e social constrói uma memória diferente do objeto e torna-se capaz de dimensionar novas percepções sobre ele.

Para fundamentar essa reflexão Bonnot (2015) argumenta que,

os valores atribuídos aos objetos, incluindo o valor científico – histórico, técnico, simbólico – não são unívocos nem imutáveis. Eles são constituídos pelas cargas acumuladas durante o percurso biográfico do dito objeto e pela sedimentação dos estatutos sociais que se produziram ao longo das suas circulações entre os homens. Os objetos não possuem nem valor intrínseco, nem destino previsível: eles são coisas que são providas e desprovidas de sentido ao longo de sua passagem de mão em mão (BONNOT, 2015, p.149. Tradução nossa).

Como sugere o autor, não há como considerar a ideia de imanência do objeto como um nato-patrimônio. São os movimentos que se propagam sobre o

objeto é que fazem dele uma referência, uma carga em potencial de informação. Dessa forma, supõe-se que os museus não poderiam representar o destino final dos objetos, pois é necessariamente a partir dos discursos museológicos que esse objeto desprovido de sentido passa a ser reconhecido como um ser socialmente constituído e culturalmente orientado.

Dessa forma, estabelecer uma investigação biográfica se mostra como um caminho profícuo para alterar o cenário de isolamento de coleções e acervos relacionados a memória indígena do passado pré-colonial brasileiro. Ao propor perguntas que instiguem as pessoas a falarem de suas experiências com os objetos, podemos recuperar no extrato de lembranças evocadas, indícios que conformam a trajetória das pessoas na biografia dos objetos, situando-as com outros atores sociais no tempo e no espaço.

Mas de fato como sugere Loureiro (2018) é preciso estar ciente de que traçar uma biografia, é também uma forma de operar seleções entre narrativas e discursos, pois a interpretação da natureza da informação depende muito do exercício do olhar lançado pelo próprio narrador (ou biógrafo). Assim,

[...] como toda biografia, aquelas dedicadas às coisas têm grandes lacunas e são permanentemente inacabadas. Biografias de objetos necessitam de muitos biógrafos interessados em contá-las, já que coisas podem sobreviver a seus inventores, fabricantes, proprietários, usuários, pesquisadores. A duração dos objetos musealizados, selecionados para serem preservados, tende a ser ainda maior. Uma biografia que acompanhe um objeto desde sua fabricação, coleta ou criação, passando pela musealização e vida no museu é permanentemente um trabalho em processo (LOUREIRO, 2018, p.186-187).

Com base na autora, o trabalho do biógrafo não se encerra no momento em que há uma dissolução de informações sobre o biografado, e tampouco se limita a observação do objeto em sua fase mais recente (ou atual). Trata-se, nas palavras da autora, de um trabalho em processo, que se dá constantemente pela ação cotidiana.

A partir do compilado de trechos e discussões teóricas lançadas nesse capítulo, tentou-se lançar luz às discussões contemporâneas em torno dos estudos de cultura material em consonância com a ideia de biografia cultural dos objetos. Fundamentou-se que esse tipo de abordagem teórico-metodológica é importante para âmbito dos museus, mas que pode, eventualmente ser aplicado em outras realidades institucionais e sociais. Para equalizar teoria à prática o tópico a seguir busca apresentar a dimensão aplicada dessa ideia, quando

observada a partir de nosso objeto de estudo: uma coleção arqueológica pré-colonial, que atualmente está em exposição no Museu da Cidade do Rio Grande, MCRG.

2.2 O Museu como agente no processo discursivo sobre o passado pré-colonial da região sul.

Neste capítulo, apresenta-se o Museu da Cidade do Rio Grande – MCRG. A partir de um compilado de informações em documentos da própria instituição e com base no uso de fontes secundárias, traz-se um pouco da sua história de formação, apresentam-se às respectivas ações museológico-curatoriais que se desenvolveram ao longo de pelo menos 36 anos de atividades. Ainda no decorrer deste capítulo destaca-se o papel social da instituição na construção discursiva sobre o passado pré-colonial da região sul, e do território geopolítico da cidade do Rio Grande/RS. Ao fim, justifica-se as escolhas expográficas e destaca-se os esforços coletivos dos agentes patrimoniais para manter o acervo em boas condições de conservação e salvaguarda.

2.3 Os 36 anos de atividades museológico-curatoriais.

O museu da cidade do Rio Grande, é uma instituição cultural, localizada na cidade que leva o seu nome, Rio Grande, a mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A possibilidade de criação da instituição partiu da iniciativa privada, então representada pelas ações da fundação da Cidade do Rio Grande (FCRG). A fundação é uma instituição de caráter educativo-cultural, criada em 1953 para promover ações entre desenvolvimento local, a valorização da cultura e da própria sociedade rio-grandina (ANJOS, 2012).

Surge como iniciativa da instituição, por intermédio do conselho diretor da fundação, presidida pelo então Engenheiro Francisco Martins Bastos¹⁴, a possibilidade de criação de um museu municipal com intuito de conservar e preservar a memória do município.

Na época o Tenente coronel Cid Scarone Vieira, prefeito da cidade, usando das atribuições que confere a lei orgânica municipal em seu artigo 62

¹⁴ Foi uma figura importante no empresariado rio-grandino.

inciso II, cria o Museu Municipal de Rio Grande a partir do decreto-lei 2.524 de 18 de outubro de 1971¹⁵, e que o mesmo fica registrado sob as seguintes determinações:

Art. 1º - Fica criado o Museu Municipal de Rio Grande, subordinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e que **terá por finalidade adquirir, estudar, catalogar, colecionar e expor**, sistematicamente, documentos e demais objetos concernentes à História, Geografia e Folclore Nacional e, mais especificadamente, espécimes das riquezas, curiosidades naturais, científicas e artísticas rio-grandenses em geral e rio-grandina em particular.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A partir da publicação desse decreto lei o Museu torna-se reconhecido juridicamente, e fica definida a sua atribuição técnico-funcional. Conforme o regimento, chama-se a atenção as finalidades da instituição, a qual prevê os procedimentos basilares para a salvaguarda e comunicação de seus acervos, como, a aquisição, o estudo, a catalogação, a formação de coleções e a exposição. Nota-se, portanto, a potencialidade da instituição para realizar a gestão das memórias relacionadas as transformações da cidade. Com este fim, a instituição passou a compor um quadro de referências documentais, e a partir da própria cultura material, e acerca dos discursos sobre o passado no presente.

Além deste documento, que comprova o aval da prefeitura na criação da instituição, outro documento fundamental é o termo de instalação do Museu, onde são explicitadas as razões de criação de uma instituição de caráter técnico-científico na cidade, visto que a mesma aspirava pela preservação de sua memória. Conforme trecho abaixo:

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 1984, em praça pública, junto ao Monumento Brigadeiro José da Silva Paes, 247º aniversário de fundação da Cidade do Rio Grande, presentes o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Economista Abel Abreu Dourado e a Fundação Cidade do Rio Grande, representada por seu Presidente, Engenheiro Francisco Martins Bastos e pelo Comendador Américo Papaléo, teve lugar o ato de instalação do Museu da Cidade do Rio Grande, a ser constituído pela Fundação Cidade do Rio Grande, que se incumbirá da sua administração.

Com a cooperação da Prefeitura Municipal, a Fundação Proverá ao funcionamento e organização patrimonial e financeira do Museu.

A criação de um museu com a finalidade de preservar a memória histórica da cidade e do seu desenvolvimento econômico nos diversos aspectos da sua evolução, desde os primórdios da fundação da cidade

¹⁵ Documento que sanciona o decreto-lei nº 2524 de 18 de outubro de 1971.

até o presente, manifestada já em Lei Municipal, corresponde a uma antiga aspiração da comunidade rio-grandina.

Nesta ocasião, o Presidente do Conselho de Administração das Empresas Ipiranga faz doação no valor de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), como parcela inicial para dotação, destinada ao desenvolvimento do Museu e representada por um Cheque do valor referido, entregue ao Tesoureiro da Entidade, Comendador Américo Papaléo.

Para execução do objetivo de formação do Museu, a Fundação Cidade do Rio Grande constituirá um Conselho que deverá organizar e administrar a entidade e bens assim às verbas recebidas de órgãos públicos, privados e particulares, ou da receita futura do próprio Museu.

Constatará, também, na sua estrutura, de representantes da Comunidade Rio-Grandina como: Prefeitura Municipal do Rio Grande, Delegacia da Receita Federal, Mitra Diocesana, Fundação Universidade do Rio Grande, Centro de Indústria do Rio Grande, Câmara de Comércio e Biblioteca Rio-Grandense (Trecho compilado do termo de instalação do Museu)¹⁶.

Conforme visto nos trechos interpostos acima, à fundação atuaria como uma organização integrada, tendo como objetivo de criação, um museu no escopo da administração municipal, pelas quais assumiria responsabilidades de “estruturação”, “administração” e “manutenção” da instituição cultural. Para dar sequência ao assunto tratado na reunião, entre as partes interessadas à fundação cidade do Rio Grande estabeleceu diretrizes para a formação de um conselho que ficou registrado através da ATA n. 323, de 9 de fevereiro de 1984, pelo qual prevê que a instituição deveria ser capaz de “organizar e administrar a entidade e bem assim as verbas recebidas de órgãos públicos, privados e particulares, ou da receita do próprio Museu” (ANJOS, 2009, p.140).

Além da ata pública que demarca o início das atividades da instituição na cidade, também se constatou na leitura do regimento interno do museu, algumas das finalidades da instituição, bem como marca o período de inauguração da exposição histórica. Conforme este documento, em seu artigo 1º.

O Museu da Cidade do Rio Grande, integrante da Fundação Cidade do Rio Grande, tem por finalidade, recolher, expor, ordenar, conservar, expor, para fins de estudo, educação, aumento da cultura e lazer, tudo que constitua testemunho dos fatos e vultos, da História do Município do Rio Grande e que sejam documentos expressivos de sua formação cultural e histórica, assim como do Rio Grande do Sul e do Brasil; realizar pesquisas, conferências e publicações sobre assuntos da história local, regional e geral; auspicar promoções que visem à formação cultural e artística da comunidade. Em 27 de novembro de 1986, recebemos do Ministério da Fazenda a área pleiteada para a sede definitiva do nosso Museu. No mesmo dia transferimo-nos a Administração e o acervo para o novo local e providenciamos a

¹⁶ O termo de instalação do Museu está disponível nas documentações internas da instituição.

iluminação externa da área, dando um aspecto feérico ao local, que merece ser visitado à noite. [...] De conformidade com o nosso cronograma de trabalho pretendemos inaugurar a Coleção Histórica, na sede definitiva, no próximo mês de setembro, homenageando o cinquentenário das Empresas Ipiranga e o quarto milênio de fundação da cidade [...]. (trecho compilado do regimento interno).

Outro dado importantíssimo e que pode ser verificado ao longo da leitura do regimento, tem a ver com a data de inauguração da instituição. Era uma preocupação inicial da instituição a definição de uma data para demarcar o início das atividades do Museu em 1984, pois a mesma seria um marco em sua trajetória da própria cidade, que passaria a ter o seu primeiro Museu Histórico. A escolha de uma data representativa como o aniversário da cidade, vai muito ao encontro das aspirações dos sujeitos (atores sociais), que estiveram engendrados no processo de construção do Museu, e a projeção de suas atividades museológico-curatoriais na região.

Além dos documentos internos como mencionamos acima, também se destacam as cartas pessoais, que foram enviadas em 1987 pelo Sr. Adir Olinto, primeiro diretor do Museu (in memoriam), ao Engenheiro Francisco, como se pode observar abaixo:

Estimado amigo do Museu no próximo dia 7 de setembro inauguramos o Museu da Cidade do Rio Grande – Coleção Histórica. No curto espaço de 42 meses com muito esforço, dedicação exclusiva e permanente, juntamente com o meu reduzido, mas dedicado corpo de funcionários, entregaremos à sociedade o segundo Museu sob nossa responsabilidade. O primeiro foi o Museu Sacro e, agora o Museu Histórico. [...] O nosso obrigado por contribuir para engrandecer culturalmente a nossa terra e esperamos que continue a prestigiar o que ajudou a construir com sua colaboração. Receba um abraço do presidente Adyr Bonfiglio Olinto¹⁷.

A partir dos relatos é possível conjecturar que havia uma preocupação da instituição em ‘transmitir’ a comunidade todo o processo de construção dos acervos e coleções, e, justamente, a criação de exposições temáticas com os objetos que foram doados pela própria comunidade. Denota-se, assim, desde o princípio o compromisso ético e social da instituição diante valorização histórica e cultural do município.

Atualmente, o Museu possui duas exposições em curso: uma histórica, que está localizada em uma das alas do prédio da alfândega, no centro histórico da cidade, e outra de arte sacra (relacionada à religiosidade cristã apostólica

¹⁷ Trecho compilado da dissertação de mestrado de Anjos (2012, p. 79).

romana). Esta última está localizada na parte de trás da igreja matriz na capela de São Francisco da catedral de São Pedro, a mais antiga do estado do Rio Grande do Sul. O acervo histórico reúne mais de 9 mil peças relacionadas à história de formação do município, e do cotidiano da sociedade Rio-Grandina, notadamente, no que se refere as transformações socioeconômicas ocorridas entre o século XIX e XX, onde se encontram também acervos arqueológicos.

Em virtude da concessão de uma parte do prédio da alfândega, ainda na década de 1970, o Museu estava passando por um período de reforma, e ocupou provisoriamente a sede da antiga fábrica de biscoitos Leal Santos, localizada na Rua General Portinho, nº 161, bairro centro, Rio Grande. Somente em 1987, após a restauração do antigo prédio da alfândega, é que veio a ocupá-lo, onde permanece até os dias atuais (MCRG, 2020).

Em relação à arquitetura, a instalação original do Museu preservou os aspectos originais do prédio, tendo em vista que o mesmo é tombado pelo IPHAN, como patrimônio histórico desde 22 de agosto de 1967. Após passar por um período de reforma na própria estrutura, o mesmo foi destinado à Receita Federal do Rio Grande e posteriormente cedido parte dele, para as instalações do Museu. Como nos diz Ferreira e Gonçalves (2014, p. 8) “a destinação de parte do prédio para uma função cultural foi definida ainda na década 70 do século passado, quando o IPHAN, era detentor da propriedade de parte daquele prédio”.

A lógica institucional que acompanha a criação do Museu representou a tentativa de aprimorar as relações entre as organizações públicas, privadas, e a própria comunidade rio-grandina, promovendo a valorização da memória local e do desenvolvimento, social, econômico e político (FERREIRA e GONÇALVES, 2014; ANJOS, 2012). É, excepcionalmente, através de uma imersão na própria história da instituição, que se depara com a trajetória biográfica dos objetos arqueológicos no acervo histórico. Desde a criação do museu no ano de 1984 e suas respectivas instalações no atual prédio da alfândega, em 1986, objetos arqueológicos relacionados às sociedades pré-coloniais, já vinham sendo salvaguardados neste espaço institucional (DA COSTA e RIBEIRO, 2020).

A partir das premissas anteriormente elencadas e com base no conhecimento histórico sobre a instituição, a pesquisa em tela buscou

compreender como à coleção arqueológica que hoje está em exposição foi formada, quem a formou, quais foram os critérios elencados pelos agentes patrimoniais na definição de tipologias de objetos arqueológicos seriam comunicados na exposição e quais ficariam as margens desse processo. Na esteira disso, buscou-se identificar outros atores sociais que participaram dos procedimentos museológico-curatoriais, incluindo a construção da exposição temática e eventuais auxílios técnico-científicos para lidar com o acervo.

Segundo Anjos (2012), durante a década de 80 o Museu não possuía uma política de aquisição de acervos e, portanto, muitos objetos ingressaram na instituição sem a devida procedência, como podemos analisar no trecho abaixo:

[...] primeiramente, não houve uma política de aquisição: simplesmente a população ia até as dependências do museu e ali deixavam seus pertences para que fossem expostos. Também foi criado um livro de entrada de peças – ali constavam dados que gerariam posteriormente a ficha da mesma –, um livro tombo, onde todo acervo deveria estar tombado, para que se houvesse algum roubo, perda ou dano do objeto houvesse um local para se reportar acerca das condições daquele objeto. Todos esses primeiros passos foram dados por pessoas leigas, pois infelizmente ainda não existiam profissionais da museologia, naquele momento, para criar as políticas do museu. Mesmo assim, o acervo foi sendo montado aos poucos: fotografias, documentos, objetos de cunho pessoal, de maquinaria, entre tantos outros que faziam parte do cotidiano da população, foram trazendo à tona a memória da cidade retratada nesses objetos doados. (ANJOS, 2012, p. 89 - 90).

Vale ressaltar que essa não é uma característica isolada da instituição no cenário museológico brasileiro, trata-se de um aspecto transversal que perpassa os distintos domínios institucionais, incluindo os próprios museus de arqueologia. A diferenciação crucial se dá, em relação ao trato curatorial e os compromissos técnico-científicos, que cada uma dessas instituições determina diante de seus acervos.

De fato, como observado no trecho acima, a maioria dos objetos faziam parte do cotidiano das comunidades, e esse dado é extremamente importante para essa pesquisa. Os objetos arqueológicos, apesar da temporalidade que remontam enquanto produção sociocultural do passado pré-colonial, também fazem parte das redes de relações sociais e simbólicas que compunham um acervo particular. Em muitos casos, esses objetos são colocados no ambiente doméstico e associados às mobílias das casas, são ressignificados pelos sujeitos à medida que são utilizados.

Com base nessa perspectiva, conjecturou-se que a coleção arqueológica salva-guarda no Museu tratava-se de uma coleção ‘desprovida de informações’

do ponto de vista da pesquisa científica, mas com grande potencial para ser ressignificada no presente. Apesar da ausência de dados contextuais, de origem dos objetos, que acarretam na fragilidade de documentação museológica do acervo, as possibilidades que se apresentam, no presente, são extremamente importantes para a construção discursiva do Museu. Como estratégia fundamental para recuperar informações sobre a referida coleção fez-se necessário uma abordagem focada no processo de musealização e na trajetória biográfica dos objetos, a qual será apresentada na sequência.

3 Prospectando a trajetória biográfica da coleção: da origem institucional à readequação espacial e expositiva.

Um museu não precisa realizar pesquisas aprofundadas sobre a biografia pré-museu de cada objeto. Isso geralmente é impossível e não vem ao caso. No entanto, o museu é responsável por buscar ativamente todas as fontes possíveis (material, documental, bibliográfica, oral, tangível e intangível) associados à biografia pré-museu dos objetos. O museu também é responsável pela preservação dessas fontes e de suas relações com objetos, além de disponibilizá-los para uso futuro. Compilando dados sobre as vidas passadas dos objetos podem ser feitas a qualquer momento, mas é particularmente crucial o momento da coleta, antes que os objetos entrem no museu. Fazê-lo bem requer uma compreensão das vidas dos objetos vivos.

Lourenço & Gessner (2014, p. 730, tradução nossa)¹⁸.

O trecho compilado acima dialoga fundamentalmente com a investigação exploratória que precedeu a coleta de dados empíricos dessa pesquisa. A inserção no campo de análise ocorreu em distintos momentos. Primeiramente, recorreu-se ao Museu, a fim de averiguar as informações basilares que a instituição tinha sobre este acervo. A partir dessa imersão, foi possível identificar através da fala dos agentes patrimoniais (funcionários da instituição), outros atores sociais, enquanto partícipes do processo de formação do acervo institucional.

Na compreensão deste quadro interpretativo destaca-se a participação indireta do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NPA) e do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia (LEPAN) da FURG, ambas

¹⁸ A museum does not need to conduct in-depth research into the pre-museum biography of every single object. This is usually impossible and beside the point. However, the museum is responsible for actively procuring every possible source (material, documental, bibliographic, oral, tangible and intangible) associated with objects' pre-museum biographies. The museum is also responsible for the preservation of these sources and their relations with objects, as well as making them available for future use. Compiling data about objects' past lives can be done in any given moment, but it is particularly crucial at the moment of collecting, before the objects enter the museum. Doing it well requires an understanding of the lives objects live (LOURENÇO e GESSNER, 2014, p.730)

instituições realizam procedimentos basilares de salvaguarda, mas com atribuições e finalidades distintas. Entender como se deu esse diálogo interinstitucional, matizado na biografia da coleção, tornou-se fundamental para recuperar uma documentação retrospectiva dos objetos arqueológicos em exposição, destacando suas múltiplas temporalidades e experiências com as vidas sociais das pessoas.

Desse modo, optou-se por apresentar algumas fases basilares dessa biografia, situando os agentes e os processos sociais desencadeados por essa relação. As perguntas foram cotejadas pensando o entrelaçamento da biografia das pessoas na biografia da coleção (KOPYTOFF, 2008). Para obter os relatos e sua íntegra, realizamos a gravação de áudios das entrevistas²⁶, assim como foram estabelecidos contatos via e-mail e por meio de aplicativos de troca de mensagens do tipo Whatsapp¹⁹.

Em síntese as perguntas foram estruturadas da seguinte forma: a) Nome do entrevistado: b) Idade e Profissão: c) Local de trabalho (se houver): d) Traduzindo em uma linha do tempo como se constitui a história de formação do MCRG? e) Como foi a sua participação no projeto de readequação espacial e expositiva do MCRG entre os anos de 2014 a 2016? f) Quais foram às opções cenográficas e discursivas sobre a exposição histórica, e especialmente a de arqueologia pré-colonial? Quais agentes (comunidades, pesquisadores, equipe técnica, representantes do IPHAN, e demais autarquias), participaram deste processo? g) Observando a exposição temática da arqueologia pré-colonial quais opções poderiam ser feitas para dinamizar a participação do público não-arqueólogo e não-especialista ? h) Em sua opinião qual é a importância das exposições temáticas, em especial a de arqueologia pré-colonial que vem sendo abordadas pelo MCRG? i) Como você observa a interlocução do MCRG no processo discursivo sobre o passado cultural do território geopolítico rio-grandino?

No que se refere à coleção arqueológica pré-colonial, que é alvo da exposição de longa duração: a) Você conhece essa coleção? Sabe como, onde, e porque ela foi formada? b) Existem documentações referentes ao trabalho de

¹⁹ Em virtude da pandemia da covid-19 alguns dos interlocutores optaram por estabelecer contato via mensagens instantâneas

pesquisa ou doação que originou essa coleção? c) Em que lugares posso encontrar informações sobre essa coleção? d) Você sabe se o Museu tem alguma documentação referente a essa coleção nos arquivos institucionais? e) O que essa coleção representa para você hoje?

Tais questões foram colocados com intuito de retomar a problemática ensejada na pesquisa, a qual serviu para a compreensão do loci empírico de análise. A seguir passa-se a apresentar algumas fases basilares que constituem os deslocamentos intra e extra institucionais dos objetos pertencentes à coleção.

3.1 Primeira fase (1984 – 2007): o processo de aquisição e os deslocamentos intra institucionais.

Conforme já apresentado na introdução, o museu foi criado na década de 80 do século passado, tendo sido destinado o prédio da Alfândega como espaço/lugar para o desempenho de suas ações institucionais. Conforme Anjos (2012) no ato de sua criação não havia uma definição clara da missão institucional, visto que naquele período o museu não contemplava todos os grupos sociais no acervo. A instituição direcionava os seus discursos aos bens, cujo valor sócio-histórico representava predominantemente os hábitos e costumes da elite burguesa que ocupou a cidade entre os séculos XIX ao XX. Assim, como nos diz a autora, o museu não representava a memória da cidade em si, e sim de uma parcela dela que passou a ser vista e representada nas exposições temáticas enquanto uma ‘idealização’ de determinados grupos sociais sobre a cultura na cidade.

Com base no levantamento de fontes primárias e secundárias, ainda no decorrer do processo de formação institucional, foi criada uma campanha de arrecadação de acervos denominada como ‘campanha da memória’, cuja figura ilustrada na campanha era de um ‘elefante’. Até o momento não se sabe ao certo qual a relação entre a memória e o elefante. Entretanto, metaforicamente a associação com animal nos permite supor que o volume de massa encefálica estaria associado por analogia à capacidade de ‘retenção da memória’. Nesse sentido, o objetivo da campanha era mostrar que o museu representaria o espaço adequado para a gestão das memórias da cidade.

Com base no relato oral de uma ex-diretora da instituição, foi em virtude dessa campanha, que ingressam na instituição objetos arqueológicos relacionados ao período pré-colonial. O principal protagonista do movimento de arrecadação de acervos foi o então o primeiro diretor Adyr Olinto (in memoriam), que na época devido a sua importante influência na cidade, orientou a população local sobre a importância de se ter uma memória anterior à colonização portuguesa. Como destaca a interlocutora,

Quando a fundação montou o museu, ela direcionou o Adir Olinto pra ser diretor do museu, e ele fez campanhas na cidade, mobilizações, para que as pessoas doassem – ele foi recolhendo coisas em lugares, e buscando na casa das pessoas, sítios e locais onde tinham esses materiais. Era mesmo uma arrecadação de acervo. O início a formação do museu foi uma arrecadação de acervo para contar a história, sensibilizou as pessoas na cidade que era importante ter uma memória, inclusive à campanha era um elefante (campanha da memória) na época (F. S. B, 2020).

De fato, essa iniciativa pessoal do ex-diretor teve grandes repercussões. As pessoas sensibilizadas pelas ações e proposições da campanha, se empenharam nas doações de objetos para compor o então acervo arqueológico. No decorrer dos anos passaram a serem realizadas de modo espontâneo ao Museu, devido ao seu protagonismo na cidade.

O Dr. Francisco era um homem visionário [...] porque ele teve uma visão excelente se tu pensares em termos de gestão, é o único museu da cidade [...] embora municipal por lei, mas ele é mantido pela fundação cidade do Rio Grande que tem recursos até hoje. [...] é através de sua atuação junto com outras pessoas que movimentaram essas questões. Porque a fundação cidade do Rio Grande tinha lastro, estrutura para manter o museu, fez diversas parcerias, com a prefeitura com a receita federal, [...] (F. S. B, 2020).

Sua atuação, nesse sentido, vai ao encontro da retomada das intenções da instituição com base no que havia sido colocado no regimento interno do Museu, através do conselho diretor da FCRG.

Em seu artigo 1 - *das finalidades do Museu*: atender a preservação de uma memória cultural do território sul-brasileiro, e que a mesma fosse significativa para a compreensão do território nacional. Portanto, trazer a história e a memória de formação do território onde a cidade está localizada, desde o período que se convém denominar como 'pré-colonial', sempre fez parte das preocupações do Museu. Embora a instituição não tivesse naquele momento corpo técnico e funcional para dar sentido a essa tipologia de acervo, alguns esforços pessoais foram mobilizados e conseqüentemente demarca a formação da coleção arqueológica e os respectivos movimentos intra institucionais.

Retornando a historicidade do museu, cientes das lacunas que persistiam sob os processos de aquisição de objetos, em um momento onde não havia uma definição clara dos propósitos da instituição, viu-se a necessidade de adequar uma política de acervo e consequentemente a formação de uma documentação museológica condizendo com as ações de salvaguarda institucional. Nesse momento, em específico, demarca a atuação da ex-diretora da instituição, a Sa F. S. B, que foi responsável por criar e elaborar um catálogo de peças, com a finalidade de inventariar o que havia de objetos nos compêndios institucionais. A partir dessa iniciativa foram adotadas novas ações referentes à gestão e ao planejamento do museu, que contou com olhar adicional sobre os objetos arqueológicos.

Eu trabalhava lá no Núcleo de Arqueologia – NPA, centro municipal de cultura, a convite do C.E.B e do professor D. Porque eu já era interessada em Arqueologia, ela sempre fez parte da minha trajetória. Eu fiz estágio em Porto Alegre com o professor Guilherme Naue, Arno Kern, Mentz Ribeiro. Aqui em Porto Alegre onde hoje é o Colégio Marista Champagnat, antes era PUC em baixo onde tinham os laboratórios de arqueologia – eu dei aula na PUC uma época em história do pensamento político e econômico, as minhas aulas eram no sábado de manhã e sexta à noite, aí eu passava a quinta e sexta com o professor Guilherme Naue, e com Arno Kern, trabalhando lá as cerâmicas, fazendo identificação higienização. Nesse momento o C.E.B me convidou para trabalhar lá no centro de cultura. (F. S. B, 2020).

Em paralelo a formação do Museu, também de modo concomitante foram criadas na mesma época outras instituições, por exemplo, o Laboratório de Ensino em Arqueologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, de cunho universitário e o Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NPA) como unidade de pesquisa em Arqueologia da SECULT, ambas instituições na mesma cidade.

Segundo o fundador do Núcleo, o sr. É. C. B, o objetivo de criação da unidade era dar continuidade às pesquisas arqueológicas na cidade, e propor ações voltadas à salvaguarda e comunicação da herança cultural do município. Em entrevista concedida em fevereiro de 2020, o interlocutor relata que fez parte do grupo que deu origem ao Lepan na FURG, mas que com o passar dos anos e por interesses diversos, cada membro prosseguiu às suas pesquisas de forma *solo*. Conforme relato a seguir.

Quando foi criado o centro municipal de cultura, nós tínhamos o grupo de formação do LEPAN da FURG, e por questões pessoais saímos a pesquisar de forma solo. Neste momento em 1984 eu consegui uma sala no colégio Cristo Rei, no centro de Rio-Grande, que me cederam

para termos nossos materiais e começar a pesquisar. Nós começamos ali. Ai eu fiquei sabendo que ia ser inaugurado o centro municipal de cultura, na época era o professor Luiz Artur Correia Dorneles o secretário municipal de educação, e eu fui ao gabinete dele, e expliquei assim a necessidade de ter um NPA. Lembro que ele estava com o projeto na mão para o prefeito assinar, e ele assinou a caneta, um adendo o NPA, e o prefeito endossou e assim foi fundado o núcleo (C.E.B, 2020).

Segundo o interlocutor, a construção deste grupo, ocorreu devido à carência de estudos sobre arqueologia regional, isso se fez porque com o passar dos anos, desde a década de 1960, não se tinha mais pesquisadores efetivos na região. Os primeiros trabalhos em Rio Grande ocorreram através do protagonismo do Prof. Wander Valente do curso de Geografia da FURG, também, faz menção as pesquisas dos Professores, Guilherme Naue, Ignácio Schmitz, Itala Basile Becker. O interlocutor ainda complementa afirmando que,

O protagonismo destes pesquisadores se deu porque Rio Grande é considerado um polo de arqueologia pré-colonial, especialmente, porque aqui nessa região existe aquela delimitação da ocupação vieira, nas três fases: Vieira fase Torotama, Vieira fase Vieira, Vieira fase Bojuru, que são delimitadas pelos cerritos e a chegada posterior que é dos grupos guaranitizados. Claro que tem correntes novas que hoje dizem que tudo é guaranitizado que houve um desmembramento. Entretanto, ainda sigo essa ordem baseado inclusive nas teorias das migrações do professor José Proença Brochado porque, até agora eu não vi um trabalho que fosse apresentado em um simpósio ou publicado ou uma tese configurada e embasada dizendo algo diferente. Então ainda sigo esse caminho apesar dos arqueólogos terem outras definições. Novas pesquisas precisam ser feitas. (C.E.B, 2020)²⁰

Percebe-se em seu relato que a cidade do Rio Grande demandava a articulação de profissionais dedicados a essa área do conhecimento. Ainda é enfatizada a necessidade de haver condições estruturais (logística e de pessoal) para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas na região. Neste sentido, a criação de um núcleo voltado essa especificidade, significou um avanço significativo para na gestão de patrimônio arqueológico na cidade.

Segundo o interlocutor, a construção do NPA demandou outras articulações institucionais. Inicialmente o núcleo não tinha acesso aos materiais para o desenvolvimento dos trabalhos técnicos. Em diversos momentos o interlocutor aponta investimento pessoal para dar continuidade às pesquisas na cidade, como é o caso abaixo:

[...] A primeira exposição que foi feita no NPA nós não tínhamos expositores, então assim, pra ter uma ideia da dificuldade ainda de pesquisa nesse país. Nós pegamos tijolos furados, forramos com papel a metro, conseguimos umas tábuas, quer dizer botamos o material exposto, qualquer um poderia tocar,

²⁰ Entrevista concedida por C. E. B. Entrevista I. [Janeiro. 2020]. Entrevistador: Matheus Pereira da Costa. Rio Grande, 2020. A entrevista foi realizada via e-mail.

estragar, derrubar, e etc. Essa foi a primeira exposição aqui, como eu queria guarnecer a sala para a exposição de arqueologia, que tu sabes que entram várias questões políticas, de repente essa sala não vai ser mais pra Arqueologia, vai ser para uma pinacoteca, vamos imaginar. Aí eu consegui com duas artistas plásticas da escola de belas artes, inclusive o nome delas estão lá na parede ainda acima da pintura. E alguma das paredes elas fizeram alguns hominídeos em evolução, um australopithecus, neanderthalensis, Homo Sapiens, na parede toda, do outro algum processo de lascamento com a mão quebrando o núcleo e surgindo o lascamento e na outra uma evolução craniana. Bom com isso se tornou peça de arte na parede, não pode ser pintado, não pode ser apagado, e ali eu consegui a garantia de ter uma sala de exposição de Arqueologia (C.E.B, 2020).

Percebe-se na fala do interlocutor a dificuldade de encontrar um espaço propício para a exposição arqueológica. São evidentes também como os interesses pela temática da arqueologia regional, nem sempre partiram do poder público municipal. A estratégia de pintura das paredes, e consequentemente a criação de um espaço expositivo proporcionou a divulgação das pesquisas arqueológicas e aproximação da sociedade com referenciais de memória cultural deste território.

Apesar dos avanços, no que tange a organização de um espaço expositivo dedicado a essa temática reiterou-se as dificuldades estruturais que ainda pairam sobre o Núcleo na cidade, demandando a participação efetiva do poder público e a busca por políticas públicas, que promovam novas articulações com as pesquisas arqueológicas do município. No que se refere às ações educativas, mais recentemente o núcleo tem realizado exposições junto às escolas da rede municipal e privada do município. Tais informações estão disponibilizadas no site do CMC, que realiza a divulgação das ações do núcleo²¹.

Constatadas as informações referentes ao papel do núcleo no contexto das pesquisas arqueológicas da região sul do Brasil, instigou-se o interlocutor a refletir sobre o papel do Museu no contexto da arqueologia regional.

O que eu observo em relação ao museu é que ele tem uma gama de materiais históricos muito do cotidiano urbano, então como dizia as pessoas mais abastadas, o tipo de indumentária, como eram os utensílios utilizados. [...] Hoje ele tem uma das melhores estruturas museológicas. [...] Claro que eles vieram crescendo lentamente, a fundação dá aporte muito grande a eles, para serem o que são hoje. A meu ver um belíssimo museu, que tem um conteúdo historiográfico, urbano, e inclusive do imaginário ali, porque muitas pessoas não sabem como era a vida no passado da cidade, e encontram ali respostas para isso. Junto a isso ingressaram os acervos e coleções de arqueologia, que eu acho que é o princípio da formação do Rio Grande. Nisso está correto o museu, em absorver todo processo evolutivo, desde esse período até chegar

²¹ No ano de 2016 ocorre à exposição do Núcleo denominada "Rio Grande no Contexto Arqueológico". A exposição esteve aberta para visitas na Sala Multiuso da Prefeitura, e fez parte da 14ª Semana de Museus, que acontece de 16 a 31 de maio em todo o país. A exposição contou com a participação de alunos e professores de escolas da cidade da cidade. Informação disponível em: <http://centromunicipaldeculturarj.blogspot.com>.

à contemporaneidade. Só que os tratos são diferenciados, se precisa de mão de obra especializada, pessoas que tenham conhecimento específico de cada área. Isso é muito complicado em termos de país, precisamos de atenção à cultura, (C.E.B, 2020).

Como muito bem colocado não basta apenas expor os objetos em vitrines, sem que haja informações que auxiliem o público a compreendê-los e problematizá-los. Na compreensão de C.E.B o fato de não ter um profissional especializado para tratar do acervo, é um dos fatores que corroboram o processo de isolamento das fontes arqueológicas neste espaço museal.

O museu da cidade do Rio Grande (MCRG), não tem grupo de arqueólogos, na verdade o acervo do museu da cidade, são oriundos de doações, e como não tem arqueólogo ou técnico nessa área, fica muito falho, às vezes tem uma coleção muito boa, tu encontra material pré-colonial de várias culturas e fases, misturados com nome do doador, e às vezes uma localidade muito ampla, e não tem a localização exata ali que auxiliaria o arqueólogo. E nem assim, ó, tu ter a identificação do material, ou uma análise de antiplástico no caso das cerâmicas. Algumas coisas eu estive lá e fiz o levantamento, mas ficou umas coisas assim, pontuais [...] (C.E.B, 2020).

Fica evidente no trecho acima a participação do Núcleo mesmo que indiretamente na identificação de algumas tipologias de artefatos arqueológicos que compunham o acervo do Museu. Apesar dessa identificação, não houve novas pesquisas sobre esses acervos, justamente pela ausência de dados arqueológicos e conseqüentemente, a rarefeita documentação museológica associada, fato já observado por Da Costa e Ribeiro (2020).

Percebe-se assim, a ausência de informações sobre os objetos, constituiu de certo modo ao longo desses anos um fator impeditivo para o desenvolvimento de outras pesquisas no acervo. Quando instigado a refletir sobre o papel coadjuvante institucional do patrimônio arqueológico no município do Rio Grande, se intercedeu o questionamento sobre a atual estrutura museográfica do Museu e do próprio NPA, no gerenciamento da herança cultural do município. Amparado nisso, C.E.B adverte que

O patrimônio é uma coisa complicada. Ele passa a ser e ter dono. É uma coisa que não tem dono. Ele tem que ser discutido. Ele é um patrimônio da nação, pertence a todos nós. Não adianta você dizer: —na minha reserva técnica eu tenho 50 mil peças arqueológicas, tá, mas qual é a informação que esse patrimônio te deu? O que ele te trouxe para construir o conhecimento? Nós arqueólogos [...] pesquisamos o material que tá lá, o vestígio que tá lá, e a partir daí vamos construir uma história. Isso é pra mim é o patrimônio. Mas hoje ele é muito institucionalizado, as instituições se consideram as —donas do patrimônio, mas na verdade não são. São fiéis depositários desse patrimônio. Porque isso aqui, por lei pertence a união, mas, corretamente, pertence a quem? A todos nós que somos brasileiros. Por isso que assim, tem alguns locais que entravam a entrada de qualquer pesquisador, porque eles têm medo, sob o discurso de que “vão afetar o nosso patrimônio”. (C.E.B, 2020)

O interlocutor complementa afirmando que o acesso aos bens patrimoniais, neste caso os artefatos arqueológicos, não afetam o uso social deste patrimônio, uma vez que o acesso possibilita a construção de novas significações por parte do imaginário social; isso porque, o patrimônio depende de um processo de construção social (PRATS, 2005). Assim, pensa-se que o acesso

não vai afetar o patrimônio, pelo contrário, vai elucidar aquilo que tu conheces como patrimônio, como informação que ela vai se tornar muito abrangente, vai ser universalizada. As instituições se deram em torno desses discursos. Ainda bem que estão superando esse modelo, embora ainda existam, discutindo o que é patrimônio, a quem pertence e como tu trata como tu informas esse patrimônio. Não adianta eu ter guardado em uma reserva técnica quinhentas mil peças e aquilo ali não vai te dar resposta. Se não tem resposta, não serve pra nada. Desde que fundamos o NPA sempre partimos desse princípio, que a informação é que garante a transmissão desse conhecimento. (CEB, 2020).

A ideia compartilhada pelo interlocutor, vai ao encontro das proposições desta pesquisa. Ao gerar interagir e propor novas qualificações da cultura material, atribui-se novos sentidos e significados são dados a estes patrimônios. Por intermédio dessa reflexão o interlocutor reafirma o papel social do NPA sobre o acesso à informação arqueológica. Neste aspecto, advoga que a salvaguarda de acervos arqueológicos desorientada de uma política de acervos, não garante a efetiva preservação patrimonial. Assim, pesquisadores e as comunidades devem fazer uso público dessa informação, servindo para a construção de processos identitários. Como nos diz:

Claro nós trabalhamos com o poder público, não gerenciamos ela, mas isso tudo é um entrave. O que deveríamos fazer, na obrigatoriedade e deveria ser incentivo governamental para museus, núcleos e centros de pesquisa. Gente! Acharam material, vocês têm que trabalhar sobre esse material e tem que publicar sobre ele. Mas porque não se publica? Grande parte porque não tem verba, não tem destino. Então nós acabamos sendo apenas fiéis depositários. Porque é importante publicar esses caquinhos, porque de repente esse caquinho para um arqueólogo lá de Goiás, do Nordeste ou do Amapá, pode dar uma resposta que estava procurando há muito tempo. Isso tem que estar e ser divulgado no meio científico e social (C.E.B, 2020).

Como observou-se nos relatos acima, são diversas as considerações do interlocutor sobre a temática do período pré-colonial na cidade do Rio Grande, seus antecedentes de pesquisas que refletem no atual quadro de desenvolvimento cultural da cidade. Também, nessas falas, identifica-se as percepções que os agentes patrimoniais têm em relação à noção de preservação, musealização/patrimonialização dessas fontes. É latente, portanto, ultrapassar as categorizações usuais da ideia de museus como depositários dos objetos arqueológicos, mas como partícipe da construção das memórias e das

histórias da cidade, e, portanto, instituições que possuem papéis circunstanciais na construção de processos identitários.

E essa assertiva possibilita imaginar que diversas são as vozes que ecoam sobre a exposição em investigação, e, portanto, as pessoas envolvidas e os demais atores não humanos (datas, fatos, acontecimentos, objetos, lugares e paisagens, etc), são substratos fundamentais para compreender parte desta trajetória biográfica.

A partir desse protagonismo na cidade, na época em que o museu recebeu as doações de acervos arqueológicos, uma das pessoas à frente do Núcleo na cidade, era a Sra. F. S. B., que devido ao seu exercício profissional enquanto educadora e historiadora, sempre teve interesse pela temática da arqueologia pré-colonial. Sua participação no núcleo foi muito importante para a consolidação da unidade de pesquisa na cidade, que com o passar dos anos passou a executar pesquisas e a construir exposições temáticas junto ao Centro Municipal de Cultura (CMC) da prefeitura municipal do Rio Grande. Como a própria interlocutora nos diz no relato abaixo:

O museu não tinha essa memória pré-colonial. Quem habitava essa região no período anterior a colonização. Quando teve o projeto que participou o W.P. X, Aí o Sr Adir já tinha falecido. Um historiador nos ajudou na parte conceitual da exposição em vitrines. Não é a exposição que está hoje. Mas realmente é uma ausência na cidade, neste aspecto. [...] O Eurico Vieira, era professor da universidade, ele trabalhava no centro de cultura na área da geografia ele nos deu suporte na questão das localizações dos sítios, mapeamentos... etc. Ali nos documentos uma série de objetos que vieram de campo, sítios, etc. Fizemos todo um levantamento. (F. S. B, 2020).

A criação do núcleo neste aspecto foi importante porque sempre foi uma demanda na cidade, trazer essa memória anterior à colonização. O núcleo só não ganhou muita visibilidade. Mas os pesquisadores e diretores de lá faziam muitas exposições com o material que está salvaguardado no Centro Municipal de Cultura. (F. S. B, 2020).

Com a demanda do Museu, a colaboradora se propôs a ajudar na contextualização dos objetos arqueológicos que haviam sido doados. Pode-se dizer que este fato, em específico, é um marco na trajetória biográfica da coleção, que passou a ser requalificada a partir de um olhar arqueológico.

Estava chegando ao centro de cultura (CMC), em frente ao prédio dos azuleijos quando fui abordado (a) pelo Adir (a gente já se conhecia assim de vista). Ele me olhou e disse: eu to querendo a muito tempo falar contigo, tem um acervo pré-colonial lá no museu que ninguém sabe mexer, foi doado assim por várias pessoas. Eu imediatamente respondi a ele: Bom, posso ver o que eu consigo identificar – foi quando eu peguei toda aquela coleção e fiz uma listagem do que era (catálogo de peças). [...] A maioria das peças o Irmão Guilherme Naue me ajudou a identificar aqueles que eu não conseguia identificar. Algumas a gente tinha referência de quem doou (livro tombo/caderno). Esse catálogo foi

feito por mim com auxílio do irmão Guilherme Naue. Ele fez o modelo para gente preencher, isso aí foi em 1989-1990. (F. S. B, 2020).

A partir deste breve relato da interlocutora, temos uma visão clara de como ocorreu o contato entre ela e o ex-diretor do Museu. Além disso, são especificados momentos que retratam a própria historicidade dos processos museológicos da instituição. Desde a sua criação até meados dos anos de 1989, os objetos arqueológicos não haviam sido analisados por nenhum pesquisador da área de Arqueologia, permaneciam inócuos no espaço museológico. Conforme o ex-diretor, nesse momento tornava-se perceptível as lacunas informacionais no respectivo acervo, o qual já havia começado a ser institucionalizado no Museu.

[...] quando eu cheguei lá no museu a coleção já estava lá. Em caixas. O museu já estava montado, e inaugurado. O sr. Adir dizia, não temos identificação destas peças. Eu fui pra lá para trabalhar sobre essa coleção. Eu disse para o professor Guilherme Naue. Irmão parou em minhas mãos uma coleção arqueológica com ausência de informações, o que eu faço? Ele imediatamente me respondeu: vamos fazer o possível. Se tu não tens informações, é muito difícil de saber de onde veio como veio, os motivos que fizeram a coleção parar aí. Então vamos criar uma numeração. Adequamos esse catálogo as informações que o Adir tinha. Na época o professor Guilherme Naue era a pessoa de referência também, não tínhamos pesquisadores em Rio Grande. Na FURG não existia arqueologia e UFPEL tampouco. Então, foi quem nos deu o auxílio na construção do catálogo e numeração das peças. (F. S. B, 2020).

Percebe-se ainda em seu depoimento que o interesse inicial pela coleção arqueológica pré-colonial serviu de inspiração para a interlocutora que passou a trabalhar na instituição como funcionária e posteriormente, tornou-se diretora da mesma; propondo mudanças cenográficas e discursivas.

No museu eu opinei em alguns aspectos. Na vitrine, por exemplo, dei sugestões. Comecei a me interessar pela museologia, fui ler e estudar mais sobre o assunto. O Rio Grande do Sul já era uma referência nesse aspecto. Os museus já tinham um sistema nacional. Sediávamos reuniões no museu e eu comecei a fazer parte. Aí o Adir me fez o convite, quem sabe tu vens trabalhar conosco. Quando o Adir faleceu eu assumi a direção do Museu. Ganhamos alguns editais, na época que tínhamos uma política pública mais efetiva pra área da cultura e museus. O museu através de mim estava presente na política nacional de museus. Trabalhava no museu e aqui. Era professora do Estado e fui cedida pelo Museu para participar. Eu ficava indo e vindo, tanto é que o oitavo fórum de museus que deu origem a política nacional de museus, foi em Rio Grande. E foi nesse fórum que saiu a carta de Rio Grande que deu origem, (documento base) para todos os membros a presidência da república essa carta foi levada junto com o documento também para o conselho federal de museologia. O presidente Lula na época incorpora essa carta, no seu plano de governo, e quando ele assume essas questões foram levadas adiante através do ministro Gilberto Gil. O atual diretor do Museu esteve junto com a gente. (F. S. B, 2020).

A respeito dessa situação, a interlocutora discorre sobre as dificuldades enfrentadas no período referente à sua contratação de 1989 a 2007, para

conduzir ações com os objetos que integram o acervo, mas destaca que somente após o fórum foi possível criar novas leituras desses objetos no Museu.

A partir do Fórum começamos a estruturar o Museu para as normas da museologia a partir dos recursos que tínhamos. A ex-diretora depois fez inúmeras parcerias com a universidade, e aí entra a biografia dessa coleção em específico, que foi encaminhada para o LEPAN. Não saberia ao certo qual foi o motivo, mas suponho que deriva de alguma aproximação entre o Museu e a FURG. (F. S. B, 2020).

Sem dúvida um dos pontos mais emblemáticos nesse enredo biográfico é a própria ausência de profissionais para atender as demandas da instituição, o qual dependia do esforço de uma única funcionária para dar conta de um acervo ‘multicomponencial’²² com rarefeita informação contextual.

Em relação à composição da equipe técnica, no caso do Museu, eu era a única pessoa com formação na área, digamos próxima, e o Sr. Adir (in memoriam) era formado em direito. Evidentemente que depois fui aprimorando minha formação na área de Museologia. Realizei inúmeras mudanças no museu. O presidente da fundação, que é mantenedora do Museu, nos deu apoio para essas mudanças. Mas enfrentamos dificuldades como qualquer outro museu, era apenas um técnico para cuidar de todo um acervo, que possui desde têxtil, imobiliário, de períodos distintos, então faltava equipe. E essa não é uma exclusividade de Rio Grande, como já havia dito, são vários museus distribuídos pelo Brasil e no exterior. [...] Faltam profissionais das áreas das artes, das técnicas, da Arqueologia, entre outros. Os museus apesar dos avanços reiterados no acesso ao público, ainda não são vistos para o desenvolvimento social, e talvez seja isso o cerne dos problemas enfrentados nas instituições contemporâneas. Há necessidade de capacitação, isto é, identificar como os museus podem servir a sociedade por meio da pesquisa e da divulgação destes acervos. (F. S. B, 2020).

Fica claro que foi somente com o esforço pessoal do ex-diretor que a instituição passou a olhar para o campo de atuação da arqueologia. Entende-se em certa medida que essa iniciativa serviu como um diferencial se pensarmos em termos de estrutura museológica contemporânea. O papel da interdisciplinaridade foi fundamental na construção dos recursos expográficos, projetando assim uma memória ancestral do território da cidade. De fato, concorda-se com a interlocutora quando ela afirma que a falta de investimento em políticas públicas para a área de cultura, acabou relegando a instituição, a um espaço de pouca visibilidade na cidade, e indiferente para o desenvolvimento social.

À medida que os olhares dos gestores foram sendo calibrados sobre a importância de manter salvaguardado o acervo, percebeu-se uma alteração na própria concepção e estatuto dos objetos, que passam de meras ‘curiosidades

²² Acervo com uma variedade de objetos de diferentes períodos, contextos e memórias.

do passado' a serem reconhecidos enquanto 'patrimônios arqueológicos'. Isso só ocorreu de fato a partir da inserção da interlocutora e o contato dela com a rede de colaboradores da área, que a ajudaram na interpretação dos objetos referente à coleção. No trecho abaixo a interlocutora especifica esse momento.

[...] Na época que eu estava lá, a gente também usou uma exposição (totalmente diferente da atual). Uma primeira vitrine trazia referências dos primeiros habitantes locais. Era um 'retrato' sobre a vida antes da chegada da colonização. Enfim, usávamos algumas gravuras que o irmão Guilherme Naue tinha nos oferecido. Essas imagens e objetos foram utilizados para fazer uma referência à ocupação do território sul-brasileiro no período anterior ao da colonização. Nesta mesma época o Prof. Pedro Mentz Ribeiro, nos dava muita palestra sobre o tema da arqueologia pré-colonial. Embora ele não tenha trabalhado diretamente sobre essa coleção, ele nos indicava discussões sobre o assunto, que eventualmente, utilizamos nas exposições. A equipe lá do Anchieta também nos ajudou com a análise dessa coleção. A participação de ambos os professores, também ocorria quando eu fazia parte ainda do núcleo de arqueologia (NPA). (F. S. B, 2020).

Diante de seu relato lhe perguntamos se existe ainda nas documentações da instituição algum material referente a essa exposição em específico, contudo, a interlocutora indicou que talvez esse material estivesse associado às outras documentações da própria instituição.

[...] eu lembro que no museu tinha fotografias, o Adir documentava tudo. Havia muita fotografia de como era o Museu antes. Mas não existe uma documentação de arqueologia, é possível que os documentos estejam misturados com outros. O Adir fazia uns álbuns de como era o museu nessa época. Quando saí de lá essas fotografias estavam nas documentações e jornais também. [...] Não houve produção técnica sobre o acervo, na época eu não se tinha conhecimento entre nós, ficaram apenas essas inferências. (F. S. B, 2020).

Amparados nas considerações da interlocutora lhe perguntamos se houve algum retorno da população com relação à exposição de arqueologia pré-colonial. E se a mesma não podia expor os nomes dos doadores que colaboraram com o acervo.

Da arqueologia não houve retorno. Muita coisa o Adir tinha um sítio na Quitéria. Naquela época se encontrava muito material pré-colonial na região. Então como ele conhecia muita gente, geralmente as pessoas doavam esse material para ele. O acervo institucional do museu tem muito da dedicação do Adir, do esforço dele. E o registro da época não era tão detalhado, era mais simples. Não como nós vemos hoje. Mais descritivo do artefato mesmo. De arqueologia nunca ninguém veio falar nada. Muitas famílias vinham saber sobre a exposição, mas do material histórico do cotidiano das famílias Rio-Grandinas. Eram caixas separadas de materiais líticos e algumas cerâmicas, não tinha nada de romaria, têxtil, etc. (F. S. B, 2020)

não havia restrição da identificação das pessoas. Até onde eu sei, devia colocar o nome de quem colabora com o acervo né? seja do pesquisador ou do doador. É fonte né? é a referência que tu tens daquele objeto ali. A não ser que a pessoa não queira. Mas do material de arqueologia não existia isso aí. Agora porque atualmente não tem, não saberia te dizer. Os nomes que estão no catálogo, são referenciais que o Adir pegava das pessoas. E foi montado

pela orientação do prof Guilherme Naue. Então, era o que a gente tinha na época para construir o atálogo. Havia uma preocupação da instituição frente essa tipologia de acervo. Eu acho que no caso do MCRG tem muito o que explorar neste aspecto, em termos de acesso ao material pré-colonial. E há uma preocupação da instituição em como trabalhar esse acervo. O Adir foi atrás do centro de cultura, que era a única referência na cidade. (F. S. B, 2020).

De acordo com as percepções da interlocutora fica claro que as exposições sobre a temática da arqueologia regional no município de Rio Grande só foram possíveis com o protagonismo do primeiro diretor da instituição, que visava uma ampliação da missão institucional do Museu voltada a preservação da herança cultural do município.

Diante das informações sustentou-se o questionamento, se o Museu possuía uma política de aquisição de acervos, considerando que a mesma não havia sido pensada no ato de sua criação. Conforme a interlocutora,

quando entrei, exatamente, tudo eu sei é referente ao museu, porque foi a minha primeira experiência, foi quando eu comecei a fazer os cursos enfim. E fui atrás da gente estabelecer uma política de acervo e começamos a organizar isso tudo. A experiência no museu serviu de insumos para continuar na área. Por exemplo, morria alguém da família, e reuniam os objetos das pessoas e encaminhavam para o museu. Lembro que no início, o Adir disse assim, temos que aceitar de tudo para que as pessoas continuem a doar. Aceitava tudo, e não se descarta. Alguns até entravam para coleção, e com o tempo vimos à necessidade de política de acervo. Sensibilizando a comunidade também. Sim, quando ganhamos o projeto do BNDS - conseguimos de modo mais efetivo gerar uma política de aquisição e manutenção de acervo. Até mesmo pela criação de uma reserva técnica. Faltava conhecimento técnico – mas também faltava política na cidade (F. S. B, 2020).

Em síntese, essa primeira etapa da trajetória biográfica da coleção coloca em relevo a participação direta e indireta de alguns agentes patrimoniais que foram mobilizados em decorrência da formação do acervo institucional do Museu, e consequentemente contribuíram no processo de qualificação institucional e da própria coleção. Com a participação da instituição no projeto aprovado e com financiamento BNDES, foi possível realizar novas alterações cenográficas e discursivas da instituição, como veremos a seguir.

3.2 Segunda fase (2008 – 2015): alterações cenográficas, discursivas, e os deslocamentos extra-institucionais.

Dando continuidade a descrição das etapas que constituem essa biografia museológico-curatorial, passamos agora a delimitar a segunda fase, que se refere aos deslocamentos extra institucionais ocorridos entre os anos de 2008 a 2015.

No decorrer do ano de 2008 se assiste a uma mudança na gestão institucional do Museu, a qual passou a operar com novos profissionais em seu quadro técnico-científico. O término da segunda gestão entre 1989 a 2007 e o advento da terceira entre 2008 a 2017, resultou numa mudança completa dos recursos museográficos, e de planejamento institucional.

Ainda no ano de 2009 a instituição ganhou o edital do BNDES e iniciou um longo processo de manutenção do edifício no qual se previu também a reestruturação museográfica e discursiva das exposições temáticas. Entretanto, devido aos embargos administrativos, as obras de restauração só foram iniciadas no ano de 2014 (GONÇALVES e FERREIRA, 2014; DA COSTA e RIBEIRO, 2020). Sobre este momento em específico perguntamos à Sra. F. S. B, enquanto ex-diretora da instituição, como foi o processo de trânsito de uma gestão para a outra a fim de entender como a coleção foi recepcionada nesse contexto.

A gestão posterior a minha, que se configura na história institucional como a terceira gestão do Museu, fez inúmeras parcerias com as universidades, tanto na FURG em Rio Grande/RS, quanto na UFPEL em Pelotas/RS. É nessa interlocução que entra o deslocamento dessa coleção em específico, que foi encaminhada para o Lepan, isso pelo sei no momento em que o Museu passou por reformas internas e alterações cenográficas. [...] Talvez o pensamento que inaugurou essa mudança veio justamente por ver que no Museu não haveria possibilidade de pesquisa, os objetos permaneceram lá encaixotados. E no caso dessa coleção em específico, se percebeu no Lepan uma possibilidade interessante de pesquisa, ou pelo menos para ajudar na identificação arqueológica mais específica do que minha. Isso porque o Lepan tem sua própria historicidade na região sul com a pesquisa arqueológica, e que talvez no museu nunca houvesse de ter uma atenção adicional ao acervo pré-colonial. Evidente que esses trânsitos interinstitucionais foram mobilizados por determinadas pessoas, que participaram ativamente do processo de locomoção, as informações que tenho são subjetivas. Mas não saberia dizer em específico, o que de fato impulsionou esse movimento entre instituições e o retorno dos objetos já no ano de 2015 para integrar a nova exposição. (F. S. B, 2020).

Com base no relato de F. S. B, neste período em específico, a coleção foi desmobilizada do acervo do Museu, onde estava salvaguardada e deslocada para o laboratório de ensino e pesquisa em Arqueologia e Antropologia – LEPAN da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. No Museu, até os dias de hoje não se sabe ao certo os motivos que levaram esses deslocamentos extra institucionais, mas conjecturam-se algumas hipóteses principais, sendo elas: a de que a instituição permanecia sem quadro técnico-funcional para dar sentido aos objetos no acervo e mais diretamente nas exposições. Outra menos provável supõe-se que os objetos haviam sido solicitados pelo Laboratório como

empréstimo ao Museu. A fim de corroborar ou refutar essa última hipótese, empenhou-se uma visita técnica às dependências do Laboratório para averiguar eventuais concomitâncias e discrepâncias nos discursos sobre a trajetória dos objetos.

Diante dessa lacuna informacional realizou-se uma imersão na documentação do Laboratório, buscando ‘pistas’ sobre esses deslocamentos que nos auxiliassem a construir uma narrativa sobre os usos anteriores da coleção. Além da consulta em documentos oficiais da instituição, tivemos acesso à concessão de um relato oral de um dos membros da equipe técnica do Laboratório, que protagonizou esses deslocamentos, e se disponibilizou em contar e detalhar as reminiscências intersubjetivas dessa trajetória.

O mesmo reiterou que os objetos arqueológicos, que estão sendo expostos no Museu, nunca foram alvo de pesquisas do Laboratório. Nesse processo de deslocamento extra institucional o laboratório serviu apenas de depositário do material entre os anos de 2008 e 2015.

[...] com relação aos objetos que saíram do LEPAN para o Museu Histórico. Os objetos sempre foram do MCRG, nunca foram do LEPAN. Essa informação é preciso deixar claro. Então nós do LEPAN na época nunca tivemos as informações da origem desses objetos. Quando cheguei à instituição em 2009, para tomar posse ao cargo, esses objetos já estavam encaixotados em duas caixas de papelão, que continha artefatos líticos e cerâmicas arqueológicas, para serem recatalogados dentro do catálogo de doações (livro tombo) do LEPAN [...] (B.V.M, 2020).

Segundo a interlocutora, havia muitos objetos que eram arqueológicos, e foram engendrados na coleção, mas que, posteriormente, ao serem analisados pela equipe do laboratório não foram considerados “arqueológicos”, propriamente. Conforme podemos identificar no trecho compilado abaixo:

[...] Então, sobre a trajetória dos objetos que saíram do Laboratório em 2015 para retornar ao Museu. Os objetos sempre foram do Museu, nunca foram do Laboratório. Quando cheguei à instituição em 2009, esses objetos já estavam encaixotados em duas caixas de papelão, que continham distintos artefatos líticos (lascados e predominantemente polidos) e também cerâmicas arqueológicas, uma urna funerária. Na época, nunca tivemos acesso às informações da origem desses objetos, apenas algumas fichas de origem do Museu. Até conjecturamos a possibilidade de que se tratava de uma coleção descontextualizada, já que o Laboratório recebia doações espontâneas das comunidades. Ao identificarmos essas tipologias começamos a catalogar os objetos dentro do catálogo de doações (livro tombo) do Laboratório [...]. Em sua maioria as inferências foram sobre os aspectos morfotécnicos (peso, cor, tamanho, textura, etc). [...] Importa afirmar também que o Laboratório possui um amplo acervo pré-colonial, cujas mesmas tipologias já vinham sendo

estudadas por sua equipe técnica e não havia interesse institucional sobre essa coleção em específico (B. V. M, 2020).

Amparado no relato acima, percebemos o detalhamento do interlocutor ao se referir à coleção em específico, demonstrando que os objetos já estavam na instituição no ano de 2009. Posterior a esse período, ocorre uma atenção adicional a esses objetos que passam a ser catalogado dentro das normas de salvaguarda do Lepan, que inclusive seguiam a metodologia do professor Dr. Pedro Augusto Mentz Ribeiro (in memoriam).

Ainda discorrendo sobre a relação entre o Museu e o Laboratório, a interlocutora faz um breve levantamento que inclui aspectos relevantes dessa trajetória biográfica como podemos ver a seguir.

[...] Segundo a instituição, esse processo de transição ocorreu na gestão anterior, ainda no ano de 2008. Algumas informações apontavam para uso dos objetos como empréstimo para análise. Entretanto, quando assumi o cargo de técnica do laboratório, em 2009, havia informações de que esse material havia sido doado para o Laboratório. Como não há informações detalhadas ficou muito difícil determinar o que de fato ocorreu nesse deslocamento. O que se sabe é o que está escrito nas fichas dos objetos, que reúnem apenas informações generalistas (nome da tipologia de objeto arqueológico, por exemplo, bolas de boleadeiras, com localização a partir de uma grande área de dispersão, exemplo, São José do Norte – RS). (B. V. M, 2020).

Fica claro no relato que a equipe técnica do laboratório desconhece o processo de deslocamento dos objetos, quando estes saem da instituição-Museu e são encaminhados para o Laboratório. Contudo, reconhecem que a maioria dos objetos já havia sido identificada preliminarmente no Museu. Quando ocorre esse segundo deslocamento se percebe consequentemente uma alteração no campo dos valores dados aos objetos pelas pessoas, que passam a reconhecê-los enquanto parte de uma coleção museológica, porém, ressignificada sob a interpretação arqueológica.

Outro ponto crucial desta trajetória biográfica é apontado pela interlocutora, ao afirmar que apenas alguns objetos foram deslocados para as dependências do Lepan, sendo que muitos outros ficaram na reserva técnica do Museu. Assim, segue o trecho onde esse trânsito é detalhado:

[...] Nem todo material arqueológico veio parar no Laboratório pelo que nós sabemos. Também ficaram algumas tipologias lá no museu [...] Lembro que eram duas caixas que tinham aqui: uma de material lítico, com objetos relacionados à tecnologia dos lascados, e muitos polidos, predominantemente os com depressão semi-esférica os “quebra-coquinhos”, e outra de cerâmicas, simples e corrugadas, estas últimas estavam em sua maioria fragmentadas.

Tinha uma urna grande, que foi coletada no município de São José do Norte [...] Como nada se conectava com nada, iniciamos um processo de catalogação e higienização do material [...]. (B. V. M, 2020).

A interlocutora aproveita o diálogo e destaca quais objetos seriam propriamente arqueológicos, e quais destes retornaram para o Museu ainda no ano de 2015, e foram escolhidos para integrar a exposição temática em meados de 2016. Ao refletir sobre os objetos, ela nos relata em detalhes, quais seriam esses:

[...] Do ponto de vista arqueológico, um dos objetos mais emblemáticos era uma urna funerária pintada que não estava inteira, mas fragmentada em grandes pedaços (paredes e bordas). Se não me engano eram oriundos de doações das comunidades do município de São José do Norte - RS. Além dessa urna como objeto representativo da cultura tupi-guarani, também tinham outras peças arqueológicas, como muitas bolas de boleadeiras, os “quebra-coquinhos” da mesma região. Lembro-me de uma caixa cheia de muitos cacos de cerâmicas lisas e corrugadas. São propriamente os mesmos objetos que hoje estão em exposição no Museu (B. V. M, 2019).

E ainda reitera acerca da informação que se tinha sobre os objetos:

[...] Os documentos que acompanham os objetos eram umas fichas, xerocadas, não tinha informações precisas. Tinham apenas algumas anotações, exemplo, bola de boleadeira, local: São José do Norte-RS. [...] Lembro também que tinham materiais históricos misturados com materiais pré-coloniais. A documentação era, todos os registros que tinham em um catálogo de peças que eu mesma devolvi para o Museu, quando os objetos retornaram para a instituição [...]

De fato, como narrado pela interlocutora, nesse processo de deslocamento extra institucional, os objetos que foram para o laboratório já haviam passado por um primeiro inventário arqueológico realizado ainda nas dependências do Museu. Para fins de compreensão dos itinerários até o ano de 2015 que demarca o seu retorno institucional, essa importante fase de deslocamento, constitui parte substancial no processo de musealização, uma vez que os relatos dos interlocutores fortalecem a hipótese de que o Museu devido à ausência de políticas de aquisição, e quadro técnico-funcional para atender as exigências do acervo, possa ter solicitado auxílio na identificação dos objetos via laboratório. Vale ressaltar que neste mesmo período, de 2008 a 2015, o museu permanece fechado devido às obras de readequação espacial e expositiva, sendo reaberto apenas em setembro de 2016.

Diante do processo de retorno da coleção ao Museu, fez-se necessário estabelecer contato com ex-funcionários da instituição para saber como ocorreu esses deslocamentos. Dessa forma, estabeleceu-se contato via e-mail,

apresentando os objetivos propostos por essa pesquisa e a importância das narrativas daqueles atores que eventualmente protagonizaram esses movimentos. Conforme trecho compilado abaixo:

Trabalhei no museu inicialmente como estagiário de 2009 até 2011 e depois como funcionário de 2015 até 2017. Nesses dois momentos tive pouco contato com o acervo arqueológico. [...] Infelizmente não sei explicar como e quando ocorreu essa doação, nem qual era o contato com a FURG nesse momento. Quando estagiário participei do repasse desse material para a Furg, mas na época apenas auxiliei na embalagem e listagem dos vestígios, não acompanhei a parte administrativa. Depois enquanto funcionário lembro-me do retorno do material, mas também não acompanhei, isso ficou mesmo com a direção e o LEPAN (N.O.S, 2020).

Como veremos nos diálogos dos depoentes, essa documentação, que se resume a algumas fichas de catálogo de peças, foram entregues ao Museu no ato de sua última transferência de volta para a instituição. Portanto, não há informações sobre esses objetos nos livros tombos do LEPAN. Nesse sentido, o contexto em que se inserem as narrativas, que por vezes estão entrelaçadas nos depoimentos dos agentes, justificam as genealogias que envolvem os deslocamentos da coleção arqueológica. Isso significa que além do contato técnico entre o Museu e a Universidade, este se deu em determinados contextos históricos e sociais (períodos) que envolvem agentes (gestores patrimoniais; pesquisadores; funcionários da instituição), que também eventualmente participam da organização dos laboratórios de pesquisa e acabam inserindo-se como agentes nesse processo. Isso significa que não são apenas as informações daqueles participaram efetivamente do trânsito interinstitucional, mas eventualmente dos demais atores que frequentavam as instituições.

Sobre essa fase em específico podemos extrair um dado importante. Há um processo de “validação” científica da equipe técnica do laboratório ao se deparar com os objetos. Neste processo de redescoberta dos objetos da coleção, lhes são atribuídos um novo status, uma forma de singularização, deixa-se de ser um aglomerado de objetos descontextualizados para se tornar efetivamente “arqueológico”. Como visto no decorrer das narrativas, durante um período de pelo menos sete anos, os objetos que são frutos de doações ao MCRG, estiveram junto às dependências do LEPAN, encaixotados. As razões para que esses objetos fossem “solicitados” ou “doados” ao laboratório, ainda não são completamente esclarecidas, visto que, existem outros possíveis

agentes envolvidos no processo de tramitação da coleção, marcando, sobretudo, influência no estágio de vida/fases dos objetos arqueológicos na instituição.

Dessa forma, o retorno da coleção é marco importante na própria trajetória institucional do Museu, que passa a dar uma atenção adicional ao acervo pré-colonial, através da criação de uma exposição temática sobre este assunto. A seguir é especificada a fase mais recente na biografia da coleção, que em meados de 2016 passa a ser alvo de exposição no Museu.

3.3 Terceira fase (2016 – atual): a (re) qualificação institucional, e a construção da exposição “pré-história” da região sul.

A terceira fase corresponde ao período mais recente desta biografia. Refere-se ao momento em que os objetos são selecionados pelos curadores institucionais para compor a nova exposição de longa duração denominada “pré-história da região sul”. Essa exposição foi inaugurada em setembro do ano de 2016, após a execução do projeto de readequação espacial e expositiva do Museu que ocorreu entre os anos de 2009 a 2015. Segundo um dos colaboradores do projeto a nova exposição foi pensada a partir da divisão de módulos dispostos cronologicamente, a qual passaria a compor uma única história da cidade. Conforme trecho abaixo:

à reforma e a readequação espacial das duas coleções do Museu da Cidade do Rio Grande para uma melhor distribuição dos espaços de exposições e das peças. Foram feitas melhorias também no setor administrativo, a readequação do espaço proporcionou ao Museu uma nova reserva técnica (duas no total), uma sala multiuso, uma sala de conservação e banheiros com acessibilidade. O objetivo foi adequar os espaços físicos dos prédios da Alfândega (Coleção Histórica) e da Capela de São Francisco de Assis (Coleção de Arte Sacra), os dois prédios tombados pelo IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O projeto forneceu ao Museu um maior papel cultural, educacional, científico e informativo, isto é, como Instituição de referência, em função do grande fluxo de pessoas de outras localidades, permitindo também a valorização do prédio da Alfândega e da Capela de São Francisco de Assis, que abrigam as importantes coleções do Museu da Cidade do Rio Grande (MCRG, 2020)²³.

Essa reorganização elaborada a partir do projeto serviu também para reforçar a importância dos prédios históricos, tombados em nível federal, os quais foram tomados como referência histórica na memória pública da sociedade Rio-grandina. Além disso, as novas proposições do museu, quanto ao potencial

²³ Conteúdo compilado do site do Museu da Cidade do Rio Grande – MCRG: <http://museucrg.com.br/exposicoes/>.

científico e informativo, se deram essencialmente em relação à representação dos elementos sóciohistóricos predominantemente do século XIX e XX (ANJOS, 2012).

Com isso foram realizadas melhorias físicas, com alterações cenográficas e discursivas, tal como podemos observar no trecho abaixo, compilado do projeto museográfico que deu origem as exposições de longa-duração e temporárias.

Os espaços expositivos estão divididos em 5 módulos dispostos cronologicamente [...], onde se contará a história da cidade desde o período pré-cabralino até a contemporaneidade, passando pela fundação, no século XVIII [...], pelo desenvolvimento do século XIX, a industrialização do século XX e um módulo de exposições temporárias, onde serão feitas pequenas exposições sobre pessoas e acontecimentos políticos, econômicos e sociais de Rio Grande (FERREIRA e GONÇALVES, 2014, p.9, grifo nosso).

Segundo o relato de uma das ex-diretoras, o intuito de construção do projeto museográfico era a readequação do espaço expositivo e a retomada da missão institucional do Museu, que no decorrer dos últimos anos não contemplava parte daquele acervo. Conforme descrito no projeto museográfico “[...] aproveitando o fato de que, para fazer a restauração do prédio, seria necessário fechar o museu e desmontar a coleção exposta, a sua direção optou por fazer um novo projeto de museografia e de reorganização espacial de todo o museu, incluindo sua reserva técnica e a administração”. (FERREIRA e GONÇALVES, 2014, p.6).

O objetivo dessa mudança era de que a instituição poderia explorar ainda mais o potencial discursivo sobre os objetos que continham no seu acervo, superando a lógica de que o Museu estaria parado no tempo e no tratamento de suas coleções. A inserção de novos elementos gráficos e audiovisuais serviu para facilitar a leitura dos visitantes, bem como proporcionar uma experiência sensorial e cognitiva, a qual não existia na estrutura museológica anterior. Essa mudança demandou uma alteração completa dos cenários expositivos, conforme fotografia abaixo:



Figura 2. Representação panorâmica da exposição. Fonte: Acervo do Museu.

Esta reconfiguração da exposição serviu para apresentar ao público as transformações sociais, econômicas e estruturais da própria sociedade Rio-grandina, como a representação dos espaços da casa durante o século XIX e XX; os objetos do cotidiano da sociedade burguesa durante o século XX; além de uma diversidade de objetos históricos e culturais relacionados ao processo sociais de instalação do maior porto marítimo do Estado, e, conseqüentemente, a industrialização como marco importante no desenvolvimento socioeconômico do município, conforme relato abaixo:

Esta exposição apresentou ainda espaço de lazer com a história dos teatros e história da praia do cassino, com um vídeo colocado com um banco para o visitante poder ouvir e ver. Mostrava um espaço da casa [...] um quarto do século XIX e uma sala de jantar do século XX. Apresenta um espaço do Porto e da industrialização que está diretamente relacionado com o desenvolvimento da cidade” (B. V. M, 2019).

Ao estabelecer uma linha do tempo, articulando datas, eventos, fatos, acontecimentos, e pessoas, a instituição passou a comunicar com mais facilidade a história da própria cidade, com destaque para a contextualização de um passado pré-colonial até o presente. Embora nosso interesse de pesquisa esteja voltado para a exposição referente ao período pré-colonial, algumas das informações concedidas pelos interlocutores versam também sobre as demais exposições, o que é um dado muito importante para a biografia cultural dos objetos, uma vez que põem em relevo histórias e memórias que se interrelacionam as demais experiências das pessoas no âmbito social.

A partir das alterações museográficas, foram integrados novos suportes para auxiliar as narrativas expográficas (intertextuais e audiodescritivas como Sound-tubes (sonofletores), dispositivo sonoro em formado de caixa acústica de

polycarbonato) (FERREIRA e GONÇALVES, 2014), que serviram para as interações do público (PcD) com as respectivas exposições. Este importante recurso, reafirma o compromisso ético e social do Museu no processo de inclusão de outros públicos. Com isso, os grupos sociais que frequentam a instituição veem nela, as possibilidades de acesso à cultura e preservação patrimonial. Vale lembrar que estes dispositivos não existiam anteriormente no plano museológico com o fechamento do Museu em 2008. Com efeito, a reestruturação museográfica, refletiu também na retomada da missão institucional do MCRG, que havia sido definida no ato de sua criação a partir de princípios de preservação do acervo. Ferreira e Gonçalves (2014) amparados na compreensão da fragilidade da estrutura museológica ao longo desses anos reconheceram que

faltava a definição da missão do museu, fato muito comum na maioria dos museus municipais do Rio Grande do Sul, ou seja, esses museus são, na realidade, uma simples exposição de objetos curiosos ou antigos, ligados às pessoas da comunidade, que os doaram. Entende-se que os museus, assim dispostos, não cumprem com sua função educativa, sendo apenas instituições formativas (FERREIRA e GONÇALVES, 2014, p.5)²⁴.

Com base no trecho da interlocutora, importa esclarecer que a interação social com os objetos, não se limita a colocar mídias e computadores, ou mesmo apertar botões. A questão central é que o período colonial não dialoga com as comunidades e nem retrata os processos culturais, servido apenas como marcadores temporais dentro de uma cronologia histórica da cidade que parte de uma visão progressista da realidade, e que a mesma não atesta a singularidade dos processos de constituição desse acervo.

Enquanto parte das estratégias de comunicação da instituição no ano de 2016 foi criada uma exposição temática sobre o tema da arqueologia pré-colonial. Esse período demarca a participação efetiva da equipe de execução do projeto museográfico, a qual elaborou um levantamento cronológico-descritivo das principais frentes de ocupações do território brasileiro, desde o período anterior a colonização, ao momento do contato.

A partir de uma imersão nas narrativas produzidas pela instituição, sabe-se que as informações foram compiladas a partir de diferentes produções

²⁴ Com base no trecho, fica clara a associação feita pelos autores em relação aos acervos relacionados ao cotidiano da sociedade Rio-grandina, uma realidade que também ocorre com o material arqueológico. Guardadas as proporções, eles [acervos] servem como ilustração de uma narrativa colonial sobre o passado, com base no exotismo, curioso, etc. (não muito diferente dos Gabinetes de Curiosidades).

científicas de pesquisadores da área de Arqueologia. Essas informações foram organizadas e sistematizadas a partir de uma “linha do tempo”. Segundo um dos interlocutores da pesquisa, o objetivo de criar essa linha do tempo era de propor um panorama explicativo e didático, que poderia servir de fácil acesso ao público.

A organização desta “linha do tempo” contou com a participação de profissionais do Museu, pesquisadores e membros do IPHAN, conforme dados que constam na ficha técnica de execução do projeto museográfico. Em relação à exposição em análise realizou-se algumas perguntas para os interlocutores, sobretudo, no que se refere ao uso dos textos que acompanham os objetos em exposição, isso se fez com a finalidade de determinar para qual público, efetivamente se direcionava a representação pública do conhecimento arqueológico.

Segundo o relato dos interlocutores, os textos de arqueologia foram obtidos através de publicações em periódicos científicos, que a partir da ideia central de cada bibliografia sobre o tema, foram adaptados a exposição de acordo com as percepções da equipe técnica. No que se refere ao conteúdo da exposição pré-colonial, o texto utilizado é de autoria de um ex-servidor público servidor da superintendência regional do IPHAN no Rio Grande do Sul²⁵. Com base em contato telefônico com o próprio autor da publicação, o mesmo reiterou que sua produção se direcionava ao público infanto-juvenil a partir de mediações do IPHAN na década de 1990. Ainda reiterou que o texto passou por revisão de alguns pesquisadores da área de arqueologia, entre eles, os professores Guilherme Naue e Pedro Ignácio Schmitz.

O texto elaborado tinha por objetivo, atender a uma demanda escolar, visto que a exposição inicialmente, antes de sua readequação espacial e expositiva, direcionava-se para turmas de 4º ano de escolas do município de rio-grande. Mesmo com o passar dos anos, a instituição não alterou essa narrativa. E por essa razão permanecem no discurso museológico contemporâneo (L.F.R, 2020).

O contato inicialmente via e-mail, e posteriormente via telefone celular com o (a) Sr. C.L.A.B, revelou que não houve participação direta com a construção da exposição, contudo mencionou a participação de um colega da área, como um dos consultores técnicos que participou ativamente do projeto museográfico. Oportunamente, diante dessa informação solicitou-se através do

²⁵ O texto expositivo foi construído pelo Museu com base na publicação de: CUSTÓDIO, Luiz Antônio B. Os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IPHAN/RS, 2001.

Sr. C.L.A.B o contato do Sr. L.F.R. O mesmo relatou-nos em entrevista concedida via e-mail, como foi a sua participação como arquiteto no planejamento e construção dos módulos expositivos do MCRG, a saber:

Minha participação no projeto de readequação espacial e expositiva do Museu da Cidade do Rio Grande foi como consultor técnico (naquele momento já estava afastado do IPHAN). A ideia principal que norteou a exposição histórica foi a de que o museu deveria contar a rica história da cidade, o que não vinha acontecendo. Essa história teve como expectadora privilegiada a água do canal que liga a lagoa dos Patos ao mar, por onde entraram seus fundadores, seus colonizadores, seus invasores e por onde se produziu o seu desenvolvimento, como único porto marítimo do Rio Grande do Sul. Por Rio Grande também se acessou o interior do território gaúcho e se iniciou o processo de consolidação da presença portuguesa, através da fundação das suas primeiras povoações. Essa história é representada na exposição pelo piso azul, iluminado.

Ao rememorar sua participação, o interlocutor nos dá detalhes de como foi sua atuação na exposição e ainda argumenta sobre as escolhas museográficas da instituição, a qual volta-se à representação de uma das maiores estruturas portuárias do Estado do Rio Grande do Sul. Como será apresentado no decorrer da trajetória biográfica dos objetos da instituição, embora já estivesse programado na sua agenda o compromisso com a gestão de acervos relacionados ao período pré-colonial, este nunca foi um objetivo maior da instituição. A construção de uma exposição voltada a essa especificidade de acervo, no contexto contemporâneo, ainda exerce papel coadjuvante na própria história da cidade, que por sua vez pode ser constatada pela baixa visibilidade de ações voltadas a estes acervos com o público.

No sentido abordado e dando continuidade à exposição oral do (a) interlocutor (a), ela (e) nos dá detalhes sobre a construção da exposição, e reafirma a informação sobre o uso de informações a partir da publicação do (a) Sr (a). C.L.A.B, como podemos perceber no relato abaixo:

A exposição está dividida em módulos dispostos cronologicamente, que compõe uma única história. Em relação ao módulo da arqueologia pré-colonial, optou-se por expor os objetos existentes no acervo do Museu, uma vez que não nos foram cedidos, por empréstimo, outros objetos do acervo da FURG. Muitos objetos não tinham identificação de procedência, neste sentido, buscou-se simplesmente identificar as peças pelas suas diferentes tradições, utilizando-se texto do (a) Arquiteto (a) C.L.A.B, já publicado. Além disso, foi fotografado um cerrito, existente em Rio Grande, de modo a termos uma evidência arqueológica localizada no seu território, na exposição. Esse cerrito foi indicado pelo arqueólogo do NPA e as fotos foram feitas por mim. (C.L.A.B, 2020).

Como podemos ver nesse relato, as informações fornecidas pelo arqueólogo E.B.C corroboram com o relato do Sr. L.F.R., demonstrando articulação destes atores na construção colaborativa das escolhas expográficas,

as quais priorizaram a representação de sítios e artefatos arqueológicos exclusivamente desta região. Este é um fator importante, que merece destaque nas estruturas expográficas, ao priorizar os artefatos da região sul do Rio Grande do Sul, se fortalece o debate sobre a importância do desenvolvimento sociocultural em perspectiva de longa-duração e a valorização patrimonial dos bens, cujo reconhecimento institucional e social depende inicialmente daqueles que trabalham sobre essas coleções e extrovertem este conhecimento, seja por meio de ações colaborativas, pesquisas de recepção, educação patrimonial, etc. Esse protagonismo social e profissional é colocado pelo interlocutor no trecho abaixo:

Participaram deste processo, além de mim, a diretora do Museu, e outro arquiteto responsável técnico pela execução, a direção da Fundação Cidade do Rio Grande, a equipe técnica do museu, os arqueólogos e historiadores da FURG. O projeto foi aprovado pelo IPHAN, em Porto Alegre (L.F.R, 2020).

Com base no trecho que foi exposto anteriormente, a formação interdisciplinar de corpo técnico e funcional serviu fundamentalmente para redirecionar os objetivos da instituição, tendo em vista o olhar particular de cada profissional em relação a sua área de formação. Neste sentido, pode-se dizer que a construção do projeto de readequação espacial e expositiva do Museu, também serviu como exercício interdisciplinar realizado entre colaboradores, que nunca haviam sido feitos, anteriormente, nos projetos da instituição. Neste sentido, podemos extrair uma informação crucial sobre a trajetória biográfica da coleção arqueológica e da própria história da instituição: a mudança no tratamento e gestão patrimonial tem muito da dedicação de ex-diretores e funcionários que não mediram esforços para manter esses “patrimônios” salvaguardados em consonância com distintas estratégias de conservação preventiva.

Tendo em vista essas informações, a partir da análise calibrada em cada ficha²⁶ problematiza-se com base na literatura arqueológica, algumas das escolhas expográficas que deram origem a essa exposição de longa duração. No geral, pode-se observar que as interpretações geradas pela equipe técnica de execução do projeto museográfico se deram com base na morfologia dos artefatos para inferir de modo mais direto a sua função, tendo por eixo uma

²⁶ Julgou-se pertinente a construção dessas fichas tendo em vista uma melhor organização para apresentação da exposição.

abordagem histórico-cultural ou funcionalista da cultura material. Os textos utilizados serviram para introduzir de modo geral, uma determinada narrativa tipológica, destacando pelo menos duas grandes frentes de ocupação para a região do extremo sul-brasileiro, sendo: os “construtores de cerritos” relacionados a grupos socioculturais da tradição *Vieira*, e os “ceramistas-horticultores” da então denominada tradição *Guarani*.

3.4 Fichas de análise da exposição

3.4.1 Ficha 01



Figura 3. Painel expositivo “linha do tempo” com vista interna da exposição.
Fonte: Da Costa e Ribeiro (2020).

Descrição expográfica:

“O painel inicia com a demonstração das ocupações pré-coloniais no mundo e sua relação com a região sul do Brasil. Faz menção aos primeiros povos que ocuparam a América com datação de 18. 000 A.P. Posteriormente, associa a produção tecnológica numa perspectiva tipológica das tradições histórico-culturais: Tradição Umbu (ocupação de áreas abertas do Pampa); Tradição Humaitá 8000 A.P (Povos das florestas, geralmente associados às ocupações do planalto central); Sambaquis marinhos e lacustres 4000 A.P (ocupações costeiras); Tradição Vieira 2500 A.P (ocupação ceramista); Tradição Taquara 2000 A.P (ceramistas Itararé-Taquara no planalto central); Guaranis 2000 A.P (ceramistas-horticultores); Missões jesuíticas: 1682 D.P (sete povos das missões)” (informações compiladas do quadro cronológico-descritivo).

3.4.2 Ficha 02



Figura 4. Exposição de cerâmicas arqueológicas relacionadas às sociedades pré-coloniais da região sul do Brasil. Fonte: Da Costa et al (2021).

Descrição expográfica:

“Segundo a teoria mais aceita, os povos indígenas da América são procedentes de migrações de povos asiáticos que alcançaram a América através do Estreito de Bering entre 11000 e 11500 anos antes do presente. De lá eles provavelmente desceram ao longo do continente até atingir o extremo sul da América do Sul. Alguns grupos Tupiguarani que habitavam a Amazônia expandiram-se em direção ao sul há cerca de 2 mil anos. Viviam em aldeias com casas que mediam até 40 m de comprimento por 20 m de largura onde morava toda uma família com seus parentes, dormiam em redes e preparavam seus alimentos com fogo de chão. As vasilhas cerâmicas eram feitas a partir de roletes de barro, unidos e alisados com as mãos. As superfícies externas eram pintadas de vermelho, preto e branco ou decoradas com marcas de dedos e unhas. (MCRG, 2016).

As cerâmicas expostas aqui foram feitas pelos Tupis-guaranis e são exemplos dessas técnicas. Elas apresentam formas corrugadas e unguladas. O tratamento de superfície corrugado é considerado um demarcador desses grupos ceramistas, consiste na ação lateral do dedo sobre a superfície, pressionando uma parte da argila, por arraste, formando uma crista de forma semi-lunar. A cerâmica ungulada é caracterizada pela ação frontal da unha, na forma de um arco com sentido e formato de quem aplica, por exemplo, quando a marca de unha é muito pequena podemos presumir que foi feita por uma criança. Observe que o mesmo fragmento pode apresentar os dois processos”. (informações compiladas da exposição) (MCRG, 2016).

O primeiro expositor refere-se a um conjunto de fragmentos de cerâmicas “corrugadas”. Este tipo de cultura material é comumente associada aos agrupamentos pré-coloniais de “ceramistas-horticultores”, pertencentes à *tradição tupi-guarani sub tradição guarani*.

Como se pode identificar no texto narrativo acima, percebe-se, o esforço da instituição na construção dos enunciados museais, que apesar desta estarem afastadas de uma perspectiva ‘contextual’ da cultura material, as escolhas discursivas buscam contextualizá-los a partir do que se tem conhecimento na literatura regional.

Pode-se contextualizar ainda com base em nossa experiência profissional, algumas informações referentes a essas distintas sociedades pré-

coloniais. Para tanto faz-se um breve levantamento das pesquisas arqueológicas desenvolvidas nessa porção do território, destacando esses processos de ocupação.

Os guaranis que ocuparam o vasto território do RS, com algumas variações regionais, são reconhecidos pela descendência de grupos que se assentaram na região amazônica e do planalto central brasileiro. São reconhecidos pela literatura etnográfica como Tapes, Carijós, Arachanes, entre outras designações (SCHMITZ, 2011).

Devido a tais variações, inclusive linguísticas, estes grupos estão relacionados ao tronco-linguístico Tupi-Guarani e Macroje, sendo considerado pertencente a um mesmo grupo étnico. Segundo Kern (1991) com base na teoria das migrações da Amazônia, as primeiras variações destes grupos foram percebidas por volta de 5.000 A.P. No caso território geopolítico do estado do Rio Grande do Sul, há indícios de sua presença a partir de 2.000 AP (SCHMITZ et al 2006).

Enquanto os guaranis, caracterizavam-se pela produção da cerâmica e agricultura incipiente, os grupos proto-Jês, por sua vez, desenvolveram a horticultura e um tipo peculiar de engenharia de casa (SCHMITZ e BECKER, 1991). Esses últimos, Silvia Copé (2006a, 2015) os interpreta como construtores de estruturas subterrâneas e semisubterrâneas (unidades residenciais).

Para a autora essas unidades foram substanciais não apenas como habitação, mas, enquanto, parte das dinâmicas socioculturais desses grupos, visto que as alternâncias entre estações de inverno e verão, tornaram-nos susceptíveis a uma determinada fonte de subsistência, o pinhão, e o frio extremamente rigoroso, demandou uma organização geopolítica desses grupos pelo planalto sul-brasileiro.

Embora tais dados sejam amplamente consensuais pela comunidade científica, muitos questionamentos decorrem sobre o processo de ocupação na porção extremo sul do território. Com a chegada dos Guaranis, a produção cerâmica tornou-se diferenciada, demarcando também o início da horticultura. Tais registros são descritos na literatura como cerâmica guarani, que também

são reclassificadas com algumas com variações estilísticas e formas de acabamento, como *Tradição Tupiguarani subtradição Guarani*.

3.4.3 Ficha 03

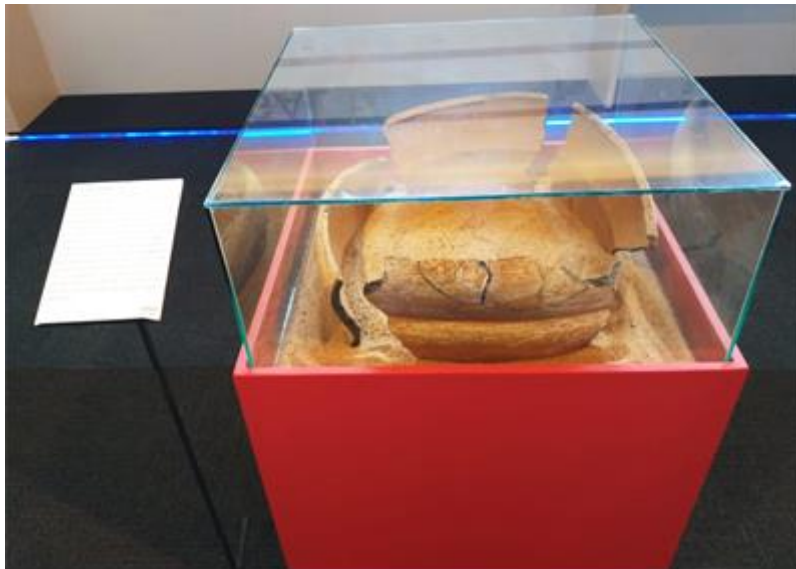


Figura 5. Urna funerária. Fonte: Da Costa; Ribeiro; Poloni (2021).

Descrição expográfica:

Esta peça é feita de cerâmica indígena. Urnas funerárias como esta eram usadas nos processos de sepultamento dos grupos Tupinambá e Guarani. Existiam dois rituais de sepultamento, o funeral primário e o secundário. No ritual do funeral primário o corpo era colocado direto na urna em posição fetal, já no funeral secundário, depois que o corpo era consumido ou desfeito, os restos eram recolhidos, e então colocados em urna. Os funerais primários eram predominantes em todo o atual território brasileiro, com exceção da região do Rio Paraguai, nos atuais estados de Mato Grosso e Matogrosso do Sul, onde a prática de enterros secundários era mais comum. Para os Tupis-guarani, estas práticas mortuárias não consistiam somente em preservar o corpo do contato direto com a terra, mas também em protegê-lo contra os maus espíritos. (Trecho compilado do discurso expositivo do Museu).

Segundo Pestana (2007) a cerâmica guarani é facilmente reconhecível por sua forma de confecção e tratamento, justamente se comparada com as demais produções socioculturais encontradas no estado do Rio Grande do Sul. Para o autor estes grupos por valorizarem a agricultura, deram preferência para ocupações em áreas de florestas, assim como os vales dos rios, e no caso do litoral médio central do RS, seus sítios estão localizados mais próximos ao mar. Assim, pode-se dizer que tecnologia cerâmica e ocorrência de alguns objetos confeccionados por abrasão e polimento, com algumas variações de matérias-primas, foram essenciais para dinâmica sociocultural destes grupos, aparecendo de modo recorrente no registro arqueológico dessa região.

No que se refere às suas habitações, as mesmas são caracterizadas como acampamentos em choupanas, inseridas em um contexto de aldeamentos (SCHMITZ et al 2006). Por valorizarem a agricultura como fonte subsistência, seus sítios apresentam alterações no solo, especialmente em virtude do manejo de alimentos e a formação de “roças” para o cultivo (MORAIS, 1999/2000).

3.4.4 Ficha 04



Figura 6. Exposição de objetos arqueológicos. Fonte: Da Costa; Ribeiro; Poloni (2021).

Descrição expográfica:

A tradição vieira é considerada por arqueólogos como uma ramificação da Tradição Umbu que são os primeiros povoadores da região sul do Brasil e de partes do Uruguai e Argentina. Ela é definida a partir de três fases: fase Lagoa (não ceramista), fase Torotama e fase Vieira. A fase Torotama é o segundo nível dos sítios, que já apresentava produção cerâmica, era uma cerâmica simples chamada de cerâmica primitiva. Na fase Vieira, a mais recente, a cerâmica é mais elaborada, estima-se que esta se estender até meados do século XVIII. 1) QUEBRA COQUINHO: Peças como esta são encontradas no centro sul do Brasil e no leste do Uruguai, elas eram usadas para quebrar sementes e extrair frutos. 2) BOLEADEIRAS: As boleadeiras eram utilizadas como armas de guerra e caça. Ainda hoje fazem parte da tradição gaúcha. 3) FRAGMENTOS DE CERÂMICA VIEIRA: As cerâmicas eram feitas principalmente por mulheres, eram utilizadas como vasos, recipientes para água e alimentos, ou ainda, para armazenar as cinzas dos mortos. Possuem paredes mais grossas se comparadas as cerâmicas de outros povos. As cerâmicas da Tradição Vieira em sua grande maioria são lisas, com o passar do tempo houve uma evolução e surgiram alguns detalhes como marcas de unhas. Observe os fragmentos de cerâmica expostos, um é liso e o outro exibe marcas feitas com algum objeto pontiagudo. (Trecho compilado do discurso expositivo).

Na região sul, historicamente as primeiras investidas em campo foram desenvolvidas por Eurico Miller (1976), Mentz Ribeiro e P.I. Schmitz. Kern (1981); Schmitz (1984, 1985 e 1987). A identificação da cultura material relacionada aos primeiros “bandos” de caçadores-coletores foi classificada como pertencentes à *Tradição Umbu*. De modo geral, esses grupos preferiam os

campos abertos do bioma pampa gaúcho; viviam em pequenos agrupamentos familiares próximos aos leitos dos rios, e geralmente em áreas com predominância de afloramentos rochosos em contextos de superfícies, lugares onde encontravam melhores condições para às subsistências e recursos para o desenvolvimento de seus instrumentos de caça e coleta (KERN, 1991).

A cronologia de ocupação para estes sítios é de aproximadamente $\pm$ 10.000 a 8.500 A.P, demonstrando que a ocupação ocorreu concomitante a transição do período geológico denominado pleistoceno-holoceno (KERN, 1991). Os arqueólogos que prospectaram essa região durante a década de 60 do século passado, identificaram a ocorrência de pelo menos duas fases características dessa cultura: uma mais antiga relacionada aos afluentes do Rio Uruguai, a fase *Ibicuí* (ocorrência de restos de animais pleistocênicos associados à cultura material), e outra mais recente denominada fase *Uruguai*, onde se observa uma maior cheia dos rios em virtude da última glaciação, associado a oferta de alimentos e recursos para manutenção de sua tecnologia (SCHMITZ et al 2006).

As interpretações geradas a partir desses dois modelos de ocupação, demonstram que há algumas variações estratigráficas no que tange a ocorrência de seus vestígios. Em alguns casos, aparecem resquícios de sua cultura material em camadas estratigráficas inferiores a esse período, como é o caso dos sítios encontrados na região de Rio Grande, onde se tem as fases *Pato* e *Lagoa*, essa última como a mais antiga, identificada com aproximadamente $\pm$ 6.000 A.P, a mesma possui indícios de culturas pré-cerâmicas (SCHMITZ et al 2006).

Nesta porção do território sul-brasileiro, os sítios arqueológicos são caracterizados por ocupações sazonais, geralmente associadas à pesca e a coleta próximo à linha de costa litorânea (MENTZ R'IBEIRO et al 2004). No que se refere à classificação tipológica de sua cultura material, percebe-se a ocorrência de artefatos confeccionados sob o empenho de técnicas de lascamento uni e bipolar (pontas de projetéis; lascas retocadas; talhadores, raspadores, etc); assim como o uso de técnicas de picoteamento e polimento abrasivo (artefatos com depressão semiesférica ("quebra-cocos"), mó, mão de mó, enxó, etc) (KERN, 1991; PROUS, 2002).

3.4.5 Ficha 05

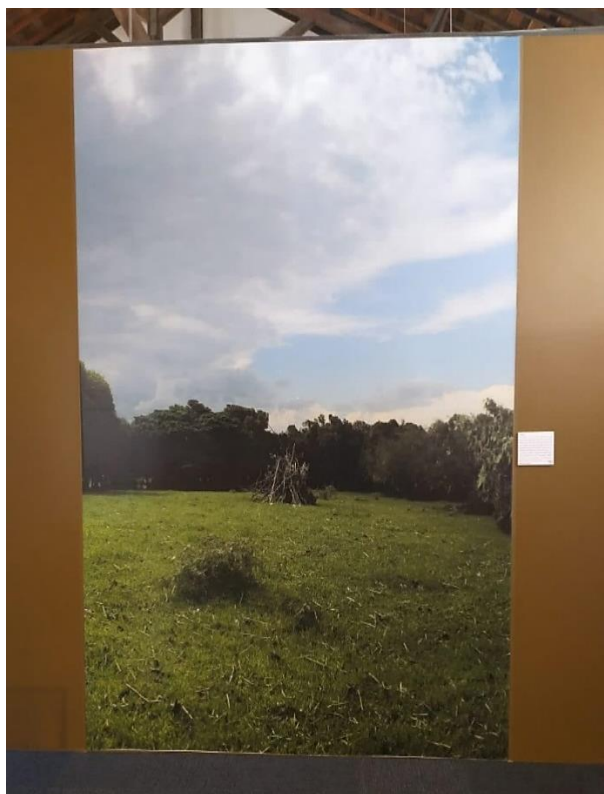


Figura 7. Sítio arqueológico do tipo "Cerrito" na propriedade do Sr. Pedro Sousa, Povo Novo, Rio Grande, RS. Fonte: Da Costa e Ribeiro (2020).

Descrição expográfica:

Esta imagem é de um Cerrito na localidade do Capão Secco, na zona rural de Rio Grande. Cerritos são morros compostos por terra, fauna, restos de alimentos, entre outros materiais que eram utilizados para aterrar determinado terreno exposto a possíveis inundações. Um cerrito pode ser interpretado de diferentes formas: como uma área de habitação, demarcador territorial, dentre outras possibilidades. Estas elevações, também conhecidas como aterros indígenas, são encontradas na planície costeira do Rio Grande do Sul e também do Uruguai. (MCRG, 2020).

Outros grupos culturais passaram a ser alvo de investigações no Rio Grande do Sul: os chamados “construtores de cerritos”, que manejaram e manipularam as paisagens da região do bioma pampa gaúcho, especialmente a costa leste uruguaia e centro–sul (SCHMITZ et al 2006). A principal característica destes grupos foi à construção artificial de estruturas (montículos) em terra, cuja distribuição na planície costeira do RS, é facilmente perceptível na paisagem. Estes sítios, geralmente, estão localizados em zonas edáficas próximos às várzeas; banhados, lagoas, e áreas úmidas (OLIVEIRA, 2014). Devido a sua dispersão pelos territórios das terras baixas da América do Sul, há referências desses sítios em várias partes do mundo, configurando um amplo e complexo

esquema de ocupação sociocultural (MILHEIRA et al 2016). Conforme Schmitz et al (1997) analisa a ocupação na região de Rio Grande, discutindo que

[...] os resultados mostram a ocupação da área por uma população indígena caçadora, inicialmente a-cerâmica, depois ceramista da tradição Vieira. Seus primeiros assentamentos provavelmente antecederam o tempo de Cristo, como em Rio Grande. Os sítios parecem ocupações estacionais e fazem parte de um conjunto de sítios muito maior, que se estende por diversas áreas do uruguay e do Rio Grande do Sul e apresenta típicas construções em terra conhecidas regionalmente como *cerritos* (SCHMITZ et al., 1997, p.15).

Os estudos arqueológicos sobre os Cerritos na região de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar iniciaram pela década de 1966 a partir das pesquisas de José Proenza Brochado; Vander Valente e Ignácio Schmitz (SCHMITZ et al 2006). Um ano após as primeiras abordagens sobre essa região, em 1967, outros grupos de pesquisadores como, Ítala Basile Becker, Guilherme Naue, Fernando La Salvia, Maria Helena Schorr, Pedro Augusto Mentz Ribeiro, Érico Costa²⁷, desenvolveram novas pesquisas sobre a região, mapeando a distribuição de sítios arqueológicos, testando hipóteses e propondo novas interpretações regionais com base na variedade de características dessas ocupações na região.

No que se refere a manufatura de sua tecnologia, são os primeiros grupos a produzir cerâmicas na região a partir dos recursos advindos da própria terra manejada (SCHMITZ et al 1997). Ficaram conhecidos na literatura como ceramistas da cultura vieira, nome dado em referência ao local de onde foram encontradas as primeiras ocorrências destas tipologias, no município de Rio Grande.

Nesta porção do território sul-brasileiro, os sítios foram localizados próximos ao arroio vieira na ERS 734 – Estrada Rio Grande e Cassino, no cruzamento com a BR 392, demonstrando uma diversificação na cultura material a partir da produção de artefatos líticos e cerâmicas com acabamento simples. Alguns pesquisadores apontam uma relação estreita desse grupo com descendência dos grupos *Minuanos* e *Charruas*, contudo não há especificações quanto a esse parentesco (MENESTRINO e MENTZ RIBEIRO, 1995; BASILE-BECKER, 1992, 2002).

²⁷ Como veremos ao longo da pesquisa, C.E.B foi um dos interlocutores selecionados para conduzir a trajetória biográfica da coleção em análise, especialmente pela sua proximidade com as ações do museu e o protagonismo do núcleo de pesquisa.

Em relação a quadro cronológico de ocupação destes grupos, grande maioria das datações variam entre 2.020 AC (C14 – não calibrada) e, para o Uruguai, de 4.410 AC (C14 – cal.) (SCHMITZ et al 1992), apesar desses registros, ainda faltam pesquisas que proponha um entendimento funcional a respeito da origem desses montículos.

A extensa literatura etnográfica e etnohistórica demonstra que desde o século XIX, essas estruturas são investigadas pela comunidade científica. Mas é somente na década de 1960, que se engendram diferentes hipóteses para a interpretação da construção destes sítios. Sendo duas delas: a primeira é de que os sítios foram construídos em áreas alagadiças que em período de cheia e sob influência das alterações climáticas, como é o caso do inverno, com aumento das chuvas devido às instabilidades atmosféricas, tornariam propícias tais construções. Entretanto, diversos estudos, sobretudo de pesquisadores Uruguaios (BRACCO; CABRERA; LOPEZ MAZZ, 2000; LOPEZ MAZZ; BRACCO, 2010; CABRERA, 2013), têm refutado essa ideia desde a década de 1980, partindo, sobretudo, de dados coletados *in loci* próximo a bacia hidrográfica da Lagoa Mirim e Costa atlântica, no extremo sul do RS. Essas abordagens também serviram de inspiração para a investigação arqueológica na margem sudoeste da lagoa dos patos²⁸ e a região meridional da lagoa dos patos, como é o caso de Rio Grande. Schmitz (1976) estudou em sua tese de doutoramento os cerritos dessa região. Segundo o autor, tais estruturas, foram interpretadas como acampamentos sazonais de pesca lacustre, com alternância de ocupações em períodos de seca como o verão.

Em síntese essas pesquisas demonstram que vários desses cerritos, não são encontrados apenas em áreas alagadas, mas também, em outras condições ambientais do bioma pampa gaúcho (SCHMITZ, 2006). Em segundo momento, uma diferenciação crucial tem gerado mudanças nas leituras dos pesquisadores, visto que vários destes cerritos, também foram alvos de sepultamentos na estrutura monticular; revelando além de restos esqueléticos das próprias

²⁸ Segundo Milheira et al (2016) nessa região os trabalhos sobre cerritos vem sendo desenvolvidos desde 2002, através do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/UFPel).

populações indígenas; refugos de tecnologia (lascas, microlascas, fragmentos de cerâmicas), e restos de dieta (predominância de matéria orgânica).

Tais indicativos, ainda que mesmo veladamente, demonstram as possibilidades desses grupos serem muito mais expansivos no território. Há ocorrência de montículos relacionados tanto a uma fase pré-cerâmica, quanto cerâmica é o caso da cultura vieira. Outro aspecto fundamental, é a ocorrência de sepultamentos primários (sem modificação) e secundários (com modificação), que pode estar associada a questões rituais e mágico-religiosas. Existe ainda a hipótese desses montículos serem considerados marcadores territoriais, devido a sua dispersão em agrupamentos ao longo deste território (KERN, 1991), dentre inúmeras outras hipóteses. Esses dados têm sugerido uma necessária releitura dos aspectos funcionais destes sítios, indicando a necessidade do desenvolvimento de novas pesquisas na região elencada (MILHEIRA et al 2016).

3.4.6 Ficha 06



Figura 8. Artefatos líticos polidos em exposição. Fonte: Da Costa; Ribeiro; Poloni (2021).

Descrição expográfica:

O quebra-coquinho: peças como esta são encontradas no centro sul do Brasil, e no leste do Uruguai, elas eram usadas para quebrar sementes e extrair frutos; as boleadeiras eram utilizadas como armas de guerra e caça. Ainda hoje fazem parte da tradição gaúcha. Os fragmentos de cerâmica vieira: as cerâmicas eram feitas principalmente por mulheres, eram utilizadas como vasos, recipientes para a água e alimentos, ou ainda, para armazenar as cinzas dos mortos. Possuem paredes mais grossas se comparadas às cerâmicas de outros povos. As cerâmicas da tradição vieira em sua grande maioria são lisas, com o passar do tempo houve uma evolução e surgiram alguns detalhes como marcas de unhas. Observe os fragmentos de cerâmicas expostos, um é liso e o outro exibe marcas feitas com algum objeto pontiagudo. (Trecho compilado do discurso expositivo do MCRG).

3.4.7 Ficha 07



Figura 9. Objetos sem procedência definida. Fonte: arquivo pessoal.

De acordo com a imagem acima, o objeto número (5) está descrito como “peça usada como faca com origem de lascamento”. Na sequência (6), é classificado um “fulgorito”, trata-se de um material de origem inorgânica, composto de areia. Na figura (7), o objeto foi descrito como cerâmica, mas sua natureza não está completamente esclarecida, especialmente em relação ao seu formato e matéria-prima. A partir dessa representação sobre os objetos leva-se em conta algumas reflexões sobre a ocupação arqueológica no litoral do RS.

Com base na literatura estima que a ocupação nessa porção do território ocorreu por volta de ± 6.500 A.P, através dos grupos caçadores-coletores-pescadores, que foram classificados como sambaquianos. Os registros dessas populações estão associados a aparição de sambaquis (estruturas formadas por concha), que dão aspecto de monumentalidade na paisagem. No litoral norte do Rio Grande do Sul, ocorrem a partir de 4.000 AP, devido às mudanças climáticas das últimas regressões e transgressões marinhas, ocorridas há 5.000 AP. (último optico climático). Também é característica tecnológica desses sítios, uma cultura material peculiar na região como à ocorrência dos artísticos zoólitos (estatuetas em rochas esculpidas como forma de representação da fauna típica encontrada na região), também são identificados vestígios relacionados a tecnologia sobre osso, geralmente de peixe, como, “agulhas”, “furadores”, “pesos de rede”, etc., além de artefatos zooarqueológicos (ex: ossos de animais (terrestres e marinhos), malacológicos (ex: conchas), etc.

A partir dessa síntese pode-se compreender algumas mudanças referentes ao conteúdo das narrativas sobre os artefatos em exposição.

3.4.8 Ficha 08



Figura 10. Cerâmica arqueológica em exposição. Fonte: Da Costa; Ribeiro; Poloni (2021).

Descrição expográfica:

Cumbuca ameríndia: esta peça era usada pelos índios para armazenar água ou alimento. Os ameríndios são habitantes que se originaram na América do Norte, Central e do Sul, foram assim denominados com a chegada dos navegadores europeus. A escolha do nome “índio” ocorreu devido a confusão feita por Cristóvão Colombo, líder da frota, que acreditava que tinham descoberto as índias, assim nomeando os povos locais de índios. É por isso que atualmente as ilhas do Caribe ainda são chamadas de índias ocidentais. Há estudos que indicam que os primeiros povos indígenas brasileiros surgiram no Piauí. Eram grupos de coletores e caçadores que já dominavam o fogo e sabiam fabricar instrumentos de pedra. (Trecho compilado do discurso expositivo).²⁹

3.4.9 Ficha 09



Figura 11. Objetos confeccionados sob o empenho da tecnologia cerâmica. Fonte: Da Costa; Ribeiro; Poloni (2021).

Descrição expográfica:

²⁹ Transcrição do texto expositivo sobre o artefato descrito na figura 9, como “cumbuca ameríndia”.

Os Tupis-guaranis

Alguns grupos Tupi-guarani que habitavam a Amazônia expandiram-se em direção ao sul e aqui chegaram há cerca de 2 mil anos. Sua vida era adaptada ao ambiente da floresta que era beneficiada pelo sistema de coivara. Consistia na abertura de clareiras e queima do mato, para plantar mandioca, feijão, amendoim, tabaco, inhame, abóbora, algodão, porongo, plantas frutíferas e medicinais. Viviam em aldeias formadas por casas feitas com estruturas de madeira, cobertas com folhas de palmeiras e taquara. As casas mediam até 40 m de comprimento por 20 m de largura; as circulares, em torno de 20 m de diâmetro. Ali morava toda a família com seus parentes. Os guaranis dormiam em redes e preparavam seus alimentos em fogos de chão. A liderança política era exercida pelos Tuvickã, que tinham o direito de ter muitas esposas. A liderança religiosa era exercida pelo Pajé, que também fazia os papéis de mágico, vidente, médico, e conselheiro. Suas vasilhas cerâmicas eram feitas a partir de roletes de barro, unidos, e alisados com as mãos. As superfícies externas eram pintadas de vermelho, preto, e branco ou decoradas com marcas de dedos e unhas. As maiores serviam para preparar bebidas, ou para enterrar seus mortos. Em períodos mais recentes, os enterros eram feitos diretamente no solo ou em pequenas vasilhas utilizadas para receber, posteriormente, apenas os ossos. 1) Cerâmica Tupi-guarani; 2) Fragmento de cerâmica Tupi-Guarani corrugada unzulada; 3) Fragmento de cerâmica Tupi-Guarani corrugada unzulada; 4) Fragmento de cerâmica Tupi-Guarani corrugada unzulada; 5) Fragmento de cerâmica Tupi-Guarani corrugada unzulada” (Trecho compilado do discurso expositivo) ³⁰.

Povos dos Pinheirais.

Os povos das florestas que habitavam as matas de araucária do planalto também modificaram seus hábitos milenares. Além das choupanas tradicionais, começaram a construir casas subterrâneas, num processo de adaptação ao frequente frio de seu ambiente. Eram casas geralmente circulares, algumas parcialmente enterradas, cobertas por fibras vegetais. Agrupadas e interligadas por passagens, formavam pequenas aldeias dispersas na floresta.

Esses grupos passaram também a produzir cerâmica. Seus recipientes eram geralmente de cor preta, como formas cilíndricas ou semi-globulares. A maioria tinha acabamento alisado e alguns recebiam decorações, feitas com marcas de tramas de cestaria, unhas ou objetos pontudos, às vezes formando faixas. A pedra passou a ser minuciosamente polida e foi utilizada na fabricação de instrumentos de trabalho, como lâminas de machados e mão de pilão, usadas para macerar grãos e sementes. Nos meses quentes, esses povos iam para o litoral ou para os vales dos rios que cortam o planalto.

Os vestígios desses povos são identificados pelos pesquisadores como da Tradição Taquara.

Os descendentes dos povos dos pinheirais deram origem a vários grupos conhecidos no período colonial como Ibiraiaras e Guananaes, e posteriormente denominados de Kaingang.

- 1) Quebra-coquinho
- 2) Boleadeiras
- 3) Fragmentos de Cerâmica Vieira
- 4) Fragmentos de Cerâmica Vieira
- 5) Fragmento de Cerâmica Vieira

Trechos compilados do discurso expositivo ³¹.

Todas as características relacionadas à ocupação pré-colonial na região de Rio Grande, e especialmente o contexto sul brasileiro, demonstram a peculiaridade de suas produções tecnológicas. Por vezes, identifica-se nessas condições ambientais e culturais, uma sobreposição de vestígios destas distintas sociedades, formando um marco de ocorrências multicomponenciais (PESTANA, 2007).

No caso apresentado acima, podemos notar que não há uma diferenciação das diferentes sociedades humanas que produziram e manejaram

³⁰ O texto narrativo foi construído com base na publicação de: CUSTÓDIO, Luiz Antônio B. Os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IPHAN/RS, 2001.

³¹ O texto expositivo foi construído pela equipe técnica da instituição tendo por base a seguinte referência bibliográfica: CUSTÓDIO, Luiz Antônio B. Os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IPHAN/RS, 2001.

esses objetos. Também, não há informações que nos permitam contextualizá-los do ponto de vista de informações sobre seus locais de origem e ou processo de doação, principalmente em relação a ausência dos nomes dos doadores e de informações sobre os deslocamentos dos objetos.

Estudos arqueológicos recentes têm posto em relevo as distintas hipóteses sobre a funcionalidade dos artefatos líticos polidos, especialmente pela sua ampla distribuição geográfica e a variabilidade de formas e matérias-primas em que são confeccionados. Desse modo, em relação aos aspectos tecnofuncionais dos objetos em exposição, ainda não existem informações concretas que associem, o uso de objetos com depressão semi-esférica “quebra-coco” a referida quebra do coquinho de *butiá odoratta*, tipo de fruto coletado em palmeiras, planta comum na região do extremo sul do Brasil.

Ao associar à função desse artefato tão somente a quebra do coquinho de butiá, reforça-se uma leitura generalista acerca das representações, que se fazem desses objetos nos contextos socioculturais. Em virtude disso, cabe destacar que já existem uma série de estudos que vem sendo desenvolvidos na região sul, especialmente, o de Silva (2005), Garcia (2013), e Gluchy e Salles (2014), que revelaram ausência de quebra de coquinho de butiá na formação das depressões semi-esféricas polidas.

As informações obtidas nessas pesquisas indicam, ainda que veladamente, diferentes proporções no acabamento da depressão, resultando de inúmeras tentativas/modalidades de aperfeiçoamento das depressões (GLUCHY E SALLÉS, 2014). Tais pesquisas sugerem que os objetos com depressões semiesféricas sejam multifuncionais, servindo até mesmo para a produção de novas ferramentas. Salienta-se que essas novas interpretações não têm sido apropriadas para fins de comunicação museológica.

Dessa forma, pouco da trajetória dos artefatos fica evidenciado no discurso museográfico, embora a cidade do Rio Grande tenha sido um dos polos mais pesquisados em termos de arqueologia pré-colonial na região sul, especialmente a partir da década de 60, com o pioneirismo de José Proença Brochado, Pedro Ignacio Schmitz, Guilherme Naue, Itala basile Becker, Pedro Mentz Ribeiro, e outros, que resultaram em publicações sobre a área (SCHMITZ, 1976; COSTA, 1997; SCHMITZ et al 2006; SCHMITZ, 2011; RIBEIRO et al 2004;

PESTANA; 2006; 2007; OLIVEIRA, 2014). Além disso, essa região se destaca por ter uma universidade federal com o curso de Arqueologia, que, desde 2008, atua como núcleo de formação de arqueólogos.

O conhecimento gerado por essas pesquisas, podemos supor, não tem sido apropriado para fins de comunicação museológica, colocando a arqueologia, como formação e teoria, em um papel coadjuvante no plano local analisado. Este fator vai ao encontro com o que nos diz Bruno (1995), ao afirmar que “[...] os estudos arqueológicos, embora voltados para a identificação e compreensão das continuidades e mudanças dos processos culturais das sociedades nativas, nas suas mais diferentes características, raramente são considerados como fontes para a interpretação desta nação” (BRUNO, 1995, p.7).

Amparado nessa observação compreende-se que as coleções arqueológicas do Museu podem participar de novas dinâmicas sociais. No entendimento desta biografia museológico-curatorial são abordadas novas possibilidades de acesso às memórias referentes a coleção, que podem ajudar na contextualização destes artefatos.

Trata-se, portanto, de observar as distintas camadas de sentidos e significados que essas coleções adquirem no presente, sob o olhar matizado dos agentes patrimoniais e do próprio público que frequenta a instituição. Conforme já apontado na introdução do trabalho, a investigação priorizou a compreensão dos discursos criados pelos agentes patrimoniais em relação ao acervo institucional, por onde então, recorreu-se a reminiscências de memória dos interlocutores, que ajudaram a compreender em partes a trajetória biográfica da coleção.

3.5 Uma coleção em potencial patrimonial: criando nexos entre tempos, espacialidades e culturas.

A partir de todo o elenco de informações compiladas de diferentes autores sobre a temática da arqueologia regional que embora direciona-se o discurso a uma determinada construção de sentido da cultura material, por sua vez não inviabiliza as demais construídas no âmbito social. É preciso, portanto, criar

vínculos entre as interpretações arqueológicas e aquelas mobilizadas pelas pessoas quando em interação social com os objetos.

Nesse caso, o percurso adotado para compreender esses múltiplos discursos que ecoam sobre as coleções e acervos arqueológicos, é da biografia cultural dos objetos (KOPYTOFF, 2008). Ao entender que os objetos arqueológicos derivam de uma determinada produção sociocultural, coloca-se em debate o seu próprio ciclo vital, ou seja, buscou-se compreender como esses objetos sobreviveram as passagens do tempo, desde o momento em que o indivíduo o seleciona como matéria prima enquanto recurso do ambiente físico, o projeta cognitivamente como um instrumento com funções pertinentes à caça, pesca, coleta, e ou simplesmente apenas com a finalidade de significá-lo, a partir de seus próprios regimes de valores. Nessa cadeia operatória que perpassa os múltiplos trânsitos e percursos dos objetos, encontra-se novas projeções e significados, que se depositam na vida social dos objetos, e que podem ser entendidos a partir de uma história de longa duração da cultura material.

No presente, esses novos usos são reivindicados quando os objetos deixam apenas de serem vistos como marcadores temporais e ou “fósseis guias” para interpretação do passado pré-colonial, mas quando se passa a vê-lo como constituinte uma determinada trajetória de vida artefactual, a qual necessariamente reúne memórias, histórias, experiências, que se entrelaçam as vidas sociais dos sujeitos. Importa dizer, que esse ciclo vital, não é interrompido no momento em que o objeto passa pelo Museu, mas é compreendê-lo como etapa fundamental na vida desse objeto, o mesmo seguirá seu percurso formatando as identidades de cada grupo social que o utiliza para reivindicar o passado, mas, sobretudo, pelas novas atribuições contemporâneas.

A coleção alvo desse estudo, encontra-se em potencial patrimonial, pelas múltiplas malhas de relações que vem sendo construídas em torno dela. Seja na construção de uma reflexão acadêmica, como é o caso dessa dissertação de mestrado, como dos demais fluxos de sentidos e significados que são mobilizados no cotidiano do Museu, seus movimentos e singularizações. Entendê-la como protagonista das relações sociais do Museu na atualidade é um exercício fundamental, uma vez que sua história traçada por intermédio da biografia cultural, revela não apenas uma única história, mas suas histórias

interligadas por uma determinada narrativa dos agentes patrimoniais e de outros atores. No caso em questão, o discurso sobre o passado pré-colonial serviu para gerar uma aproximação da história de vida dos objetos da coleção, entendendo-os pelo seu potencial agenciativo (GELL, 1998), visto que, essa mesma coleção também representa o percurso pessoal e profissional dos agentes que a manipularam, no tempo e no espaço, ressignificando suas representações sociais.

Considerações finais

A construção desta dissertação teve como pressuposto de que os museus não musealizam apenas “objetos”, e sim os “processos sociais”, que são desencadeados pela relação estabelecida entre as pessoas, os objetos e os cenários. Esses fatores interpretados em conjunto são substratos fundamentais para a construção das relações de herança social e pertencimento identitário. No caso dos museus e suas congêneres, a constituição do que venha se delinear enquanto o desenvolvimento de um olhar “museológico-curatorial” nos permite identificar além de problemas técnico-científicos, “patrimônios adormecidos” que estão custodiados em reservas técnicas institucionais, e que demandam novas possibilidades de leituras no presente. Entende-se que este foi o caso da coleção arqueológica alvo da investigação biográfica.

Com base nos dados apresentados, retoma-se a questão-problema elencada logo na introdução: como os diferentes valores e sentidos atribuídos socialmente e cientificamente à coleção por intermédio da trajetória biográfica, poderia configurar estratégias de (re) qualificação institucional? A partir dos dados produzidos pela pesquisa, percebeu-se que a biografia cultural dos objetos (KOPYTOFF, 2008), enquanto uma reflexão teórico-metodológica, se mostra como ferramenta essencial para reacender o interesse sobre a cultura material em museus, uma vez que possibilita acessar por intermédio da vida social das pessoas a vida social dos objetos. No caso em questão, acessou-se a uma etapa da vida social dos objetos, seus deslocamentos e contextos, nesse enredo biográfico foi constatado o protagonismo de determinados agentes no

processo de (re) qualificação das exposições no Museu e sua interlocução com as demais instituições da cidade.

Desse modo, a adoção dessa perspectiva no âmbito dos museus se faz fundamental para alterar o quadro inicialmente preconizado, a respeito do isolamento e abandono das coleções (DA COSTA e RIBEIRO, 2020), uma vez que a abordagem permite, como nos diz Bruno (2009), adentar os cenários valorativos e imagéticos da cultura material musealizada. Dessa maneira, se por um lado urge refletir que usos sociais que as pessoas fazem do patrimônio arqueológico no presente, por outro, se faz necessário abordar as novas possibilidades de significação desses conjuntos artefatuais e ou patrimoniais, sob o olhar interdisciplinar, especialmente quando matizado na interface das áreas de Arqueologia e Museologia.

Através das narrativas produzidas pelos interlocutores, teve-se acesso ao potencial representativo das memórias sociais no presente, que auxiliaram na compreensão biografias dos objetos. Neste âmbito, conforme abordou-se no decorrer da construção dos capítulos que integram o corpo da dissertação, a musealização do patrimônio arqueológico pode servir por intermédio da trajetória biográfica para potencialização do uso social do patrimônio ao sugerir novas possibilidades de articulação entre passado e presente.

No caso em questão, percebeu-se como os discursos elaborados pela própria instituição se entrecruzam às narrativas pessoais e profissionais dos interlocutores, que inclusive participaram dos movimentos e deslocamentos dos objetos. Por intermédio desses interlocutores teve-se o privilégio de conhecer e documentar parte da vida social da coleção arqueológica, além de destacar o protagonismo na construção dessa biografia. Desse modo, além da coleção propriamente, obteve-se informações sobre a organização institucional do Museu, demonstrando ser um vasto e inexplorado campo de análise.

Tal perspectiva também nos faz retomar a nossa segunda pergunta da pesquisa: os objetos que estão em exposições, e reservas técnicas institucionais, sem nunca terem atravessado a cadeia operatória de musealização, podem ser considerados patrimônios musealizados? No entender da pesquisa, para que os objetos sejam de fato musealizados, se faz necessário que estes sejam engendrados em novas dinâmicas sociais, a fim de gerar

sentidos sociais e simbólicos que mobilizem a sua preservação. Portanto, defende-se que é somente na apropriação social e simbólica dos objetos, é que se faz deles “patrimônios”, efetivamente.

Pode-se ainda ampliar a discussão no sentido de compreender que a Arqueologia e a Museologia, a partir de distintas epistemes da cultura material, traduzidas pelas múltiplas experiências das pessoas, com as instituições, tempos, espaços, memórias, objetos, e afetos, são tecidos na mesma rede de sentido, em uma biografia complexa e em processo. Os museus, ao não promoverem os usos sociais do patrimônio arqueológico, isolando-os em categorias fixas, acabam por rotular parte de um conhecimento que poderia ser amplamente contextualizado e problematizado. Como advoga Debary (2010), acabam por condená-los a uma segunda morte sob o frágil pretexto de preservá-los.

Mormente, a investigação biográfica elencada neste estudo proporciona incentivos aos pesquisadores na retomada dos estudos sobre acervos e coleções em solo brasileiro, uma vez que sugere por intermédio dela a possibilidade de acessar às reminiscências de memória dos indivíduos, e as múltiplas temporalidades dos objetos. Desta mirada, seria útil abrir caminhos para contar não apenas o que foram em determinados contextos históricos e sociais, mas o que eles poderiam *vir a ser*.

De outro modo, conforme explicitado ao longo dos capítulos, o conceito de patrimônio arqueológico isolado da tessitura social, engessa-se como categoria meramente jurídica, cientificista e burocrática. E é justamente este entendimento de patrimônio que afasta às sociedades dos museus, e de seus próprios bens patrimoniais. Para reverter este quadro, defende-se a ideia inicialmente preconizada por Febre (2013) de que é tempo de patrimônio em suas distintas formas de significá-lo no presente.

Ao adotar essas perspectivas reitera-se o papel de ação que os objetos adquirem no meio social, e que por intermédio das pessoas, o discurso sobre as coleções arqueológicas, quando em fluxo, podem gerar muito mais sentido patrimonial do que a sua *invisibilidade* no escopo institucional – mesmo que ambos os argumentos engendrem a mesma lógica preservacionista, porém, por caminhos distintos. Deste prisma, reitera-se que o patrimônio arqueológico seja

observado e tratado como recurso dinâmico, capaz de estabelecer ligações entre tempos, espacialidades e culturas, bem como instrumento de democratização dos espaços e da memória social.

Dentre inúmeras possibilidades existentes de aproximação da sociedade com seus referenciais de memória, seria oportuno colocar tais acervos e coleções arqueológicas em novas dinâmicas sociais como, em eventos públicos, nas escolas e universidades. Outro aspecto fundamental, é a possibilidade de verificar com os povos nativos da região, inclusive artesãos que fazem releituras artísticas sobre os artefatos, a partir das diferentes percepções que se constroem desses objetos no presente. Ao incentivar a construção compartilhada do conhecimento arqueológico, por exemplo, com povos indígenas, com as comunidades afrodescendentes, e demais segmentos da sociedade civil, abre-se espaço para valorização social e simbólica, de modo que essas experiências e temporalidades se somem a trajetória biográfica como um palimpsesto de memórias entrelaçadas.

No tocante a salvaguarda, observa-se que o Museu demanda uma atualização de seu corpo técnico e funcional. A contratação de profissionais, historiadores, arqueólogos poderia gerar novas qualificações desses acervos, especialmente de um ponto de vista interdisciplinar. Concomitante a essa realidade, a criação de um plano educativo-cultural e o investimento em processos formativos e a partir dos acervos pré-coloniais, poderia dinamizar a discussão referente a preservação da memória cultural deste território, e gerar novos intercruzamentos com a memória social das comunidades. Posteriormente, em outro momento, também se faz necessário investigar o regimento interno e os processos de recepção da instituição, a fim de entender quais grupos efetivamente interagem com este espaço e o que esses grupos pensam sobre a preservação deste tipo de patrimônio no presente.

Almeja-se que essa pesquisa de algum modo inspire outras abordagens, reflexões, e problematize às relações em torno de coleções e acervos arqueológicos dispersos pelos mais variados domínios institucionais brasileiros. Considera-se que o exercício da *biografia cultural dos objetos* é um caminho próspero aos museus que buscam renovar o olhar sobre a preservação social

das heranças culturais da humanidade, notadamente, no que se refere ao patrimônio arqueológico.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Samuel J.M.M. **Objects and the Museum**. *Isis*, v. 96, n. 4, p. 559-571, 2005.

ALCÂNTARA, Aureli. A. de. **Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama a Pré-história**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2008.

ANJOS, Danielle. M. **Acervo e Sociedade – Museu da Cidade do Rio Grande – RS**. Rio Grande. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 170p. 2012.

ANJOS, Danielle Manczak. **Porto e Barra no acervo do Museu Histórico da Cidade do Rio Grande: uma introdução**. *Biblos*, v. 23, n. 1, p. 139-154. 2009.

APPADURAI, Arjun. **Introduction: the social life of things. The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective**, 2008.

BASILE-BECKER, Ítala I., **El Indio y La Colonización, Charrúas y Minuanes**, 1984, p. 116-118.

BASILE-BECKER, Ítala. I. **O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul**, In: KERN, A. A. (Org.). *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 331-356.

BASILE-BECKER. **Os Índios Charruas e Minuanos na Antiga Banda Oriental do Uruguai**. São Leopoldo: **Editora Unisinos**, 2002.

BENDIX, Regina. **Heritage Between Economy and Politics: An Assessment from the Perspective of Cultural Anthropology**, in: SMITH, L.; AKAGAWA, N. *Intangible Heritage*. London and New York: **Routledge**, 2009, p. 253-269.

BEZERRA, Márcia. **INFORMAÇÃO, PATRIMÔNIO E ARQUEOLOGIA: reflexões a partir da Amazônia**. In: *Informação, Patrimônio e Memória: diálogos interdisciplinares*. Editora da UFPB. João Pessoa, 2015. 107. pp.

BINFORD, Lewis.R. **Archaeology as anthropology**. *American Antiquity*, vol. 28, n2. 1962, pp. 217-225.

BITTENCOURT, José; FERNANDES, Lia Silvia. P.; TOSTES, Vera Lúcia B. **Examinando a Política de Aquisição do Museu Histórico Nacional**. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 27. 1995. p. 61-77.

BONNOT, Thierry. **Itinerário Biográfico de uma Garrafa de Sidra**. In: *Museus e patrimônio: experiências e devires*, Manuelina Maria Duarte Cândido; Carolina

Ruoso (Org.), Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2015, p: 121-151.

BRACCO, D. **Minuanos**. Apuntes y notas para la historia y la arqueología del territorio Guenoa-Minuan (Indígenas de Uruguay, Argentina y Brasil). Montevideo: Linardi y Risso, 2010.

BROCHADO, J. J. J. P. Histórico das Pesquisas Arqueológicas no Estado do Rio Grande do Sul. In: IHERINGIA - Antropologia, nº 1. Porto Alegre, 1969.

BROCHADO, J.P 1974. Pesquisas arqueológicas no Escudo Cristalino do Rio Grande do Sul (serra do sudeste). Pub. **Avulsas Museu Pa. Emílio Goeldi** n. 26 (PRONAPA 5). Belém: MPEG, p.25-52.

BROCHADO, José Proença. Histórico das Pesquisas Arqueológicas no Estado do Rio Grande do Sul. **IHERINGIA - Antropologia**, nº 1, 1969.

BROCHADO, José Proença. Pesquisas arqueológicas no Escudo Cristalino do Rio Grande do Sul (serra do sudeste). **Pub. Avulsas Museu Pa. Emílio Goeldi**, n. 26 (PRONAPA 5). Belém: MPEG, p. 25-52, 1974.

BROCHADO, José Proença; LA SALVIA, Fernando. Cerâmica Guarani. Porto Alegre: **Posenato Arte e Cultura**, 1989.

BRUNO, Maria Cristina. O. B. Musealização da arqueologia: caminhos percorridos. In: **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 2, 2014.

BRUNO, Maria Cristina. O. B. **Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema**. (Tese de Doutorado), São Paulo: FFLCH – USP, 1995.

BRUNO, Maria. C. O. Museus e pedagogias museológicas: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. **Introdução à Sociomuseologia** (2006): 153.

BRUNO, Maria. C. O. **O Museu do Instituto de pré-história: um museu a serviço da pesquisa científica**. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1984.

BRUNO, Maria. C. O; ZANETTINI, Paulo. **O futuro dos acervos**. Anais do I Congresso Internacional de Arqueologia da SAB e XIV Congresso Nacional da SAB-Florianópolis. Erechim: Habilis, 2007.

BRUNO, Maria. C. O. Arqueologia e Antropofagia: A musealização de sítios arqueológicos. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**. Brasília, nº 31, p. 234-247, 2005.

BRUNO, Maria. C. O. Musealização da arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 2, 2014.

BRUNO, Maria. C. O. **Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema**. Tese (Doutorado em História), São Paulo: FFLCH – USP. 1995.

BRUNO, Maria. C. O. Estudos de cultura material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios. Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia. Rio de Janeiro: **Museu de Astronomia e Ciências Afins–MAST**, 2009.

BRUNO, Maria. C. O. **Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, de abandono, de mudanças**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, n. 6, 1996.

CANDAU, Joel. **Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade**. Revista Memória em Rede, jan/jul, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9564>

CANDAU, Joel. Memória e Identidade. São Paulo: **contexto**, 2012.

CANDIDO, Maria. M. D. **Arqueologia Musealizada - Patrimônio Cultural e Preservação em Fernando de Noronha**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo/USP, 2004.

CARVALHO, A. de V; FUNARI, Pedro P. A. **Arqueologia e Patrimônio no século XXI: as perspectivas abertas pela Arqueologia Pública**. Anais do III Encontro de História da Arte (2007).

CARVALHO, Aline Vieira De; FUNARI; Pedro Paulo Abreu. **Patrimônio e Diversidade: algumas questões para reflexão**. Pp. 306. 2008.

CHAGAS, Mário De Souza. **Em Busca Do Documento Perdido: A Problemática Da Construção Teórica Na Área Da Documentação**. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 2, n. 2, 1994.

CHAGAS, Mário de Souza. **Memória e Poder: dois movimentos**. Cadernos de Sociomuseologia, n. 19, p. 35–67. 2002.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária. São Paulo: **Perseu Abramo**, 2000. p. 9.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 3ª edição. São Paulo: **Estação Liberdade/UNESP**, 2006.

COPÉ, Silvia. M. **A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro**. Estudos avançados 29, no. 83 (2015): 149-171.

COPÉ, Silvia. M. **Les grands constructeurs précoloniaux du plateau du sud du Brésil: étude de paysages archéologiques à Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Brésil**. 2006. Thèse (Doctorat) – Université Paris I, Panthéon, Sorbonne. Paris, 2006a.

COSTA, Carlos Alberto Santos. Gestão de Acervos Arqueológicos: considerações sobre a perspectiva legal. In: MENDONÇA, Elizabete de Castro; SILVA, Junia Gomes da Costa Guimarães e (Orgs.). Bens culturais musealizados: políticas públicas, preservação e gestão. **Rio de Janeiro: UNIRIO / Escola de Museologia**, 2014. p.79-87.

COSTA, Carlos. A. S. Um grito de sobrevivência: agenciamento das bases jurídico-legais de endosso institucional para a guarda e pesquisa de acervos arqueológicos e a militância político-acadêmica das comunidades arqueológica e museológica. **Revista Arqueologia Pública** 11, no. 2 [19] (2017): 215-253.

COSTA, Erico. B. F. **Assentamento dos grupos tupi-guarani e vieira no sudeste do Rio Grande do Sul; Santa Vitória do Palmar, Rio Grande e Camaquã**. Dissertação (Mestrado em História). UNISINOS, São Leopoldo. 1997.

CURY, Marília. X. Os usos que o público faz dos museus. A (re) significação da cultural material e do museu. **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia, Rio de Janeiro: IPHAN, DEMU**, v. 1, n. 1, p. 87-106, 2004a.

DA COSTA, Matheus Pereira; RIBEIRO, Diego Lemos. “Estratigrafia do abandono”: O caso do Museu da Cidade do Rio Grande–MCRG no extremo sul do Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, v. 17, n. 34, p. 209-235, 2020.

DA COSTA, Matheus. P.; RIBEIRO, Diego. L.; POLONI, Rita. J. Biografia museológico-curatorial de uma coleção arqueológica: o caso do Museu da cidade do Rio Grande (MCRG), RS, Brasil. **Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST**. Vol. 15, No 1 (2022), pp. 10-17.

DA SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes. Musealização da Arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguaros. **Revista de Arqueologia** 26, no. 2 (2013): 59-76.

DA SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes. **Musealização da Arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguaros**. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE\USP, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-11042008-103734/publico/tdeAbrahao.pdf>>. Acessado em: Janeiro/2020.

DAVALLON, Jean. **Penser le patrimoine selon une perspective communicationnelle**. Sciences de la société. 99 (2016): 15-29. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/sds.5257>>. Acesso em: janeiro/2020

DE BLASIS, Paulo. **De contexto a Contexto**. Ciência e Museus, Belém, v. 4, p. 65, 1992.

DE MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

DE MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. **Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público**. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998. <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067>> Acesso em: Janeiro/2020.

DE MORAES WICHES, Camila Azevedo. **Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico**. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 16-39. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/xmlui/handle/ri/18570>>. Acessado em: Janeiro/2020.

DE MORAES WICHES, Camila Azevedo. **Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira**. Tese (Doutorado em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Campo Grande. 2010.

DE MORAES WICHES, Camila Azevedo. **Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-19062012-133008/pt-br.php>>. Acessado em: Janeiro/2020.

DE OLIVEIRA, Kelly. Um sítio de pesca na margem ocidental da lagoa dos Patos: RS-RG-48. **Pesquisas**. n. 63, p. 307-336. 2006. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/64804984-4-1-um-sitio-de-pesca-na-margem-ocidental-da-lagoa-dos-patos-rs-rg-48.html>>. Acessado em: Janeiro/2020.

DEBARY, Octave. Segunda mão e segunda vida: objetos, lembranças e fotografias. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 27-45. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9547>>. Acessado em: Janeiro/2020.

DÍAZ-ANDREU, Margarita. A world history of nineteenth-century archaeology. Nationalism, and the past, **New York** (2007).

DÍAZ-ANDREU. Margarita. A World History of Nineteenth-Century Archaeology. Nationalism, Colonialism, and the Past. Oxford: **Oxford University Press**, 2007. 486 pp. ISBN 9780199217175

FABRE, Daniel. **Émotions patrimoniales**. Vol. 27. Les Editions de la MSH, 2013.

FERNANDÉZ, Luis. A. Memória, Interpretation y relato. Pasado y evolución del museo. In: **Museologia y Museografia**, Madrid: Ediciones del Serbal, 2006.

FERREIRA, Becker Tales; GONÇALVES, Beal Marisa. **Coleção histórica do Museu da Cidade do Rio Grande/RS: Arquitetura, patrimônio e museografia**. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/16404110-Colecao-historica-do-museu-da-cidade-do-rio-grande-rs-arquitetura-patrimonio-e-museografia-ales-beier-ferreira-marisa-beal-goncalves.html>>. 2014. Acessado em: janeiro/2020.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Sob fogo cruzado: arqueologia comunitária e patrimônio cultural. **Revista Arqueologia Pública**. São Paulo, n. 03, 2008.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Território primitivo: a institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)**. Tese (Doutorado em História). Unicamp, Campinas. 2007.

FERREIRA, Lúcio Menezes; RIBEIRO, Diego Lemos. **Camadas reviradas: as práticas de musealização da arqueologia no Brasil**. In: CARVALHO, Aline Vieira de; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; FUNARI, Pedro Paulo. (Org.). *Museus e Identidades na América Latina*. 1ed. São Paulo: Annablume, 2015, v. 1, p. 159-176.

FONSECA, Maria. C. L. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: **UFRJ/MinC-IPHAN**, 2005.

FONSECA, Maria. C. L. O. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.

FUNARI, Pedro. P. A.; CARVALHO, Aline. V. Universidades, Arqueologia e Paulo Duarte. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia** 22 (2012): 89-96.

FUNARI, Pedro. P. A. **Public archaeology from a Latin American perspective**. *Public Archaeology* 1, no. 4 (2001): 239-243.

FUNARI, Pedro. P. A. Como se tornar arqueólogo no Brasil. In: **Revista Usp** 44 (1999): 74-85.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. de. A. Patrimônio histórico e cultural. **Zahar**, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; TEGA, Glória. Arqueologia, do Imperialismo à inclusão Social. **Expressa Extensão**, v. 19, n. 1, p. 17-27, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo. Patrimônio cultural e museus no Brasil: uma apreciação sob o ponto de vista da arqueologia. **Revista Memória em rede**. Pelotas, v.10, n. 17, julho/dezembro, 2017.

FUNARI, Pedro. P.A e FERREIRA, Lúcio. M. Uma História Social da Arqueologia Brasileira: Um Estudo de Caso. In: **Boletim de História da Arqueologia** 16, no. 2 (2006).

GLUCHY, Maria Élide farias; SALLES, Jaime Mujica. Análise tecno-funcional do material polido do extremo sul do Rio Grande do Sul. Brasil. In: FARIAS, Maria; LOURDEAU, Antoine (org.). **Povoamento e modalidades de ocupação humana na América do Sul**: Contribuição da tecnologia lítica. 1ed: @rcheoéditions, 2014, p. 12-35.

GONÇALVES, José Reginaldo S.; SAMPAIO, Roberta; BITAR, Nina P. A alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância. **Mauad Editora Ltda**, 2013.

GONÇALVES, José R. S. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: **IPHAN**, 2007.

GONÇALVES, José R. S. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Revista Estudos Históricos**. v. 28, n. 55, p. 211-228. 2015.

GONÇALVES, José R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes antropológicos** 11 (2005): 15-36.

GONÇALVES, José. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs.). **Patrimônio e Memória: Ensaios Contemporâneos**. Rio de Janeiro: DPA/FAPERJ, 2003. p. 25-33.

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 244-261, 1991.

HAFSTEIN, Valdimar. Sauvegarde du patrimoine immaterial et gouvernance communautaire. In: 60 ans d'histoire de l'UNESCO. Actes du Colloque International. Paris: **Maison de l'UNESCO**, 2007.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: **Aeroplano**, (2000).

IZQUIERDO, Ivan. Memórias. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 6, p. 89-112. 1989.

KERN, Arno. A. (Org.) **Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul**. In: Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

KOPYTOFF, Igor. **The cultural biography of things: commodification as a process**. In: APPADURAI, Arjun. The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective. 2008, p. 64-91.

LADKIN, Nicola. **Gestão do Acervo**. Boylan, Patrick J. (ed). Como Gerir um Museu: Manual Prático. ICOM, 2004, pp. 17-31.

LATOUR, Bruno. **Regredando o social: uma introdução à teoria ator-rede**. 1ª ed., Bauru, SP: EDUF, 2012.

LE GOFF, Jaques. História e memória. Editora da Universidade Estadual de Campinas. **Unicamp**. São Paulo, 1990.

LEMOES, Carlos. A. C. O que é Patrimônio Histórico. 5ª ed. São Paulo: **Brasiliense**, 1987.

LIMA, Tania. A. Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. **Revista de Arqueologia**. v. 5, n. 1, p. 19-28, 1988.

LIMA, Tania Andrade. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro. IPHAN. n. 33, p. 05-21, 2007.

LIMA, Tania Andrade; RABELLO, Angela. M.C. Coleções Arqueológicas em perigo: o caso do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, n 33, p. 245-274, 2007.

LOPEZ MAZZ, Maria. J. Las estructuras tumulares (cerritos) del Litoral Atlántico uruguayo. **Latin American Antiquity**, v. 12, p. 1-25, 2001.

LOUREIRO, Maria. L. D. N. & LOUREIRO, J. M. M. Documento e musealização: entretecendo conceitos. **MIDAS: Museus e estudos interdisciplinares**, (1) 2013.

LOURENÇO, Marta C.; GESSNER, Samuel. Documenting collections: cornerstones for more history of science in museums. **Science & Education** 23, no. 4 (2014): 727-745.

MENDONÇA, Elizabete. C. D., SANTOS, Heide. R. S. D. Musealização do patrimônio arqueológico: reflexões sobre gestão de coleções. In: **Preservação do Patrimônio Arqueológico: desafios e estudos de caso**. pp. 120 -141, 2017.

MENESES, Ulpiano. T. B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**. 115 (1983): 103-117.

MENESES, Ulpiano. T. B. A exposição museológica: reflexões sobre pontos obrigados na prática contemporânea. In: **Ciências em museus** 4 (1992): 103-120.

MENSCH, Peter V. Towards a methodology of museology. Zagreb. **University of Zagreb** (1992).

MENTZ RIBEIRO, Pedro. A. Arqueologia e História pré-colonial. In: TAGLIANI, Paulo Roberto (Org.). In: **Arqueologia, História e socioeconomia da restinga a lagoa dos patos - uma contribuição para o conhecimento e manejo da reserve da biosfera**. Rio Grande: Editora e Gráfica da FURG, 2000, p. 13-40.

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto; PENHA, Maria Angélica Pereira; PESTANA, Marlon Pereira. Escavações arqueológicas na catedral de São Pedro, Rio Grande, RS, Brasil. In: **MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto. Arqueologia na cidade do Rio Grande**. Rio Grande: Editora da FURG, 2004. p. 45-79.

MENTZ RIBEIRO, Pedro. A.; PESTANA, Marlon B.; PENHA, Maria. A. P. Escavações arqueológicas no Sobrado dos Azulejos, Rio Grande, RS, Brasil. **Biblos**. Rio Grande: **Editora da FURG**, v. 16, p. 201-228, 2004.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Conversas*. 1948. São Paulo: **Martins Fontes**, 2004. p.89

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Editora Schwarcz. Companhia das Letras, 2013.

MINAYO, Maria.S. De. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: **Vozes**, 1994. Cap. 3. p. 51-64.

MILHEIRA, Rafael G.; GARCIA, Anderson. M.; L. R Ribeiro, BRUNO, ULGUIM, P. F.; DA SILVEIRA, Cleiton Silva; SANHUDO, Marcelo, da S.; Arqueologia dos Cerritos na Laguna dos Patos, Sul do Brasil: uma síntese da ocupação regional. **Cadernos do CEOM** 29, no. 45 (2016): 33-63.

NAUE, Guilherme. Dados sobre o estudo dos cerritos na área meridional da Lagoa dos Patos, Rio Grande, RS. **Revista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**. v. 18, n. 71, p. 246-269, 1973.

NAUE, Guilherme; SCHMITZ, Pedro Ignácio; VALENTE, Wander; BASILE BECKER, Itala; LA SALVIA, Fernando; SCHORR, Maria Helena. Novas perspectivas sobre a arqueologia de Rio Grande, RS. **O Homem Antigo na América**, São Paulo: Instituto de Pré-História, p. 91-122. 1971.

NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. **A temática indígena na escola**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

NOELLI, Francisco. S. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas - 1972-2000. **Revista USP**, São Paulo, n.44, p.218-269, 1999/2000.

NORA, Pierre. Entre memórias e história: a problemática dos lugares. In: **projeto história**. São Paulo, n. 10 p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Osvaldo André. **Banco de dados arqueológicos e paleontológicos do Litoral Sudeste do Rio Grande do Sul**, Brasil, 2006.

PEARCE, Susan M. Objects as meaning; or narrating the past. In: PEARCE, Susan M. (org.). **Interpreting objects and collections**. London: Routledge, 1994. p. 19-29.

PEARCE, Susan. Pensando sobre os objetos. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos (Orgs.). **Museus e instituições de Pesquisa**. Rio de Janeiro: **MAST**, p. 11-21, 2005.

PESTANA, Marlon. B. **A tradição Tupiguarani na porção central da planície costeira do Rio Grande do Sul, Brasil**. Dissertação de Mestrado. Unisinos, São Leopoldo, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

POMIAN, Krzysztof. Enciclopédia Einaudi, Porto: **Imprensa Nacional/Casa da Moeda**, 1984.

POSSAS, Helga. C. Gonçalves. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: **Argumentum**, 2005, p. 151 – 162.

POULOT, Dominique. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. **Varia História**, v. 27, n. 46, p. 471-480, 2011.

PRATS, Lourenç. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 21, p. 17-35, 2005.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Peru Indígena**. 13(29), 1992.

REIS, José. A. **Não pensa muito que dói – um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira**. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp. 2004. 383 pp.

RIBEIRO, Berta G. Coleções museológicas: do estudo à exposição. **Ciências em Museus**, v. 4, Belém: Museu Emílio Goeldi, 1992.

RIBEIRO, Berta. Os estudos de cultura material: propósitos e métodos. **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, v. 30, p. 13-41, 1985.

RIBEIRO, Berta; VELTHEM, Lucia H. V. Coleções Etnográficas. Documentos materiais para a história indígena e do indigenismo. In: CUNHA, Manuela C. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/Cia. das Letras/SMC, 1992. p. 103-112

RIBEIRO, Diego Lemos. **A musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RIBEIRO, Diego Lemos. Dados científicos e a sociedade: reflexões sobre algumas credences patrimoniais. **Revista Arqueologia Pública** 11, no. 2 [19] (2017): 264-289.

RIBEIRO, Pedro. A. M. PESTANA, Marlon. B.; PENHA, M. A. P.; CALIPPO, F. R. Levantamentos Arqueológicos na Porção Central da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista de Arqueologia**, v. 17, n. 1, p. 85-99, 30 dez. 2004.

RIBEIRO, Pedro A. M. Os mais antigos caçadores-coletores do sul do Brasil. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). **Pré-história da terra brasilis**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 75-88, 1999.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: **Editora da Unicamp**, 2007. p.27-60.

ROSA, Mana Marques. A política de acervos como gestão de museus. In: **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 5-26, nov. 2020.

RÚSSIO, Waldisa. Texto III Cultura, Patrimônio e Preservação. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.59-78.

SALADINO, Alejandra. **Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SALADINO, Alejandra; POLO, Mario. **Acervo Arqueológico**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbetes). ISBN 978-85-7334-299-4.

SCHMITZ, Pedro. I. A Ocupação Pré-Histórica do Litoral Meridional do Brasil. **Pesquisas, Antropologia**, n. 63, São Leopoldo, 2006.

SCHMITZ, Pedro. I. O patrimônio arqueológico brasileiro. **Revista de Arqueologia**, v. 5, n. 1, p. 11-18, 30 dez. 1988.

SCHMITZ, Pedro. I. O Povoamento Pleistocênico do Brasil. **Revista de Arqueologia Americana**, n. 1. México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1990.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Sítios de pesca lacustre em Rio Grande, RS, Brasil. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas. Tese (Livre Docência), [1976], **Ed. Habilis**, Erechim, 2011.

SCHMITZ, Pedro. I.; NAUE, Guilherme, BASILE-BECKER, Itala. Os Aterros dos campos do Sul: A Tradição Vieira. Pré-história do Rio Grande do Sul. **Arqueologia do Rio Grande do Sul**. Brasil. Documento 5, p. 101-124, 1991.

SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. Re-constructing archaeology: Theory and practice. 2ª Edição. **London – New York**: Routledge, 1992

SILVA, Luiz C. J. Da. Projeto experimental: a funcionalidade dos “quebra-coquinhos” em contextos arqueológicos do Brasil meridional. **Cadernos do LEPAARQ**. Pelotas, v. 2, n. 4, p. 59-83, 2005.

SMITH, Laurajane. El “espejo patrimonial”.¿ Ilusión narcisista o reflexiones múltiples?. **Antípoda: Revista de Antropología y Arqueología** 12 (2011): 39-63.

SMITH, Laurajane. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 21, n. 2, p. 140-154, 2021.

SMITH, Laurajane. Uses of heritage. London e New York: **Routledge**, 2006.

STARACE, Giovanni. **Os objetos e a vida**. São Paulo: Martins-Martins Fontes (2015).

TORNATORE, Jean-Louis. Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v 1, p. 7-21, dez. 2009/mar. 2010.

TORRES, Luiz Henrique. **Cronologia básica da história da cidade do rio grande** (1737-1947). **BIBLOS**, v. 22, n. 2, p. 9-18, 2008.

TRIGGER, Bruce Graham. História do pensamento arqueológico, 2a ed. Tradução: Ordep Trindade Serra. São Paulo: **Odysseus**, 2004.

VELTHEM, Lucia Hussak van. Desconstruir/reconstruir e a interpretação das coleções etnográficas. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 27., 2010, Belém. **Anais eletrônicos**. Belém: ABA/UFPA, 2010a. Mesa Redonda: Coleções Etnográficas e Museus.

VELTHEM, Lucia Hussak van. O objeto etnográfico é irredutível? Pistas sobre novos sentidos e análises. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 51-66, jan.-abr. 2012.

Legislação consultada

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Publicado no DOU de 06/12/1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm.

BRASIL. Lei federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Publicado no DOU de 27/07/1961 e retificado em 28/7/1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm>.

BRASIL. Lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Publicado no DOU de 13/2/1998 e retificado em 17/2/1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>.

BRASIL. Portaria Minc/Sphan nº 07, de 01 de dezembro de 1988. Dispõe sobre os procedimentos para a comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos, já previstos na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

BRASIL. Decreto federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

BRASIL. Portaria Minc/Iphan nº 230, de 17 de dezembro de 2002 (REVOGADA). Compatibilização das fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos arqueológicos.

BRASIL. Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA.

BRASIL. Portaria Minc/Iphan nº 341, de 13 de agosto de 2015. Dispõe sobre a Instituição da marca de autorização de pesquisa arqueológica.

BRASIL. Portaria Minc/Iphan nº 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio.

BRASIL. Portaria Minc/Iphan nº 195, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre procedimentos para solicitação de movimentação de bens arqueológicos em território nacional.

BRASIL. Portaria Minc/Iphan nº 196, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o cadastro nacional de instituições de guarda e pesquisa, o termo de recebimento de coleções arqueológicas e a ficha de cadastro de bem arqueológico móvel.

CARTA, Lausanne. De. Carta para a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico – ICOMOS, (1990).

DELHI, Nova. "conferência geral da organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura 9ª SESSÃO-UNESCO-NOVA DELHI, 1956. Cadernos de Sociomuseologia 15, no. 15 (1999).

Entrevistas e comunicação pessoal

Comunicação pessoal concedida por ANJOS, Danielle Manczak. Entrevista I. [jan. 2010]. Entrevistador: Matheus Pereira da Costa. Rio Grande, 2019. A entrevista foi realizada via e-mail com a atual representante do Museu da Cidade do Rio Grande, MCRG.

Entrevista concedida por F. S. B. Entrevista I. [AGOSTO. 2020] duração de 78 min. Entrevistador: Matheus Pereira da Costa. Rio Grande, 2020. A entrevista foi realizada via plataforma da webconf/ufpel.

Entrevista concedida por N. O. S. Entrevista I. [Janeiro. 2020]. Entrevistador: Matheus Pereira da Costa. Rio Grande, 2020. A entrevista foi realizada via e-mail.

Entrevista concedida por C. É. B. Entrevista I. [Fev. 2020] duração de 70 min. Entrevistador: Matheus Pereira da Costa. Rio Grande, 2019. A entrevista foi realizada de modo presencial, na atual sede do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NPA) coligado a prefeitura municipal do Rio Grande.

Entrevista concedida por C.L.A.B. Entrevista I. [Novembro. 2020]. Entrevistador: Matheus Pereira da Costa. Rio Grande, 2020. A entrevista foi realizada via contato telefônico.

Entrevista concedida por B. V. M. Entrevista I. [Janeiro. 2020]. Entrevistador: Matheus Pereira da Costa. Rio Grande, 2020. 1 arquivo. Mp3 10 min. A entrevista foi realizada de modo presencial e através de aplicativo de mensagens do tipo Whatsapp. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

Anexos

Roteiros semiestruturados

- a) Nome do entrevistado:
- b) Idade e Profissão:
- c) Local de trabalho (se houver):
- d) Traduzindo em uma linha do tempo como se constitui a história de formação do MCRG?
- e) Como foi a sua participação no projeto de readequação espacial e expositiva do MCRG entre os anos de 2014 a 2016?
- f) Quais foram às opções cenográficas e discursivas sobre a exposição histórica, e especialmente a de arqueologia pré-colonial? Quais agentes (comunidades, pesquisadores, equipe técnica, representantes do IPHAN, e demais autarquias), participaram deste processo?
- g) Observando a exposição temática da arqueologia pré-colonial quais opções poderiam ser feitas para dinamizar a participação do público não-arqueólogo e não-especialista?
- h) Em sua opinião qual é a importância das exposições temáticas, em especial a de arqueologia pré-colonial que vem sendo abordadas pelo MCRG?
- i) Como você observa a interlocução do MCRG no processo discursivo sobre o passado cultural do território geopolítico rio-grandino?

No que se refere à coleção arqueológica pré-colonial, que é alvo da exposição de longa duração:

- a) Você conhece essa coleção? Sabe como, onde, e porque ela foi formada?
- b) Existem documentações referentes ao trabalho de pesquisa ou doação que originou essa coleção?
- c) Em que lugares posso encontrar informações sobre essa coleção?

- d) Você sabe se o MCRG tem alguma documentação referente a essa coleção nos arquivos institucionais?
- e) O que essa coleção representa para você hoje no MCRG?